



**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DO QUADRO GERAL
DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS/TO (EDITAL Nº 01/2024)**

RESPOSTAS AOS RECURSOS ÀS PROVAS E GABARITOS PROVISÓRIOS

NÍVEL SUPERIOR – ADMINISTRADOR

CARGO	Administrador
ÁREA DA PROVA	Conhecimentos Específicos
Nº DA QUESTÃO:	29

RECURSO:

Recurso 426

QUESTIONAMENTO

SOLICITO AO SR EXAMINADOR alteração do gabarito de E para A da questão 29 de administrador da prova concurso prefeitura de Palmas TO.

O enunciado da questão define bem AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO como uma das etapas do processo de gestão de pessoas.

A banca considerou todas as afirmativas da questão como verdadeiras sendo elas consideradas como "finalidade da avaliação de desempenho". Ocorre que na gestão de pessoas existem várias etapas: agregar, integrar, recompensar, desenvolver, manter e monitorar o desenvolvimento de pessoas.

Na frase cinco temos: " contribuir para melhor adequação salarial" que está DENTRO DA FUNÇÃO DE RECOMPENSAS, REMUNERAÇÃO E BENEFÍCIOS e não dentro de avaliação de desempenho. Sendo assim, a alternativa correta é a A.

solicito alteração do gabarito de E para A

EMBASAMENTO

livro GESTÃO DE PESSOAS O NOVO PAPEL DOS RECURSOS HUMANOS NAS ORGANIZAÇÕES quarta edição IDALBERTO CHIAVENATO

PARECER DA BANCA:

A avaliação de desempenho é uma importante etapa do **processo de gestão de pessoas** e se constitui em uma série de técnicas, cuja finalidade é a obtenção de informações acerca do comportamento profissional do sujeito avaliado durante o seu desempenho no trabalho. Leia as afirmativas a seguir.

- I. Possibilitar ao avaliado uma visão clara e objetiva de seus méritos e de suas limitações, de modo que possa melhorar seu desempenho.
 - II. Comunicar à gestão um melhor conhecimento das possibilidades de dirigir a sua unidade de trabalho, com maior eficiência e eficácia. I
 - III. Colaborar com a gestão, no sentido de **detectar processos inadequados**.
 - IV. Contribuir para melhor adequação salarial.
- Assinale a alternativa CORRETA.
- (A) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
(B) Apenas as afirmativas II e IV estão corretas.
(C) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
(D) Apenas as afirmativas I, II e IV estão corretas.
(E) Todas as afirmativas estão corretas.

De acordo com livro de Antonio Vieira de Carvalho e Luiz Paulo do Nascimento, Administração de Recursos Humanos,

Volume I, Editora Pioneira, 2004, a avaliação de desempenho objetiva:

- II- Analisar a performance ou rendimento (p. 243)
- II – Ajudar na formação de banco de talentos (p. 243)
- III – Identificar problemas de ordem pessoal (p. 244)
- IV – Verificar necessidade de treinamento (p. 244)
- V – Auxiliar na melhor adequação salarial (p. 244)

Considerando a fundamentação descrita acima improcede o recurso do candidato.

RESULTADO

IMPROCEDENTE - A resposta do gabarito provisório deve ser mantida.

CARGO	Administrador
ÁREA DA PROVA	Conhecimentos Específicos
Nº DA QUESTÃO:	37

RECURSO:

Recurso 428

QUESTIONAMENTO

SOLICITO ANULAÇÃO DA QUESTÃO 37 do cargo de administrador da prova do concurso da prefeitura de palmas to. a questão abrange assuntos da matéria de CONTABILIDADE

EMBASAMENTO

não consta a matéria de CONTABILIDADE no conteúdo programático para o cargo de administrador nos conhecimentos específicos do edital do concurso da prefeitura de palmas to

PARECER DA BANCA:

As demonstrações financeiras evidenciam a situação patrimonial, econômica e financeira das entidades. Para a identificação dessas informações recorre-se à técnica da análise de índices, isto é, grandezas relativas construídas a partir de números contidos nas demonstrações financeiras, que indicarão a posição financeira e os níveis de desempenho da organização em seus diversos aspectos. Leia as afirmativas a seguir.

quocientes, os ativos e passivos de longo prazo, para avaliar a capacidade da organização saldar suas obrigações.

II. Os Índices de Rentabilidade são medidas variadas do resultado econômico da organização em relação a diversos itens, conforme o ponto de vista adotado.

III. Os Índices de Endividamento medem a capacidade da organização de utilizar capital de terceiros.

Assinale a alternativa CORRETA.

- A) Todas as afirmativas estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas I e, III estão corretas.
- (D) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- (E) Apenas a afirmativa II está correta.

De acordo com edital do concurso para o cargo de administrador consta dentre outros conteúdos: . Gestão Financeira/Orçamentária: funções gerais da administração financeira, Sistema Financeiro Nacional, planejamento financeiro, **análise das demonstrações financeiras**, administração de contratos, características do contrato administrativo, formalização e fiscalização do contrato.

Portanto, o conteúdo da questão está dentro dos conteúdos estabelecidos no edital para a vaga de administrador.

RESULTADO

IMPROCEDENTE - A resposta do gabarito provisório deve ser mantida.

CARGO	Administrador
ÁREA DA PROVA	Conhecimentos Específicos
Nº DA QUESTÃO:	38

RECURSO:

Recurso 792

QUESTIONAMENTO

A afirmativa (II) versa "A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) seleciona as prioridades que deverão ser executadas no exercício financeiro subsequente. Tem como objetivos fundamentais estabelecer: as metas e prioridades para o exercício seguinte; a orientação para a elaboração do orçamento anual; a alteração na legislação tributária; a autorização para concessão ou aumento da remuneração, alteração da estrutura de carreira, bem como admissão e contratação de pessoal."

Essa afirmativa está parcialmente correta. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) estabelece sim as metas e prioridades para o exercício seguinte, além de orientar a elaboração do orçamento anual. No entanto, a alteração na legislação tributária não é uma função da LDO, mas sim do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO). A LDO também não trata diretamente da autorização para concessão ou aumento da remuneração, alteração da estrutura de carreira, admissão e contratação de pessoal. Essas questões geralmente são tratadas em outras legislações, como a Lei Orçamentária Anual (LOA) e leis específicas de pessoal.

Logo, o gabarito não poderia ser (A) Todas as afirmativas estão corretas. Pois pelo menos uma afirmativa apresenta erros.

Dessa forma, solicito alteração do gabarito para alternativa (C) "Apenas as afirmativas I e, III estão corretas."

EMBASAMENTO

<https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/ldo>

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/L14791.htm

PARECER DA BANCA:

Qualquer entidade, independentemente de sua natureza, realizará as seguintes funções administrativas: planejar, organizar, comandar, coordenar e controlar/avaliar o que foi realizado. A função planejar implica identificar o que fazer, como fazer, quem envolver, por que fazer e quando fazer. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) destaca a necessidade do planejamento na administração pública. Esse planejamento tem início com o Plano Plurianual (PPA), na sequência, faz-se a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e, posteriormente, a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Em relação aos instrumentos de planejamento da Administração Pública, leia as afirmativas a seguir.

- I. O Plano Plurianual estabelece as grandes prioridades do governo, de forma regionalizada, por meio de diretrizes, programas, objetivos e metas da Administração Pública. Ao mesmo tempo, define os valores que serão gastos em despesas de capital (investimentos, construções, compra de bens, pagamento da dívida pública) e para os gastos com os programas de duração continuada (gastos com salário, benefícios aos servidores, manutenção das unidades administrativas).
- II. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) seleciona as prioridades que deverão ser executadas no exercício financeiro subsequente. Tem como objetivos fundamentais estabelecer: as metas e prioridades para o exercício seguinte; a orientação para a elaboração do orçamento anual; a alteração na legislação tributária; a autorização para concessão ou aumento da remuneração, alteração da estrutura de carreira, bem como admissão e contratação de pessoal.
- III. A Lei Orçamentária Anual consiste na previsão das fontes de recursos (receitas), bem como a fixação das despesas para o exercício financeiro. A LOA é o orçamento propriamente dito e, por isso, nenhuma despesa pública em programas e ações poderá ser executada sem estar consignada nesse orçamento. Compreenderá os seguintes orçamentos: Orçamento Fiscal, Orçamento da Seguridade Social, Orçamento de Investimento.

Assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Todas as afirmativas estão corretas.
 (B) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
 (C) Apenas as afirmativas I e, III estão corretas.
 (D) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
 (E) Apenas a afirmativa III está correta.

De acordo com o §2º do art 165 da Constituição Federal, a LDO deverá:

§ 2º o **A lei de diretrizes orçamentárias** compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subseqüente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, **disporá sobre as alterações na legislação tributária** e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

§ 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas: ([Renumerado do parágrafo único, pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998](#))

II - se houver autorização específica na **lei de diretrizes orçamentárias**, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista. ([Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998](#))

Os assuntos abordados pela LDO também estão descritos no livro Contabilidade aplicada a administração pública de Francisco Glauber Lima Mota, editora Vesticon, 6 edição, 2005 p. 28-33.

RESULTADO

IMPROCEDENTE - A resposta do gabarito provisório deve ser mantida.

CARGO	Administrador
ÁREA DA PROVA	Conhecimentos Específicos
Nº DA QUESTÃO:	37

RECURSO:

Recurso 807

QUESTIONAMENTO

A afirmativa (III) "Os Índices de Endividamento medem a capacidade da organização de utilizar capital de terceiros." Foi dada com correta. Entretanto apresenta erros.

Os Índices de Endividamento não medem a capacidade da organização de utilizar capital de terceiros. Na verdade, eles avaliam o nível de endividamento de uma empresa em relação aos seus próprios recursos. Esses índices indicam a proporção dos recursos próprios em relação aos recursos de terceiros utilizados para financiar as atividades da empresa. Quanto mais alto o índice de endividamento, maior é a dependência da empresa de capital de terceiros em comparação com o seu próprio capital.

Logo, o gabarito correto não poderia ser a alternativa (B) "Apenas as afirmativas II e III estão corretas." pois a afirmativa (III) apresenta erros.

Dessa forma, solicito anulação da questão.

EMBASAMENTO

<https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/7130/1/MARIA%20GABRIELA%20NASCIMENTO%20ALEIXO.pdf>

<https://canal.cecierj.edu.br/012016/7b4cf4ef5546f5da681aa44a9823c3e4.pdf>

<https://www.cashme.com.br/blog/indices-de-endividamento/>

<https://www.suno.com.br/artigos/indice-de-endividamento-geral/>

PARECER DA BANCA:

As demonstrações financeiras evidenciam a situação patrimonial, econômica e financeira das entidades. Para a identificação dessas informações recorre-se à técnica da análise de índices, isto é, grandezas relativas construídas a partir de números contidos nas demonstrações financeiras, que indicarão a posição financeira e os níveis de desempenho da organização em seus diversos aspectos. Leia as afirmativas a seguir.

- I. O Índice de Liquidez Corrente relaciona, através de quocientes, os ativos e passivos de longo prazo, para avaliar a capacidade da organização saldar suas obrigações.
- II. Os Índices de Rentabilidade são medidas variadas do resultado econômico da organização em relação a diversos itens, conforme o ponto de vista adotado.
- III. Os Índices de Endividamento medem a capacidade da organização de utilizar capital de terceiros.

Assinale a alternativa CORRETA.

- A) Todas as afirmativas estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas I e, III estão corretas.
- (D) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- (E) Apenas a afirmativa II está correta.

Segundo o livro de Antonio Zoratto Sanvicente – Administração Financeira, 3 edição, editora Atlas, 2011, p. 185 os índices de endividamento ajudam a observar “medidas do uso relativo de capital de terceiros pela empresa”.

Além de informar o percentual de capital de terceiro utilizado pela empresa, o índice de endividamento, segundo José Carlos Marion (Análise das demonstrações contábeis, 2002, p. 105) informa se a dívida contraída é um "complemento de capital próprio utilizado para realizar aplicações produtivas no ativo como expansão, ampliação, modernização" (sendo nesse caso uma dívida sadia) ou se a dívida contraída “foi usada para pagar outras dívidas que estão vencendo” (dívida não sadia).

RESULTADO

IMPROCEDENTE - A resposta do gabarito provisório deve ser mantida.

CARGO	Administrador
ÁREA DA PROVA	Conhecimentos Específicos
Nº DA QUESTÃO:	35

RECURSO:

Recurso 827

QUESTIONAMENTO

A questão apresenta como gabarito a alternativa (E) Matriz GUT. Entretanto, a afirmativa não se refere especificamente à matriz GUT. A descrição mencionada aplica-se a um processo genérico de resolução de problemas que envolve a análise de fatos e evidências, seguida por etapas de análise, identificação e tomada de decisão. Esse tipo de processo é comum em muitas metodologias de resolução de problemas e gestão, não sendo exclusivo da matriz GUT.

A matriz GUT é uma ferramenta de priorização que classifica problemas com base em três critérios: Gravidade, Urgência e Tendência. Embora possa ser parte de um processo mais amplo de resolução de problemas, a descrição fornecida não menciona explicitamente esses critérios específicos da matriz GUT.

Portanto, as informações fornecidas pelo enunciado da questão foram insuficientes, subjetivas, para caracterizar expressamente os conceitos aplicados a matriz GUT.

Dessa forma, solicito anulação da questão.

EMBASAMENTO

<https://www.portal-administracao.com/2014/01/matriz-gut-conceito-e-aplicacao.html>

PARECER DA BANCA:

Trata-se de uma ferramenta utilizada na **priorização de tarefas e estratégias**, muito aplicada em empresas que precisam organizar seus projetos e fluxos de trabalho. Baseia-se em critérios para determinar o que realmente é prioridade, em **contextos em que não é possível a coleta de dados** e o seu tratamento por meio de técnicas estatísticas. O processo parte dos fatos e evidências para resolver **questões complexas**, por meio de etapas de análise, identificação e decisão, sendo indicada para uma melhor compreensão dos problemas e os seus impactos na organização.

Assinale a alternativa CORRETA que corresponde ao nome da ferramenta.

- (A) Histograma.
- (B) Brainstorming.
- (C) Diagrama de Pareto.
- (D) Ciclo PDCA.
- (E) Matriz GUT.

O conceito apresentado condiz com que foi escrito por Nell Patel (<https://neilpatel.com/br/blog/matriz-gut/>). Para esse profissional a Matriz GUT é uma ferramenta utilizada na priorização de tarefas e estratégias, muito aplicada em empresas que precisam organizar seus projetos e fluxos de trabalho. Ela possui critérios para determinar o que realmente é prioridade. Basicamente, o processo parte dos fatos e evidências para resolver questões complexas, por meio de etapas de análise, identificação e decisão.

Portanto, é uma técnica para priorizar os problemas que devem ser atacados pela gestão, bem como para analisar a prioridade que certas atividades devem ser realizadas e/ou desenvolvidas, em situações como: solução de problemas, estratégias, desenvolvimento de projetos, tomada de decisões

Ela fornece uma estrutura clara para avaliar e priorizar problemas, garantindo que os recursos sejam alocados de maneira eficiente.

Também é uma ferramenta para ajudar na resolução de problemas quando não se pode contar com números e informações quantitativas.

Portanto o conceito apresentado no enunciado da Questão 35 especifica bem as características da Matriz GUT.

RESULTADO

IMPROCEDENTE - A resposta do gabarito provisório deve ser mantida.

CARGO	Administrador
ÁREA DA PROVA	Conhecimentos Específicos
Nº DA QUESTÃO:	29

RECURSO:

Recurso 861

QUESTIONAMENTO

Prezada Comissão, o gabarito preliminar apresentou como alternativa correta a letra "E" (Todas as afirmativas estão corretas). Entretanto, a afirmativa III não se mostra adequada como se observará adiante. A afirmativa citada sugere que a Avaliação de Desempenho contribui com a gestão por meio da detecção de processos inadequados.

Ora, sabe-se que no campo da Administração há uma pluralidade de autores que apresentam abordagens que, muitas vezes, não se mostram integralmente consonantes. Não obstante, ao compulsar as principais obras que debatem o tema (CHIAVENATO 2014, VILAS BOAS 2009, MARRAS 2016, ROBBINS 2005) não se verifica qualquer indicação expressa no sentido de que a Avaliação de Desempenho contribui com a detecção de processos inadequados.

Os autores elencam objetivos, vantagens e benefícios, que de fato contribuem com a gestão, contudo sempre relacionados ao capital humano, de modo que a área da Administração que contribui com a gestão diretamente no campo dos processos é denominada Gestão de Processos, e não a Gestão de Pessoas, na qual está inserida a Avaliação

de Desempenho.

Consignando o enorme respeito pela comissão examinadora, ante o exposto, requer-se a ALTERAÇÃO da alternativa correta para a letra "D" (I, II e IV), por considerar ser esta a alternativa que melhor atende o comando formulado.

Diante de eventual impossibilidade de atendimento do pleito, alternativamente, visando a manutenção da segurança jurídica do certame, requer-se a ANULAÇÃO da questão.

EMBASAMENTO

1. CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações, 4a edição. Barueri, Manole: 2014.
2. MARRAS, Jean Pierre. Administração de Recursos Humanos: do operacional ao estratégico. 15a edição. São Paulo, Saraiva: 2016. p.160.
3. ROBBINS, Stephen. Comportamento Organizacional / Tradução Técnica: Reynaldo Cavalheiro Marcondes, 11a edição. São Paulo, Pearson Prentice Hall: 2005. p.150
4. VILAS BOAS, Ana Alice. ANDRADE, Rui Otávio Bernardes. Gestão estratégica de pessoas. Rio de Janeiro, Elsevier: 2009.

PARECER DA BANCA:

QUESTÃO 29

A avaliação de desempenho é uma importante etapa do **processo de gestão de pessoas** e se constitui em uma série de técnicas, cuja finalidade é a obtenção de informações acerca do comportamento profissional do sujeito avaliado durante o seu desempenho no trabalho. Leia as afirmativas a seguir.

- V. Possibilitar ao avaliado uma visão clara e objetiva de seus méritos e de suas limitações, de modo que possa melhorar seu desempenho.
 - VI. Comunicar à gestão um melhor conhecimento das possibilidades de dirigir a sua unidade de trabalho, com maior eficiência e eficácia. I
 - VII. Colaborar com a gestão, no sentido de **detectar processos inadequados**.
 - VIII. Contribuir para melhor adequação salarial.
- Assinale a alternativa CORRETA.
- (A) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
 - (B) Apenas as afirmativas II e IV estão corretas.
 - (C) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
 - (D) Apenas as afirmativas I, II e IV estão corretas.
 - (E) Todas as afirmativas estão corretas.

Na área de Gestão de Pessoas há um conjunto de PROCESSOS orientando, definindo e supervisionando o trabalho dos colaboradores: o processo de recrutamento, o processo de seleção, o processo de entrevista de seleção, o processo de treinamento, o processo de avaliação de desempenho dentre outros.

Mas qual o conceito de PROCESSO?

No Guia para o Gerenciamento de Processos de Negócio. Corpo Comum de Conhecimento. BPM CBOK, versão 2.0, PROCESSO é um conjunto definido de atividades ou comportamentos executados por humanos ou máquinas para alcançar uma ou mais metas.

No livro de James Harrington, Gerenciamento Total da Melhoria Contínua, editora Makron Books, 1997, o PROCESSO é descrito como qualquer atividade que recebe uma entrada (input), agrega-lhe valor e gera uma saída (output) para um cliente interno ou externo, fazendo uso dos recursos da organização para gerar resultados concretos.

Soliman (1999) citado no texto de Alexandre Ferreira de Pinho (2007, p.2) - Combinação entre as técnicas de fluxograma e mapa de processo no mapeamento de um processo produtivo – fala que um PROCESSO integra pessoas, ferramentas e métodos para executar uma sequência de passos, com o objetivo definido de transformar determinadas entradas em determinadas saídas.

No livro de Luiz Carlos M. D'Ascensão, Organização Sistemas e Métodos, 7ª edição, editora Atlas, 2011 a palavra PROCESSO é definido como um conjunto de causas (que provoca um ou mais efeitos). (p. 56).

Assim, a avaliação de desempenho pode contribuir com a **identificação de processos inadequados**, se considerarmos que para avaliar o desempenho de um colaborador (EFEITO) existem vários componentes (CAUSAS) que contribuem para a realização desse efeito.

Para compreender a estrutura de um processo recomenda-se analisar o diagrama de Ishikawa (ferramenta da qualidade total que correlaciona causa/efeito).

Como exemplo, podemos considerar o desempenho do colaborador Fred:

- O seu desempenho na organização é o EFEITO
- A maneira como ele trabalha, o local onde ele trabalha, os equipamentos que utiliza, a sua capacitação, o seu salário, os incentivos proporcionados pela empresa, a supervisão, experiência, etc são as CAUSAS.

Portanto, pode-se observar que a cada relação causa/efeito corresponde um processo.

Considerando esses conceitos, pode-se compreender que um processo de avaliação de desempenho de colaboradores tem como características:

- Objetivos bem definidos;
- Circunstâncias bem definidas em que a avaliação ocorre;
- Resultados de valor para o gestor e para o colaborador;
- Recursos previstos para a execução da avaliação;
- Responsável pela avaliação bem definido e resultados devem ser identificados e monitorados (gerenciamento);

- Processo avaliativo devidamente documentado;
- Desempenho medido por indicadores;
- Mecanismo de feedback para melhoria;
- Acompanhamento do desempenho de forma contínua.

De acordo com livro de Antonio Vieira de Carvalho e Luiz Paulo do Nascimento, Administração de Recursos Humanos, Volume I, Editora Pioneira, 2004, a avaliação de desempenho objetiva:

- III- Analisar a performance ou rendimento (p. 243)
- II – Ajudar na formação de banco de talentos (p. 243)
- III – Identificar problemas de ordem pessoal (p. 244)
- IV – Verificar necessidade de treinamento (p. 244)
- V – Auxiliar na melhor adequação salarial (p. 244)

Portanto, a avaliação de desempenho também auxilia na **identificação de processo inadequado** quando por exemplo:

- quem faz a avaliação seja a mesma pessoa responsável pela promoção ou progressão do colaborador na empresa. Neste caso é possível inferir que o processo referente a avaliação de desempenho estaria sujeito a erros ou a ineficiência.
- Questões salariais interfere na execução diária das atividades do colaborador
- Na alocação de colaboradores para executar atividades que não tem perfil
- O treinamento proporcionado não gerou o desempenho esperado

Portanto, a avaliação de desempenho também auxilia na **identificação de processos (admissional, de recrutamento, de seleção, de treinamento, de avaliação, de incentivos) inadequados**

Considerando a fundamentação descrita impropede o recurso do candidato.

RESULTADO

IMPROCEDENTE - A resposta do gabarito provisório deve ser mantida.

NÍVEL SUPERIOR – ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

CARGO	Analista de Controle Interno
ÁREA DA PROVA	Conhecimentos específicos
Nº DA QUESTÃO:	26

RECURSO:

Recurso 401 (Item I) -De acordo com o Manual de Controle Interno da Polícia Rodoviária Federal, SÃO PRINCÍPIOS do controle interno:

EQUIDADE (FAIRNESS), TRANSPARÊNCIA (DISCLOSURE), PRESTAÇÃO DE CONTAS (ACCOUNTABILITY), SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES E CONFORMIDADE (COMPLIANCE).

Assim, a afirmativa I da questão se mostra totalmente INCORRETA, o que acarreta em erro a alternativa “E”, estabelecida no gabarito preliminar. A alternativa “C” está correta. Dessa forma, requer seja corrigido o equívoco existente, alterando o resultado para a alternativa “C”.

Recurso 866 (Item I) - O Custo benefício é um princípio de Controle Interno, conforme IN SFC 01/2001. A assertiva I inclui o custo X benefício corretamente entre os princípios de controle interno. Porém a assertiva V inclui o custo X benefício entre as limitações de controle interno. Dessa forma, as assertivas se anulam, visto que apenas uma pode ser verdadeira.

Sabe-se que, conforme IN SFC 01/2001 , custo benefício é um princípio de Controle Interno. Sabe-se que a limitação do controle interno ocorre quando este não é capaz de evitar julgamentos errôneos ou más decisões, ou ainda eventos externos que impeçam a organização de atingir suas metas operacionais. Em outras palavras, até mesmo um sistema eficaz de controle interno pode apresentar falhas. Dessa forma, o custo benefício não pode ser considerado uma limitação de Controle Interno. Ao passo que não poder ser ao mesmo tempo um princípio e uma limitação do Controle Interno, como considerou o gabarito. Diante do exposto peço deferimento pela anulação da questão.

Recurso 941 (Item I) - A banca considerou como alternativa correta a letra "E", que todas as assertivas estão corretas, contudo, entendo que a alternativa correta seria a letra "c": "Apenas as afirmativas II, III, IV e V estão corretas", pelo motivo que segue.

A assertiva "I" diz o seguinte: São considerados princípios do controle interno: atribuição de responsabilidades, segregação de funções, custo X benefício do controle, definição de rotinas internas, limitação do acesso aos ativos e auditoria interna. A mesma deve ser considerada incorreta, pois, auditoria interna não se trata de um princípio de controle interno, mas sim de uma função específica de auditoria.

A título de exemplo, a própria lei que Reestrutura o Sistema de Controle Interno do Município de Palmas, considera auditoria governamental como macrofunção. "Art. 4º As seguintes macrofunções do Sistema de Controle Interno do Município serão exercidas pelo Órgão Central do Sistema de Controle Interno:

II - auditoria governamental;

" Por fim, segue o conceito de auditoria interna segundo o Instituto dos Auditores Internos (IIA): "a auditoria interna é uma atividade independente e objetiva de avaliação e consultoria, criada para agregar valor e melhorar as operações de uma organização. Ela auxilia a organização a atingir seus objetivos a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada à avaliação e melhoria da eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança".

Recurso 1095 (Item I) - A banca considerou como alternativa correta a letra "E", que todas as assertivas estão corretas, contudo, entendo que a alternativa correta seria a letra "c": "Apenas as afirmativas II, III, IV e V estão corretas", pelo motivo que segue. A assertiva "I" diz o seguinte: São considerados princípios do controle interno: atribuição de responsabilidades, segregação de funções, custo X benefício do controle, definição de rotinas internas, limitação do acesso aos ativos e auditoria interna. A mesma deve ser considerada incorreta, pois, auditoria interna não se trata de um princípio de controle interno, mas sim de uma função específica de auditoria. A título de exemplo, a própria lei que Reestrutura o Sistema de Controle Interno do Município de Palmas, considera auditoria governamental como macrofunção. "Art. 4º As seguintes macrofunções do Sistema de Controle Interno do Município serão exercidas pelo Órgão Central do Sistema de Controle Interno: II - auditoria governamental; " Por fim, segue o conceito de auditoria interna segundo o Instituto dos Auditores Internos (IIA): "a auditoria interna é uma atividade independente e objetiva de avaliação e consultoria, criada para agregar valor e melhorar as operações de uma organização. Ela auxilia a organização a atingir seus objetivos a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada à avaliação e melhoria da eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança".

PARECER DA BANCA:

A afirmativa I: São considerados princípios do controle interno: atribuição de responsabilidades, segregação de funções, custo X benefício do controle, definição de rotinas internas, limitação do acesso aos ativos e auditoria interna, está em consonância com Brito e Fontenelle (2019, p.99-101), que apontam: os principais princípios de Controle Interno são: atribuição de responsabilidades, segregação de funções, custo x benefício do controle, definição de rotinas internas, limitação de acesso aos ativos e auditoria interna.

Brito, Claudenir; Fontenelle, Rodrigo. **Auditoria Privada e Governamental**. Niterói: Impetus. 4. ed., 2019.

RESULTADO

IMPROCEDENTE: A resposta do gabarito provisório deve ser mantida.

CARGO	Analista de Controle Interno
ÁREA DA PROVA	Conhecimentos específicos
Nº DA QUESTÃO:	26
RECURSO:	Recurso 438 (Item IV) - No item IV, a questão afirma que "A segregação de funções visa impedir que um funcionário

exerça funções incompatíveis”, contudo acredito que o termo utilizado, “incompatíveis”, tenha prejudicado a correção e o julgamento objetivo do item por parte dos candidatos, uma vez que a Lei nº 14.133/21 em seu artigo 7º, § 1º, determina que o princípio da segregação de funções impede a designação de agentes para atuação simultânea em “funções mais suscetíveis a risco”.

Ainda, o Acórdão 2829/2015 do Plenário do TCU confirma que “A segregação de funções consiste na separação de atribuições ou responsabilidades entre diferentes pessoas”. Ademais, segundo o CFC “Segregação de funções: significa repartir funções entre os agentes públicos, evitando o acúmulo por um mesmo indivíduo ou unidade.” Na verdade, a maioria das funções suscetíveis a risco são afins, por exemplo: o setor de compras e o setor de estoques possuem funções interdependentes e compatíveis, aqui a segregação de funções impede que o funcionário execute a ordem de compra e ao mesmo tempo fique responsável pela guarda do material, tais funções não são “incompatíveis” como citado pelo comando da questão.

Dessa forma, o termo utilizado é errado e se torna ambíguo quando interpretado em conjunto com a parte final da assertiva “que gerem conflitos de interesses”, gerando possibilidade de dúvida quanto a alternativa correta. Por fim, peço a anulação da questão.

PARECER DA BANCA:

A afirmativa IV: A segregação de funções é um princípio de controle interno que visa impedir que um funcionário exerça funções incompatíveis, que gerem conflitos de interesses, está em consonância com Brito e Fontenelle (2019, p.100), que apontam : “também chamado de Princípio de Oposição de Interesse, consiste em estabelecer que uma mesma pessoa não possa ter funções incompatíveis, que gerem conflito de interesses”.

Brito, Claudenir; Fontenelle, Rodrigo. **Auditoria Privada e Governamental**. Niterói: Impetus. 4. ed., 2019.

RESULTADO

IMPROCEDENTE: A resposta do gabarito provisório deve ser mantida.

CARGO	Analista de Controle Interno
ÁREA DA PROVA	Conhecimentos específicos
Nº DA QUESTÃO:	26

RECURSO:

Recurso 866 (Item V) - O Custo benefício é um princípio de Controle Interno, conforme IN SFC 01/2001. A assertiva I inclui o custo X benefício corretamente entre os princípios de controle interno. Porém a assertiva V inclui o custo X benefício entre as limitações de controle interno. Dessa forma, as assertivas se anulam, visto que apenas uma pode ser verdadeira.

Sabe-se que, conforme IN SFC 01/2001 , custo benefício é um princípio de Controle Interno. Sabe-se que a limitação do controle interno ocorre quando este não é capaz de evitar julgamentos errôneos ou más decisões, ou ainda eventos externos que impeçam a organização de atingir suas metas operacionais. Em outras palavras, até mesmo um sistema eficaz de controle interno pode apresentar falhas. Dessa forma, o custo benefício não pode ser considerado uma limitação de Controle Interno. Ao passo que não poder ser ao mesmo tempo um princípio e uma limitação do Controle Interno, como considerou o gabarito. Diante do exposto peço deferimento pela anulação da questão.

Recurso 987 (Item V) - A assertiva I inclui o custo X benefício entre os princípios de controle interno. Porém a assertiva V inclui o custo X benefício entre as limitações de controle interno. O gabarito aponta que todas as assertivas estão corretas. Dessa forma, as assertivas se anulam, visto que Custo benefício pode ser verdadeiro em apenas umas delas. Sabe-se que, conforme IN SFC 01/2001 , custo benefício é um princípio de Controle Interno.

Sabe-se que a limitação do controle interno ocorre quando este não é capaz de evitar julgamentos errôneos ou más decisões, ou ainda eventos externos que impeçam a organização de atingir suas metas operacionais., tais como: a) Adequação dos objetivos estabelecidos como uma condição prévia ao controle interno; b) Realidade de que o julgamento humano na tomada de decisões pode ser falho e tendencioso; c) Falhas que podem ocorrer devido a erros humanos, como enganos simples; d) Capacidade da administração de sobrepassar o controle interno; e) Capacidade da administração, outros funcionários e/ou terceiros transpassarem os controles por meio de conluio entre as partes; e •

eventos externos fora do controle da organização.

Dessa forma, o custo benefício não pode ser considerado ao mesmo tempo um princípio e uma limitação do Controle Interno, como considerou o gabarito. Diante do exposto, solicito a mudança de gabarito para letra A, ou ainda Anulação da questão pelos motivos expostos.

Recurso 1108 (Item V) - A assertiva I inclui o custo X benefício entre os princípios de controle interno. Porém a assertiva V inclui o custo X benefício entre as limitações de controle interno. O gabarito aponta que todas as assertivas estão corretas. Dessa forma, as assertivas se anulam, visto que Custo benefício pode ser verdadeiro em apenas umas delas. Sabe-se que, conforme IN SFC 01/2001 , custo benefício é um princípio de Controle Interno.

Sabe-se que a limitação do controle interno ocorre quando este não é capaz de evitar julgamentos errôneos ou más decisões, ou ainda eventos externos que impeçam a organização de atingir suas metas operacionais., tais como: a) Adequação dos objetivos estabelecidos como uma condição prévia ao controle interno; b) Realidade de que o julgamento humano na tomada de decisões pode ser falho e tendencioso; c) Falhas que podem ocorrer devido a erros humanos, como enganos simples; d) Capacidade da administração de sobrepassar o controle interno; e) Capacidade da administração, outros funcionários e/ou terceiros transpassarem os controles por meio de conluio entre as partes; e • eventos externos fora do controle da organização.

Dessa forma, o custo benefício não pode ser considerado ao mesmo tempo um princípio e uma limitação do Controle Interno, como considerou o gabarito. Diante do exposto, solicito a mudança de gabarito para letra A, ou ainda Anulação da questão pelos motivos expostos.

Recurso 1151 (Item V) - Solicita-se anulação da questão, uma vez que a doutrina não possui entendimento de forma majoritária que os princípios do controle interno são os citados na afirmativa I - "São considerados princípios do controle interno: atribuição de responsabilidades, segregação de funções, custo X benefício do controle, definição de rotinas internas, limitação do acesso aos ativos e auditoria interna." Cabe salientar, que a característica "custo-benefício" é apresentada em duas afirmativas, na I e na V, afirmando na I que seria um "princípio" do controle interno e na afirmativa V seria uma "limitação" do controle interno, trazendo uma ambiguidade ao termo e uma falta de precisão na elaboração das afirmativas da que são. Convém ressaltar, da mesma forma, que de acordo com Marcelo Cavalcante Almeida, "As limitações do controle interno são principalmente com relação a: Conluio de funcionários na apropriação de bens da empresa; Os funcionários não são adequadamente instituídos com relação as normas internas; Funcionários negligentes na execução de suas tarefas diárias". (ALMEIDA, 2003, p.70). Logo, requisita-se a anulação da questão.

PARECER DA BANCA:

A afirmativa V: "São consideradas limitações do controle interno: atribuição de responsabilidades, segregação de funções, custo X benefício do controle, definição de rotinas internas, limitação do acesso aos ativos e auditoria interna", está em consonância com Brito e Fontenelle (2019, p.103), que apontam: "as principais limitações do controle interno, segundo a doutrina são: conluio de funcionários, eventos externos, funcionários negligentes e custo x benefício".

Brito, Claudenir; Fontenelle, Rodrigo. **Auditoria Privada e Governamental**. Niterói: Impetus. 4. ed., 2019.

RESULTADO

IMPROCEDENTE: A resposta do gabarito provisório deve ser mantida.

CARGO	Analista de Controle Interno
ÁREA DA PROVA	Conhecimentos específicos
Nº DA QUESTÃO:	27
RECURSO:	
Recurso 1113 (Item III) - A questão apresenta, em sua afirmativa III, a seguinte informação: "Controladoria, auditoria	

governamental, ouvidoria, CORREÇÃO e transparência pública, são macrofunções do Sistema de Controle que serão exercidas pelo Órgão Central do Sistema de Controle Interno”.

Como apontado, a palavra “correção” foi inserida equivocadamente no lugar de “correição”, consoante disposto no Art. 4º, IV, da Lei Municipal nº 2911/23, levando o candidato a erro durante a resolução da questão.

Considerando a afirmativa III como incorreta, em razão do equívoco apontado, não resta alternativa correta, razão pela qual solicito, por gentileza, a anulação da questão.

Recurso 1174 (Item III) - Solicita-se a anulação da presente questão, foi considerado a alternativa "B" como certa, entretanto a mesma trata a afirmativa III como verdadeira "Controladoria, auditoria governamental, ouvidoria, correção e transparência pública, são macrofunções do Sistema de Controle que serão exercidas pelo Órgão Central do Sistema de Controle Interno.", entretanto tal afirmativa encontra-se como errada ou, até mesmo, com certo grau de incerteza, uma vez que considera-se, por grande parte da doutrina, como macrofunções do controle interno apenas as funções controladoria, auditoria, ouvidoria e correção; não sendo composta, de forma evidente, pela função transparência pública. Logo, solicita-se a anulação da questão devido sua falta de respaldo doutrinário.

PARECER DA BANCA:

O recurso procede ao afirmar: a palavra “correção” foi inserida equivocadamente no lugar de “correição”, conforme :

Art. 4º As seguintes macrofunções do Sistema de Controle Interno do Município serão exercidas pelo Órgão Central do Sistema de Controle Interno:

I - controladoria; II - auditoria governamental; III - ouvidoria; **IV - correição**; (ver prova original); V - transparência pública

PALMAS. **Lei nº 2.911, de 5 de julho de 2023.** Reestrutura o Sistema de Controle Interno do Município de Palmas e dá outras providências.

RESULTADO

PROCEDENTE: A questão deve ser anulada.

CARGO	Analista de Controle Interno
ÁREA DA PROVA	Conhecimentos específicos
Nº DA QUESTÃO:	28

RECURSO:

Recurso 562 (Item II, III e IV) - Antes de tudo, é importante destacar que não se pretende substituir na prudente avaliação da Banca Examinadora, mas apenas destacar alguns aspectos que podem ter passado despercebidos.

As afirmativas I, II, IV e V estão corretas.

A afirmativa I está correta porque a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) define a despesa total com pessoal como o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder.

A afirmativa II também está correta. A LRF estabelece que a despesa total com pessoal dos municípios, em cada período de apuração, não poderá exceder o limite global de 50% da receita corrente líquida.

A afirmativa III está incorreta. Segundo a LRF, o limite global de 60% de despesas com pessoal dos municípios deve obedecer à seguinte repartição: 6% para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver; e 54% para o Executivo.

A afirmativa IV está correta. Os Tribunais de Contas devem alertar os Poderes ou órgãos referidos no artigo 20 da LRF quando constatarem que o montante da despesa total com pessoal ultrapassou 90% do limite.

Por fim, a afirmativa V está correta. A verificação do cumprimento dos limites de despesa com pessoal estabelecidos nos arts. 19 e 20 da LRF deve ser realizada ao final de cada trimestre.

PARECER DA BANCA:

O item II está incorreto, porque consta o percentual de 50 por cento e conforme o Art. 19., Inciso III da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) o percentual é de 60 por cento, conforme transcrito:

Art. 19. Para os fins do disposto no [caput do art. 169 da Constituição](#), a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

I - União: 50% (cinquenta por cento);

II - Estados: 60% (sessenta por cento);

III - Municípios: 60% (sessenta por cento).

O item III está incorreto, pois afirma que o limite global é de 50 por cento de despesa com pessoal dos municípios. Entretanto, o Art. 20., Inciso III, alíneas “a” e “b” da LRF determina o limite global de 60 por cento, conforme transcrito:

Art. 20. A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:

[...]

III - na esfera municipal:

a) 6% (seis por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver;

b) 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

O item V está incorreto, pois afirma que a verificação do cumprimento dos limites de despesa com pessoal estabelecidos nos arts. 19 e 20 da LRF será realizada ao final de cada trimestre. Contudo, o Art. 22 da LRF determina que a verificação seja realizada ao final de cada quadrimestre, conforme transcrito:

Art. 22. A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 será realizada ao final de cada quadrimestre.

BRASIL. **Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.** Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

RESULTADO

IMPROCEDENTE: A resposta do gabarito provisório deve ser mantida.

CARGO	Analista de Controle Interno
ÁREA DA PROVA	Conhecimentos específicos
Nº DA QUESTÃO:	30

RECURSO:

Recurso 578 (Item III e IV) - Por meio desta, é possível contestar a resposta à questão número 30 da prova de Nível Superior para o cargo QS04 – Analista de Controle Interno.

Antes de tudo, é importante destacar que não se pretende substituir na prudente avaliação da Banca Examinadora, mas apenas destacar alguns aspectos que podem ter passado despercebidos.

De acordo com as Emendas Constitucionais nºs 251 e 292, as afirmativas corretas são:

- I. Incorreta. Em municípios de mais de quinhentos mil habitantes, o subsídio máximo dos vereadores corresponderá a setenta e cinco por cento do subsídio dos deputados estaduais.
- II. Correta. Esta afirmativa está de acordo com a Emenda Constitucional nº 25.
- III. Correta. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar sete por cento para municípios com população entre cem mil e um e trezentos mil habitantes.
- IV. Incorreta. A Emenda Constitucional nº 25 não especifica um limite percentual para gastos com folha de pagamento.
- V. Correta. A Emenda Constitucional nº 29 estabelece que os recursos destinados às ações e serviços públicos de saúde serão aplicados por meio de um Fundo de Saúde. Portanto as alternativas corretas são : II, III e V. No entanto, nenhuma das alternativas apresentadas (A, B, C, D, E) corresponde à análise correta das afirmativas.

PARECER DA BANCA:

O enunciado do item III trata do percentual de oito por cento e não sete conforme apresentado no recurso. A Emenda Constitucional nº 25/2000, determina o percentual de sete por cento, logo a afirmativa está incorreta, conforme transcrito.

Art. 2º A Constituição Federal passa a vigorar acrescida do seguinte art. 29-A:

"Art. 29-A. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5o do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior:" (AC)

"I - oito por cento para Municípios com população de até cem mil habitantes;" (AC)

"II - sete por cento para Municípios com população entre cem mil e um e trezentos mil habitantes;" (AC)

O enunciado do item IV está correto pois a Emenda Constitucional nº 25/2000 determina no Art. 2º § 1º que: § 1º A Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores."

BRASIL. **Emenda constitucional nº 25, de 14 de fevereiro de 2000.** Altera o inciso VI do art. 29 e acrescenta o art. 29-A à Constituição Federal, que dispõem sobre limites de despesas com o Poder Legislativo Municipal.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000.** Altera os arts. 34, 35, 156, 160, 167 e 198 da Constituição Federal e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde.

RESULTADO

IMPROCEDENTE: A resposta do gabarito provisório deve ser mantida.

CARGO	Analista de Controle Interno
ÁREA DA PROVA	Conhecimentos específicos
Nº DA QUESTÃO:	32

RECURSO:

Recurso 465 - O edital prevê: "10. Contabilidade pública: conceito, objetivo, regime; 11. Campo de aplicação" até aqui entende-se que será cobrado de uma forma ampla somente a parte inicial da disciplina. Posteriormente, o edital cita "12. Legislação básica (Lei nº 4.320/1964, Lei nº 12.527/2011 e Decreto 93.872/1986)" e em seguida "13. Receita e despesa pública: conceito, classificação econômica e estágios; 14. Receitas e Despesas Orçamentárias e Extra-Orçamentárias: interferências passivas e mutações ativas;". A análise do edital, permite entender que a classificação econômica utilizada será a da Lei nº 4.320/64. Contudo, a questão aborda o termo "outras despesas correntes" juntamente com os itens que a compõem sendo que este conteúdo é abordado apenas no manual de contabilidade aplicada ao setor público 10º edição, o qual não é previsto no edital de forma explícita, apenas de forma implícita e

somente para o item 10. Ainda, o plenário do STF já decidiu em sede de repercussão geral (RE 632.853) que "IV Igualmente, com aplicação do princípio da legalidade, não pode o concurso público deixar de dar observância estrita ao Edital". Por fim, peço a anulação da questão com base nos princípios da imparcialidade, legalidade e vinculação ao edital.

PARECER DA BANCA:

Os itens 13 e 14 do edital 01/2024 que tratam sobre: Receita e despesa pública: conceito, classificação econômica e estágios; 14. Receitas e Despesas Orçamentárias e Extra-Orçamentárias: interferências passivas e mutações ativas, não fazem vinculação com o que se pede no item 12.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. **Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público**. 10.ed. Disponível em: https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9_ID_PUBLICACAO:48458.

RESULTADO

IMPROCEDENTE: A resposta do gabarito provisório deve ser mantida.

CARGO	Analista de Controle Interno
ÁREA DA PROVA	Conhecimentos específicos
Nº DA QUESTÃO:	34

RECURSO:

Recurso 593 (Item II, III e IV)

Por meio desta, é possível contestar a resposta à questão número 34 da prova de Nível Superior para o cargo QS04 – Analista de Controle Interno.

Antes de tudo, é importante destacar que não se pretende substituir na prudente avaliação da Banca Examinadora, mas apenas destacar alguns aspectos que podem ter passado despercebidos.

As afirmativas estão corretas conforme a seguinte análise:

- I. Correta. O balanço orçamentário deve especificar, por categoria econômica, as receitas por fonte, informando as realizadas e a realizar, bem como a previsão atualizada; e despesas por grupo de natureza, discriminando a dotação para o exercício, a despesa liquidada e o saldo.
- II. Correta. O RREO deve ser acompanhado de demonstrativos relativos à apuração da receita corrente líquida e da despesa com pessoal.
- III. Correta. Os demonstrativos da dívida consolidada e mobiliária, de concessão de garantias, e de operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, devem acompanhar o RREO.
- IV. Correta. O RGF deve ser acompanhado de demonstrativos referentes ao resultado nominal e primário.
- V. Correta. O demonstrativo da variação patrimonial, evidenciando a alienação de ativos e a aplicação dos recursos dela decorrentes, deve acompanhar o RREO referente ao último bimestre do exercício. No entanto, nenhuma das alternativas apresentadas (A, B, C, D, E) corresponde à análise correta das afirmativas, pois todas as afirmativas estão corretas.

PARECER DA BANCA:

O item II está incorreto porque menciona que acompanharão o RREO demonstrativos relativos à apuração da receita corrente líquida e da despesa com pessoal. Entretanto, o demonstrativo da despesa com pessoal deve acompanhar o Relatório de Gestão Fiscal (RGF), conforme o Art. 55, Inciso I, alínea "a" da Lei de Responsabilidade Fiscal, ora transcrito:

Art. 55. O relatório conterá:

I - comparativo com os limites de que trata esta Lei Complementar, dos seguintes montantes:

a) despesa total com pessoal, distinguindo a com inativos e pensionistas;

O item III está incorreto porque menciona que os demonstrativos da dívida consolidada e mobiliária, de concessão de garantias, e de operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, acompanharão o RREO. Contudo, tais demonstrativos, segundo o Art. 55, Inciso I, alínea “a” a “d” da Lei de Responsabilidade Fiscal, fazem parte do Relatório de Gestão Fiscal, conforme transcrito:

Art. 55. O relatório conterá:

I - comparativo com os limites de que trata esta Lei Complementar, dos seguintes montantes:

a) despesa total com pessoal, distinguindo a com inativos e pensionistas;

b) dívidas consolidada e mobiliária;

c) concessão de garantias;

d) operações de crédito, inclusive por antecipação de receita;

[...]

O item IV está incorreto porque menciona que acompanharão o RGF demonstrativos referentes ao resultado nominal e primário. Todavia, os referidos demonstrativos acompanharão o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), conforme Art. 53, Inciso III, da LRF, ora transcrito:

Art. 53. Acompanharão o Relatório Resumido demonstrativos relativos a:

[...]

III - resultados nominal e primário;

BRASIL. **Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.** Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

RESULTADO

IMPROCEDENTE: A resposta do gabarito provisório deve ser mantida.

CARGO	Analista de Controle Interno
ÁREA DA PROVA	Conhecimentos específicos
Nº DA QUESTÃO:	36

RECURSO:

Recurso 600 (Item V)

O diálogo competitivo é uma modalidade de licitação para contratação de obras, serviços e compras, em que a Adm. Pública realiza diálogos com licitantes, previamente selecionados mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades. A Ata de registro de preços é um documento vinculativo, com característica de compromisso para futura contratação, no qual são registrados o objeto, os preços, os fornecedores, os órgãos participantes e as condições a serem praticadas. O credenciamento é um processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados. O Sistema de registro de preços é um conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos à prestação de serviços, a obras e à aquisição e locação de bens para contratações futuras. Já a comissão de contratação é um conjunto de agentes públicos indicados pela Administração, com a função de receber, examinar e julgar documentos relativos às licitações e aos procedimentos auxiliares. No entanto, os interessados não indicam membros para a comissão. Nenhuma das alternativas apresentadas corresponde à análise correta das afirmativas, pois a V está incorreta.

PARECER DA BANCA:

Os itens I, III e IV estão corretos em conformidade com o Art. 6º, incisos XLII, XLIII e XLV, da Lei nº 14.133/2021, respectivamente.

O item II está incorreto, pois de acordo com o Art. 6º, inciso XLVI, da Lei nº 14.133/2021, a ata de registro de preço é um documento vinculativo e obrigacional [...].

Sobre o item V o recorrente está correto ao afirmar que os interessados não indicam membros para a comissão, logo este item está incorreto, conforme o Art. 6º, inciso L, da Lei nº 14.133/2021.

BRASIL. **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.** Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

RESULTADO

IMPROCEDENTE: A resposta do gabarito provisório deve ser mantida.

CARGO	Analista de Controle Interno
ÁREA DA PROVA	Conhecimentos específicos
Nº DA QUESTÃO:	37

RECURSO:

Recurso 603 (Item)

De acordo com a Lei nº 14.133, as afirmativas corretas são:

I. O processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência: preparatória; de divulgação do edital de licitação; de apresentação de propostas e lances, quando for o caso; de julgamento; de habilitação; recursal; e de homologação. Correto. Essas são as fases do processo de licitação de acordo com a lei.

II. As licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma presencial, admitida a utilização da forma eletrônica, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo. Incorreto. A lei prevê que as licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica.

III. São modalidades de licitação: pregão; diálogo competitivo, concorrência; concurso; tomada de preços; e, leilão. Correto. Essas são as modalidades de licitação previstas na lei.

IV. O julgamento das propostas será realizado de acordo com os seguintes critérios: menor preço; maior desconto; melhor técnica ou conteúdo artístico; técnica e preço; menor lance, no caso de leilão; e, maior retorno econômico. Correto. Esses são os critérios de julgamento das propostas previstos na lei.

V. A habilitação é a fase da licitação em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, dividindo-se em: jurídica; técnica; fiscal, social e e trabalhista; e, econômico-financeira. Correto.

PARECER DA BANCA:

A afirmativa do recorrente sobre os itens I e V procede, pois os itens estão corretos em conformidade com os artigos 17 e 62, da Lei nº 14.133/2021.

A afirmativa do recorrente sobre o item II procede, pois o item está incorreto pois não está em conformidade com os artigos 17, § 2º, da Lei nº 14.133/2021.

Em relação aos itens III e IV a afirmativa do recorrente não procede, ao afirmar que tais itens estão corretos, pois no que diz respeito ao item III a tomada de preço não consta como modalidade de licitação, no Art. 28 da Lei nº 14.133/2021. Quanto ao item IV no julgamento das propostas dentre os critérios deve-se considerar maior lance e não menor lance, conforme Art. 33 da referida Lei.

BRASIL. **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.** Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

RESULTADO

IMPROCEDENTE: A resposta do gabarito provisório deve ser mantida.

CARGO	Analista de Controle Interno
ÁREA DA PROVA	Conhecimentos específicos
Nº DA QUESTÃO:	39

RECURSO:

Recurso 607 (Item)

- I. A afirmativa I está correta. Achado de auditoria é qualquer fato significativo, digno de relato pelo auditor, constituído de quatro atributos essenciais: situação encontrada (ou condição), critério, causa e efeito.
- II. A afirmativa II também está correta. Os achados negativos de auditoria que envolvem impropriedades consistem em falhas de natureza formal de que resulte dano ao erário e outras que têm o potencial para conduzir à inobservância aos princípios de administração pública ou à infração de normas legais e regulamentares.
- III. A afirmativa III está correta. Os achados negativos de auditoria que envolvem irregularidades se referem à prática de ato de gestão ilegal, ilegítimo, antieconômico, ou infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial, e que não resulte dano ao erário.
- IV. A afirmativa IV está correta. As evidências, que consistem em elementos essenciais e comprobatórios do achado, devem ser suficientes e completas, de modo a permitir que terceiros, que não participaram do trabalho de auditoria, cheguem às mesmas conclusões da equipe.
- IV. A afirmativa V está correta. O relatório de auditoria é o instrumento formal e técnico por intermédio do qual a equipe de auditoria comunica aos leitores o objetivo e as questões de auditoria, o escopo e as limitações de escopo, a metodologia utilizada, os achados de auditoria, as conclusões e as propostas de encaminhamento.

PARECER DA BANCA:

Não procede a afirmativa do recorrente sobre os itens de I a V estarem corretos, pois:

No item I: [...] Durante a fase de execução, a equipe de auditoria deve aplicar os procedimentos previstos **na matriz de planejamento**, e não de achados.

No item II: [...] Os achados negativos de auditoria que envolvem impropriedades consistem em falhas de natureza formal de que **não** resulte dano ao erário [...].

No item III: Os achados negativos de auditoria que envolvem irregularidades se referem à prática de ato de gestão ilegal, ilegítimo, antieconômico, ou infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial, **e que resulte dano ao erário**.

No item IV: clareza, convicção, concisão, completude, exatidão, relevância, tempestividade e objetividade, aos requisitos de qualidade do relatório de auditoria, e não são atributos de evidências.

No item V: validade, confiabilidade, relevância e suficiência, refere-se aos atributos de evidência (do achado ou da constatação), e não de requisitos do relatório de auditoria.

BRITO, Claudenir; FONTENELLE, Rodrigo. **Auditoria Privada e Governamental**. Niterói: Impetus. 4. ed., 2019.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Glossário de Termos de Controle Externo**. 2012. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/glossario-de-termos-do-controle-externo.htm>

RESULTADO

IMPROCEDENTE: A resposta do gabarito provisório deve ser mantida.

CARGO	Analista de Controle Interno
ÁREA DA PROVA	Conhecimentos específicos
Nº DA QUESTÃO:	40

RECURSO:

Recurso 614 (Item)

Por meio desta, é possível contestar a resposta à questão número 40 da prova de Nível Superior para o cargo QS04 – Analista de Controle Interno.

Antes de tudo, é importante destacar que não se pretende substituir na prudente avaliação da Banca Examinadora, mas apenas destacar alguns aspectos que podem ter passado despercebidos.

- I. Correta. A matriz de planejamento deve incluir questões de auditoria, critério, informações requeridas, fonte de informação, procedimentos de auditoria, membro da equipe responsável pela execução, nexos de causalidade e o período.
- II. Correta. A matriz de achados deve incluir o achado de auditoria, condição ou situação encontrada, critério, evidência, causas, efeitos e recomendações.
- III. Incorreta. Procedimento de auditoria é o método utilizado para coletar as evidências necessárias para avaliar se o objeto auditado atende, excede ou está aquém do desempenho esperado. Não é um padrão de avaliação.
- IV. Correta. A matriz de responsabilização deve incluir o achado, período de ocorrência do fato, responsável, período de exercício do responsável, conduta e nexos de causalidade.
- IV. Incorreta. Critério é o padrão ou a referência contra a qual o auditor compara as evidências coletadas. Não é um conjunto de exames. Portanto, a alternativa correta é (A) Apenas as afirmativas I, II e IV estão corretas.

PARECER DA BANCA:

Em relação ao questionamento do recorrente sobre o item I, ressalta-se que não procede, pois “nexo de causalidade” e o “período” não fazem parte da matriz de planejamento e sim da matriz de achados, assim estando em conformidade com o APÊNDICE II – MATRIZ DE PLANEJAMENTO do Tribunal de Contas da União.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Apêndice II – matriz de planejamento.** Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A15C416B68015C45F9408443A2>

RESULTADO

IMPROCEDENTE: A resposta do gabarito provisório deve ser mantida.

CARGO	Analista de Controle Interno
ÁREA DA PROVA	Conhecimentos específicos
Nº DA QUESTÃO:	40

RECURSO:

Recurso 513 (Item)

Solicito a anulação da questão, pois existe erro no conceito Matriz de Responsabilização:

"IV. Fazem parte da matriz de responsabilização: achado, período de ocorrência do fato, responsável, período de exercício do responsável, conduta e nexos de causalidade".

O erro ocorre porque no manual de elaboração da Matriz de Responsabilização do TCU não consta o item "Período de ocorrência do fato", além de não citar o item "Culpabilidade" presente na Matriz de Responsabilização.

Dito isso, as alternativas "A" e "C" estão incorretas, pois mencionam o item "IV". As demais alternativas contêm itens em desacordo com a Matriz de Planejamento, Matriz de achados e as demais Matrizes.

Recurso 1118

Caro examinador, de acordo com Tribunal de Contas da União (TCU), conforme PORTARIA-ADPLAN Nº 1, DE 25 DE JANEIRO DE 2010, a matriz de responsabilização contém os seguintes itens: achado, responsável, período de exercício, conduta, nexos de causalidade e culpabilidade.

No entanto, a afirmativa IV apresenta como componentes dessa matriz os seguintes itens: “achado, 'período de ocorrência do fato', responsável, período de exercício do responsável, conduta e nexos de causalidade”, ausente o

item “culpabilidade” e presente o item “período de ocorrência do fato”, em desconformidade com as orientações para auditoria de conformidade do TCU. Ausente manual do TCE-TO que aborde o assunto, supõe-se a utilização, como parâmetro, das normativas do TCU.

Ainda, a presença do item “culpabilidade”, que não se confunde com período de ocorrência do fato, é extremamente importante, destacando o TCU que “81. O preenchimento do “nexo de causalidade” e da “culpabilidade” balizará a formulação das propostas a serem incluídas no campo “encaminhamento” da matriz de achados, isto é, se audiência, conversão em TCE para fins de citação ou se determinação a órgão/entidade ou responsável.”(Portaria-ADPLAN nº 01/10, p. 26).

Diante do equívoco apontado, não há alternativa correta, de modo que solicito, humildemente, a anulação da questão.

PARECER DA BANCA:

No item IV é utilizado a expressão “fazem parte” e não o termo “somente”, pois nas ORIENTAÇÕES PARA AUDITORIA DE CONFORMIDADE TABELA “C” - ORIENTAÇÕES PARA A ELABORAÇÃO DA MATRIZ DE RESPONSABILIZAÇÃO MATRIZ DE RESPONSABILIZAÇÃO, do Tribunal de Contas da União, consta o seguinte:

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Orientações para auditoria de conformidade tabela “c” - orientações para a elaboração da matriz de responsabilização matriz de responsabilização.** Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/contas-e-fiscalizacao/controle-e-fiscalizacao/auditoria/normas-de-fiscalizacao/auditoria-de-conformidade.htm#:~:text=A%20matriz%20de%20responsabiliza%C3%A7%C3%A3o%20permite,e%20somente%20para%20esses%20achados.>

RESULTADO

IMPROCEDENTE: A resposta do gabarito provisório deve ser mantida.

NÍVEL SUPERIOR – ANALISTA TÉCNICO ADMINISTRATIVO

CARGO	Analista Técnico Administrativo
ÁREA DA PROVA	Conhecimentos Específicos
Nº DA QUESTÃO:	38

RECURSO:

RECURSO 1130: QUESTIONAMENTO

Segundo Pozo (2010), focando nos estoques mais especificamente, a curva ABC possibilita a tomada rápida de decisão e a razão para chamá-la do jeito que chamamos, é a divisão de três categorias distintas, conforme a seguir:

- São itens mais importantes e que devem receber maior atenção no primeiro momento da análise, esses itens correspondem, em média, a 80% do valor monetário total e no máximo 20% dos itens.
- São os itens intermediários e que deverão ser tratados logo após as medidas tomadas sobre os itens da classe A; esses itens correspondem, em média, a 15% do valor monetário total e no máximo 30% dos itens.
- São itens de menor importância, embora volumosos em quantidade, mas com baixo valor monetário, e deverão ser tratados após a análise dos itens anteriores, esses itens correspondem a 5% do valor monetário total e pode ultrapassar facilmente 50% do total dos itens.

Isso torna as afirmativas I, III e IV corretas.

O gabarito da questão erra, portanto, ao afirmar que a I, II e IV estão corretas.

Isso se torna claro a partir do supracitado e fundamentado pelo renomado Hamilton POZO. Sem contar que seria impossível as alternativas I e II estarem corretas ao mesmo tempo.

Nesse sentido, as afirmativas corretas são I, III e IV.

Não há, contanto, alternativa que contemplem estes itens, sendo necessária a ANULAÇÃO da questão.

EMBASAMENTO

POZO, Hamilton. Administração de recursos materiais e patrimoniais: uma abordagem logística. 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2010.

PARECER DA BANCA:

QUESTÃO 38

O cálculo baseado na metodologia da curva ABC baseia-se na observação de que um pequeno número de itens frequentemente domina os resultados atingidos em relação à gestão dos estoques. A partir do princípio de Pareto, observa-se que a relação entre a porcentagem de itens e a porcentagem de utilização anual em valores monetários segue um padrão.

Leia as afirmativas a seguir.

- I. Cerca de 20% dos itens correspondem a aproximadamente 80% da utilização em valores monetários.
- II. Cerca de 20% dos itens correspondem a aproximadamente 60% da utilização em valores monetários.
- III. Cerca de 30% dos itens correspondem a aproximadamente 15% da utilização em valores monetários.
- IV. Cerca de 50% dos itens correspondem a aproximadamente 5% da utilização em valores monetários.

- (A) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
(B) Apenas as afirmativas II e IV estão corretas.
(C) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
(D) Apenas as afirmativas I, II e IV estão corretas.
(E) Todas as afirmativas estão corretas.

PARECER

De acordo com livro de J.R. Tony Arnold, Administração de Materiais: uma introdução, editora Atlas, 2009 o sistema ABC de estoque classifica os itens de estoque de acordo com a sua importância e faz o seu controle por níveis de utilização anual em valores monetários. Para esse autor há um padrão definido pela lei de Pareto entre a porcentagem de itens e a porcentagem de utilização anual em valores monetários. Esse padrão é o seguinte (p.266)

- Cerca de 20% dos itens correspondem a aproximadamente 80% da utilização em valores monetários.
- Cerca de 30% dos itens correspondem a aproximadamente 15% da utilização em valores monetários.
- Cerca de 50% dos itens correspondem a aproximadamente 5% da utilização em valores monetários.

Comparando o que esse autor apresenta e o que está escrito na Questão 38, observa-se que estão corretas as alternativas I, III e IV e que está errada a afirmação II.

Como não tem essa alternativa de resposta a questão deve ser ANULADA

RESULTADO

PROCEDENTE: A questão deve ser anulada..

NÍVEL SUPERIOR – ANALISTA TÉCNICO JURÍDICO

CARGO	Analista Técnico Jurídico
ÁREA DA PROVA	Conhecimentos Específicos
Nº DA QUESTÃO:	26

RECURSO:

RECURSO 393

Na referida questão as letra c e d tem a mesma resposta.

RECURSO 773

A questão 26 de conhecimentos específicos apresenta alternativas iguais, porém apenas com as suas afirmações invertidas. Vejamos:

(C) O Brasil adotou como sistema de governo a república; e a federação como forma de estado.

(E) O Brasil adotou como forma de estado a federação; e a república como sistema de governo.

Isto, por si só, descaracteriza a regra do edital de que o candidato será avaliado por cinco alternativas em cada questão.

Solicita-se, portanto, a anulação da referida questão.

Os recursos apresentados pelos candidatos sustentam que as letras C e D são idênticas e que, portanto, não houve cinco alternativas para apreciação dos candidatos. Os candidatos não impugnam o a assertiva da letra A apontada como correta.

PARECER DA BANCA:

O item 7.3 do Edital nº 01/2024 assim prescreve: “Cada questão das Provas de Conhecimentos terá o valor correspondente em conformidade com o Quadro III, e terá o formato de múltipla escolha, com cinco alternativas, das quais apenas 1 (uma) será correta”.

Formalmente há apresentação visual de cinco alternativas (A, B, C, D, E), em que pese as alternativas C e E apresentarem uma semelhança de redação, contendo uma inversão nas orações, a única resposta correta é a letra A, ou seja, não há vício capaz de confundir o candidato sendo que há apenas uma única resposta correta (letra A), pois todas as demais (B, C, D, E) estão incorretas.

Fontes Bibliográficas: Edital nº 01/2024 disponível nos site da COPESE/UFT

RESULTADO

IMPROCEDENTE: A resposta do gabarito provisório deve ser mantida.

CARGO	Analista Técnico Jurídico
ÁREA DA PROVA	Conhecimentos Específicos
Nº DA QUESTÃO:	28

RECURSO:

RECURSO 716

Solicito a alteração do gabarito da questão por clara contrariedade da alternativa C, apontada como gabarito, em relação ao art. 103, inciso V, da Constituição Federal.

A alternativa apontada como gabarito desconsidera o Governador do Estado como legitimado na proposição da Ação Direta de Inconstitucionalidade, sendo que, nos termos do art. 103, V, da Constituição, o Chefe do Poder Executivo tem, sim, legitimidade para a proposição.

Todas as autoridades listadas pela questão 28 estão contempladas no rol taxativo do art. 103, a saber: Presidente da República, no inciso I; Procurador-Geral da República, no inciso VI; Governador do Estado, no inciso V; e Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, no inciso VII.

Ainda, interessante mencionar que, de acordo com o Tema 485 do STJ, é possível haver controle judicial de questões em concurso público em caso de latente ilegalidade ou inconstitucionalidade.

Assim, verificando que todas as assertivas estão contempladas no art. 103 da Constituição, o gabarito da questão deve ser alterado, passando a ser considerada a alternativa E.

RECURSO 731

A banca examinadora, considerou como correta a questão de letra C. No entanto, data vênia, a análise da banca, bem como o gabarito divulgado está em total desacordo com o texto constitucional.

O texto constitucional artigo 103 não permite interpretações extensivas. Ainda que Governador do Distrito Federal também seja legitimado e estejam juntos no mesmo inciso, desconsiderar a pessoa do Governador do Estado como legitimado, data vênia, está errado. Ao contrário do entendimento da ilustre banca, o chefe do poder executivo estadual é totalmente legitimado para propor uma ADI.

O nobre e renomado doutrinador constitucionalista Marcelo Novelino, em seu livro Curso de Direito Constitucional, 16ª Edição atualizada destaca na página 224 leciona que “o rol de legitimidade é exaustivo (numerus clausus), não sendo admitida sua ampliação, nem interpretação extensiva”.

Noutro giro, há de se discorrer ainda sobre outro erro no enunciado da questão. A doutrina conceitua categoricamente os legitimados universais e legitimados especiais. Para Novelino:

Nesse sentido, para a renomada doutrina constitucionalista, os Governadores do Estado, assim como o Conselho Federal da OAB, são legitimados ativos ESPECIAIS e não UNIVERSAIS, conforme diz o enunciado da questão.

Ante ao exposto, é imperativo o entendimento explanado e espera-se que a questão seja ANULADA.

RECURSO 1067

De acordo com a Constituição Federal de 1988 Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade:

o Presidente da República;

a Mesa do Senado Federal;

a Mesa da Câmara dos Deputados;

a Mesa de Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal;

Governador de Estado ou do Distrito Federal;

o Procurador-Geral da República;

o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;

partido político com representação no Congresso Nacional;

confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.

Peço a mudança de gabarito para a LETRA E

Os recursos apresentados pelos candidatos sustentam que nos termos do art. 103 da CF o governador do estado tem legitimidade para propor ADI e que, portanto, supostamente a resposta correta seria a letra E, não a letra C, devendo ocorrer a alteração de gabarito.

PARECER DA BANCA:

Os recursos apresentados não merecem prosperar porque o rol de legitimados contidos no art. 103 da CF é doutrinariamente classificado em “universais” e “especiais”. Os legitimados contidos nos itens I, II e IV são universais e o legitimado no item III é considerado especial. Nesse sentido o gabarito apontado está correto.

Fontes Bibliográficas: MASSON, Nathalia. Manual de direito constitucional. 8. ed. Salvador: Juspdvm, 2020.

RESULTADO

IMPROCEDENTE: A resposta do gabarito provisório deve ser mantida.

CARGO	Analista Técnico Jurídico
ÁREA DA PROVA	Conhecimentos Específicos
Nº DA QUESTÃO:	30

RECURSO:

RECURSO 278

Excelentíssima Banca avaliadora, com base no edital N° 001/2024 de 05 de janeiro de 2024, interponho recurso contra a questão n° 30, por ela estar em desacordo com o edital. Após analisar o conteúdo programático, para o cargo de analista técnico jurídico, não há nenhuma menção à lei do mandado de injunção, qual seja, a Lei N 13.300, de 23 de junho de 2023. O edital também não prevê nenhuma lei em sentido formal. Tal cobrança causou surpresa e vai de encontro ao princípio da confiança legítima dos atos administrativos, um vez que o edital foi publicado e estabeleceu as disciplinas que deveriam ser abordadas. Diante disso, peço anulação da questão n° 30. Caso contrário que na resposta a esse recurso que a banca apresente no edital a página e o número do item em que constam a exigência da Lei N °

13.300, de 23 de junho de 2023. Termos em que peço deferimento.

O recurso apresentado pelo candidato sustenta que a questão deve ser anulada porque, no seu entendimento, não havia previsão no edital de conteúdos pertinentes à lei nº 13.300/2016, que regulamenta o mandado de injunção.

PARECER DA BANCA:

O recurso apresentados não merece prosperar porque no item 2.5.4 do Edital nº 01/2024 há expressa previsão de conteúdo programático de que poderá ser exigidos conteúdos relativos ao mandado de injunção: 2. Direito Processual Constitucional. [...] Writs Constitucionais. **Mandado de injunção**. Mandado de segurança. Ações Constitucionais.[...]. Com a expressa previsão editalícia a banca pode exigir e o candidato deve estudar tano as normas constitucionais, infraconstitucionais, e precedentes pertinentes ao tema.

Fontes Bibliográficas: Edital nº 01/2024 disponível no site da COPESE/UFT

RESULTADO

IMPROCEDENTE: A resposta do gabarito provisório deve ser mantida.

CARGO	Analista Técnico Jurídico
ÁREA DA PROVA	Conhecimentos Específicos
Nº DA QUESTÃO:	31

RECURSO:

RECURSO: 334

A assertiva IV está errada, logo, a alternativa correta é a letra "A"

A expressão "em regra" deixou a assertiva errada, pois a Constituição não estabelece em regra, a norma prevista no §1º é clara e tem eficácia plena.

RECURSO: 418

O item IV da Questão 31 afirma que a Constituição Federal estabelece que "em regra" as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata. Contudo, não há a expressão "em regra" no art. 5º, §1º, da Constituição Federal, o que torna o item IV incorreto. A mesma afirmativa foi cobrada na Questão 37 (item IV), sem a expressão "em regra", tendo sido considerada correta pela banca. Portanto, o gabarito da Questão 31 deve ser alterado para a Alternativa A.

RECURSO: 463

"A Constituição Federal estabelece que EM REGRA as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata". A alternativa é incorreta pois atribui sentido diverso ao texto do artigo 5º, §1º, que é taxativo ao dispor: "As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais TÊM aplicação imediata."

Desta forma, a banca equivocou-se ao considerar a proposição ora impugnada como correta. Diante disso, o gabarito da questão 31 é a alternativa "A", em vez de "E".

Por todo o exposto, pugna-se pela mudança do gabarito preliminarmente publicado.

RECURSO: 723

Solicito a anulação da questão 31 em razão de desconformidade em relação ao texto constitucional.

Muito embora o gabarito apontado seja a alternativa E, que considera todas as assertivas como corretas, necessário se faz destacar que a assertiva IV não guarda total correspondência para com o art. 5º, §1º, da Constituição Federal.

Isto porque a assertiva diz que "... EM REGRA as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata", o que não condiz com o disposto no art. 5º, §1º, que não faz NENHUMA ressalva quanto à eficácia plena, conforme se observa: "§1º As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais TÊM aplicação imediata".

Ademais, esse entendimento é corroborado pela questão de nº 37, que ao trazer a sua assertiva IV, exatamente do mesmo teor, não dispõe da expressão "EM REGRA", estando, portanto, em total consonância com o art. 5º, §1º, da

Constituição Federal.

Portanto, considerando a ausência de ressalva no texto constitucional, que em momento algum releva a eficácia plena das normas referidas com uso de expressões como “em regra”, e, ainda, considerando a correção do conteúdo da assertiva IV da questão de nº 37, solicito a anulação da questão de 31.

Grata pela atenção

RECURSO: 739

A banca examinadora, considerou como correta a questão de letra E, qual seja: (E) Todas as afirmativas estão corretas. No entanto, data vênua, a análise da banca não merece prosperar, uma vez que está em total desconformidade com o texto constitucional, que categoricamente dispõe no §1º do artigo 5º que: As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.

O examinador utilizou “em regra” e deixou subtendido que podem haver exceções, o que é totalmente refutado pelo texto constitucional que é expresso, bem como com a doutrina constitucionalista. Para o renomado e nobre doutrinador constitucional Marcelo Novelino, as normas constitucionais de eficácia plena:

“contém todos os elementos e requisitos à sua incidência direta, isto é, sua configuração normativa é precisa a ponto de possibilitar que sejam extraídas condutas positivas ou negativas independentemente da intermediação do legislador. Por terem aplicabilidade integral, não podem sofrer restrições infraconstitucionais” (NOVELINO, 2021, pág. 134).

Ante ao exposto, é imperativo o entendimento explanado e espera-se que para cumprir a justiça e a imparcialidade, a referida questão seja ANULADA, por essa ilustre banca examinadora, uma vez que está em desconformidade com o texto constitucional.

RECURSO: 1049

ITENS II ESTÁ CORRETO. AS NORMAS DE EFICÁCIA CONTIDA SÃO DE APLICABILIDADE IMEDIATA E RECLAMAM ATUAÇÃO LEGISLATIVA, AS CHAMADAS NORMAS REGULADORAS RESTRITIVAS.

RECURSO: 1087

"Prezada Banca Examinadora, apesar de o gabarito atribuído à questão 31 ter sido a letra E, entendo que deve ser alterado para a letra A, pelos motivos a seguir expostos.

O item IV, da questão 31, prevê: “A Constituição Federal estabelece que EM REGRA as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.”

Ocorre que o item em comento pede que a alternativa seja julgada com base no que está estabelecido na Constituição Federal, contudo, não há no texto Constitucional a expressão “em regra”. Pode-se até afirmar que tal expressão encontra respaldo na doutrina, contudo, o objeto da questão, conforme o comando, é o que está estabelecido na Constituição Federal de 1988.

A Constituição Federal preceitua, em seu art. 5º, §1º, que “as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.”

Veja que em momento algum o dispositivo da Constituição cita a expressão “EM REGRA”.

Assim, requer-se (requeiro/solicito) a alteração do gabarito da questão 31 para a letra A.”

RECURSO: 1196

A questão aborda a classificação das normas constitucionais quanto à eficácia, conforme José Afonso da Silva. O gabarito provisório considera os 4 itens como corretos (letra E). Os 3 primeiros itens estão corretos, segundo a doutrina mencionada. Entretanto, o item IV, de modo diverso, cobra o conteúdo literal do artigo 5º, parágrafo 2º da Constituição Federal, que dispõe “As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.” A adição da expressão “em regra” no item o torna incorreto, pois diverge da literalidade cobrada no item IV.

Sendo assim, este recurso pugna pela alteração do gabarito para a letra A, como justa medida.

Os recursos apresentados pelos candidatos sustentam que a questão deve ser anulada porque, nos seus entendimentos, a expressão “em regra” contida na assertiva do item IV deixa a questão errada uma vez que no art. 5º, §1º, da CF, não contém essa expressão e que o texto constitucional seria expresso ao prever que “tem” aplicabilidade imediata. Segundo os candidatos o suposto gabarito correto seria a letra A, não a letra E.

PARECER DA BANCA:

Os recursos apresentados não merecem prosperar porque não há exigência no edital de que as assertivas apresentadas devam ser *ipsis literis* ao texto da constituição federal. A assertiva do item IV, tal como está colocada, não está errada, em momento algum afirma que não tem eficácia imediata, ou seja, não há contrariedade ao sentido contido no art. 5º, §1º, da CF.

Fontes Bibliográficas:

Edital nº 01/2024 disponível no site da COPESE/UFT

Constituição Federal de 1988, disponível no site do planalto:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

RESULTADO

IMPROCEDENTE: A resposta do gabarito provisório deve ser mantida.

CARGO	Analista Técnico Jurídico
ÁREA DA PROVA	Conhecimentos Específicos
Nº DA QUESTÃO:	37

RECURSO:

RECURSO 944

Alternativa considerada correta letra C: (C) Apenas as afirmativas I e IV estão corretas.

Ocorre que a afirmativa II está correta, mas foi considerada incorreta pela banca.

O que diz a afirmativa II:

II. Os direitos fundamentais na dimensão subjetiva formam a base do ordenamento jurídico de um Estado de Direito democrático.

A afirmativa encontra-se correta, pois um dos fundamentos de um Estado de Direito democrático são os direitos fundamentais em todas suas dimensões, incluindo a subjetiva. Não atoa que os dois primeiros títulos da CF88 são de princípios fundamentais e direitos e garantias fundamentais.

De acordo com o artigo da Conjur sobre o tema:

Nas palavras de Nelson Nery Júnior, os direitos fundamentais constituem, na atualidade, a conjunção dos direitos humanos universais e dos direitos nacionais do cidadão, garantidos pela Constituição, contra possíveis arbítrios que possam ser cometidos pelo Estado ou particulares. Mesmo cada qual das categorias contendo suas especificidades, ambas integram o que se denominou de cultura de um Estado democrático de Direito. (<https://www.conjur.com.br/2022-ago-25/controversias-juridicas-limitacao-garantias-estado-democratico-direito/>)

Portanto, deve-se anular a questão por possuir outra alternativa correta.

O recurso apresentado pelo candidato sustenta que a questão deve ser anulada porque, no seu entendimento, a assertiva contida no item II estaria correta e a banca considerou incorreta.

PARECER DA BANCA:

O recurso apresentado não merece prosperar porque os conceitos contidos nos itens II e III estão invertidos, ou seja, os direitos fundamentais na dimensão objetiva (e não subjetiva) é que formam a base do ordenamento jurídico de um Estado de Direito democrático.

Fontes Bibliográficas: MASSON, Nathalia. Manual de direito constitucional. 8. ed. Salvador: Juspdvm, 2020.

RESULTADO

IMPROCEDENTE: A resposta do gabarito provisório deve ser mantida.

CARGO	Analista Técnico Jurídico
ÁREA DA PROVA	Conhecimentos Específicos
Nº DA QUESTÃO:	38

RECURSO:

RECURSO 1179

A banca considerou como correta a alternativa "b", segundo a qual considerou como certos os itens II e III.

Ocorre que, o item II está incorreto, uma vez que estabelece que "Compete à autoridade administrativa aplicar ao servidor público a pena de demissão, em razão da prática de improbidade administrativa, independentemente de prévia

condenação, por autoridade judiciária, à perda da função pública."

Isso porque, o artigo 20 da Lei 8.429/1992 é bem claro ao estabelecer que a perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos em decorrência da condenação por ato de improbidade administrativa só se efetiva com o trânsito em julgado da sentença condenatória. Logo, evidentemente o item II está incorreto, ao passo que somente o item III está correto.

Nesse sentido, diante da inexistência de alternativa que contemple só o item "III" como correto, solicita-se a anulação da questão, com base da legislação supracitada.

O recurso apresentado pelo candidato sustenta que a questão deve ser anulada porque, no seu entendimento, a assertiva contida no item II estaria correta e a banca considerou incorreta.

PARECER DA BANCA:

O recurso apresentado não merece prosperar porque o item II está de acordo com a súmula nº 651 do STJ, não existindo nenhum equívoco em seu conteúdo.

Fontes Bibliográficas: Súmulas do Superior Tribunal de Justiça, disponível no link: https://www.stj.jus.br/docs_internet/jurisprudencia/tematica/download/SU/Verbetes/VerbetesSTJ.pdf

RESULTADO

IMPROCEDENTE: A resposta do gabarito provisório deve ser mantida.

NÍVEL SUPERIOR – ANALISTA DE SISTEMAS

CARGO	ANALISTA DE SISTEMAS
ÁREA DA PROVA	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - ANALISTA DE SISTEMAS
Nº DA QUESTÃO:	28

RECURSO: 1000

RECURSO 1000

A QUESTÃO 28 deve ser alterada a resposta, pois ela traz no seu gabarito como sendo a alternativa c) contendo um afirmativa incorreta ocorre que, o usuários finais e demais partes interessadas colaboram na especificação e avaliação de cada incremento. Eles podem sugerir modificações ao software e novos requisitos que devem ser implementados em uma versão ou incremento posterior, esse conceito está ligado a Desenvolvimento adaptativo dentro dos modelos ágeis. Além do mais a alternativa (D) é a incorreta. Os modelos ágeis de desenvolvimento de software não necessariamente enfatizam o desenvolvimento de interfaces de usuário por meio de sistemas interativos de desenho e posicionamento de ícones. Em vez disso, eles se concentram em outras características, como iteratividade, colaboração, autonomia das equipes e entrega de valor. As interfaces de usuário podem ser desenvolvidas de várias maneiras, mas não há uma abordagem específica definida pelos métodos ágeis.

Sendo assim a QUESTÃO deveria ser alterada a resposta de C para D

EMBASAMENTO

<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/129316/1/estudoempirico-Vacari.pdf>

<https://www.devmedia.com.br/modelos-de-processos-ageis-conceitos-e-principios/30059>

PARECER DA BANCA:

A questão 28 tem como resposta correta a letra B, que trás seguinte questão: *O sistema é desenvolvido em uma versão única. Os usuários finais e outros stakeholders do sistema são envolvidos na especificação e avaliação dessa única*

versão.

Na página 39 do Livro Engenharia de Software, Autor: Ian Sommerville, capítulo 3: Desenvolvimento ágil de Software, podem ser encontradas as características fundamentais dos modelos ágeis de desenvolvimento de software, onde o item 2 do mesmo diz: *O sistema é desenvolvido em uma série de versões. Os usuários finais e outros stakeholders do sistema são envolvidos na especificação e avaliação de cada versão.*

Fontes Bibliográficas: Sommerville, I., 2022, 9ª edição, Engenharia de Software. Editora Pearson Education do Brasil.

RESULTADO

IMPROCEDENTE: A resposta do gabarito provisório deve ser mantida.

CARGO	Analista de Sistemas
ÁREA DA PROVA	Conhecimentos Específicos
Nº DA QUESTÃO:	32

RECURSO:

RECURSO 306

A criptografia simétrica usa apenas uma chave. A mesma é usada para criptografar e descriptografar. A questão também cita o número V e ele não existe nas opções.

EMBASAMENTO

1 - Criptografia e Segurança de Redes: Princípios e Práticas, William Stallings.

2 - Criptografia: tipos, exemplos e importância nas empresas, EQUIPE TOTVS , JUNHO, 2023. Disponível em:<https://shorturl.at/jwGU5>

PARECER DA BANCA:

Realmente, do jeito que está a prova não existe a alternativa V. O gabarito apresenta como resposta correta a Letra C Contudo, a resposta correta do gabarito é a Letra A.

RESULTADO

PROCEDENTE: A questão deve ser anulada.

CARGO	Analista de Sistemas
ÁREA DA PROVA	Conhecimentos Específicos
Nº DA QUESTÃO:	32

RECURSO:

RECURSO 320 - Na questão 32 existem quatro afirmações que devem ser julgadas, porém nas opções que vão da letra A a E existem opções que citam uma quinta afirmativa que inclusive é a opção correta, letra C. Como pode a letra C ser a correta se não existe uma quinta afirmativa? Afirmativa essa, que se existisse ajudaria no embasamento para a resposta da questão.

PARECER DA BANCA:

Realmente, do jeito que está a prova não existe a alternativa V. O gabarito apresenta como resposta correta a Letra C Contudo, a resposta correta do gabarito é a Letra A.

RESULTADO

PROCEDENTE: A questão deve ser anulada.

CARGO	Analista de Sistemas
--------------	----------------------

ÁREA DA PROVA	Conhecimentos Específicos
Nº DA QUESTÃO:	32
RECURSO:	
RECURSO 333	
<p>Questão 32 consta na resposta que a V está entre as corretas, porém não tem essa alternativa descrita na questão, necessário sua anulação. Provável falha de digitação, prejudicando o candidato e confundindo ao marcar, já que I e III estão corretas ficou faltando alternativa válida</p>	
EMBASAMENTO	
<p>Anulação se faz necessário por não ter resposta que valide.</p>	
PARECER DA BANCA:	
<p>Realmente, do jeito que está a prova não existe a alternativa V. O gabarito apresenta como resposta correta a Letra C Contudo, a resposta correta do gabarito é a Letra A.</p>	
RESULTADO	
<p>PROCEDENTE: A questão deve ser anulada.</p>	

CARGO	Analista de Sistemas
ÁREA DA PROVA	Conhecimentos Específicos
Nº DA QUESTÃO:	32
RECURSO:	
RECURSO 345	
<p>O gabarito preliminar apresenta como resposta correta a alternativa "C". Entretanto, a referida alternativa inclui entre as corretas a assertiva V, a qual não existe no enunciado.</p>	
EMBASAMENTO	
<p>A assertiva V, indicada como parte da resposta correta, não consta no enunciado.</p>	
PARECER DA BANCA:	
<p>Realmente, do jeito que está a prova não existe a alternativa V. O gabarito apresenta como resposta correta a Letra C Contudo, a resposta correta do gabarito é a Letra A.</p>	
RESULTADO	
<p>PROCEDENTE: A questão deve ser anulada.</p>	

CARGO	Analista de Sistemas
ÁREA DA PROVA	Conhecimentos Específicos
Nº DA QUESTÃO:	32
RECURSO:	
RECURSO 443	
<p>Houve uma incompatibilidade entre o número de afirmativas apresentadas na questão e nas alternativas. A questão possuía 4 afirmativas para serem analisadas, enquanto o gabarito da questão presumia que tivesse 5 afirmativas, sendo impossível acertar a questão por omissão de informações.</p>	
EMBASAMENTO	
<p>Não se aplica por apresentar um erro na formulação da questão, e não no conteúdo da mesma.</p>	

PARECER DA BANCA:

Realmente, do jeito que está a prova não existe a alternativa V. O gabarito apresenta como resposta correta a Letra C Contudo, a resposta correta do gabarito é a Letra A.

RESULTADO

PROCEDENTE: A questão deve ser anulada.

CARGO	Analista de Sistemas
ÁREA DA PROVA	Conhecimentos Específicos
Nº DA QUESTÃO:	32

RECURSO:**RECURSO 457**

QUESTÃO FALTANDO ALTERNATIVAS PARA O RESULTADO DA MESMA. APÓS LIBERAR O GABARITO PROVISÓRIO NA QUAL A ALTERNATIVA CORRETA É A : (C) Apenas as afirmativas I, III e V estão corretas. DEMONSTRANDO QUE NO CORPO DA QUESTÃO ESTÁ FALTANDO ALTERNATIVAS PARA A CONCLUSÃO DA RESPOSTA, SENDO QUE NO GABARITO VAI ATÉ A ALTERNATIVA 5 E O CORPO DA QUESTÃO SO TEM ATÉ A 4.

EMBASAMENTO

Analise as afirmativas a seguir em relação aos mecanismos de criptografia.

PARECER DA BANCA:

Realmente, do jeito que está a prova não existe a alternativa V. O gabarito apresenta como resposta correta a Letra C Contudo, a resposta correta do gabarito é a Letra A.

RESULTADO

PROCEDENTE: A questão deve ser anulada.

CARGO	Analista de Sistemas
ÁREA DA PROVA	Conhecimentos Específicos
Nº DA QUESTÃO:	32

RECURSO:**RECURSO 516**

Ao analisar a QUESTÃO 32, que disponibiliza 4 afirmativas sobre mecanismos de criptografia:

Com isso, temos que as afirmativas II e IV estão corretas. não tendo essa opção no gabarito , além do mais o gabarito preliminar apresenta como certa a alternativa (C) Apenas as afirmativas I, III e V estão corretas. O que sugere uma quinta afirmação com simbolo V, afirmação essa que não existe na questão

EMBASAMENTO

<https://blog.mailfence.com/pt/criptografia-simetrica-x-assimetrica-qual-e-adiferenca/#:~:text=A%20criptografia%20sim%C3%A9trica%20utiliza%20uma,privada%20correspondente%20para%200descriptograf%C3%A1%2Dla.>

PARECER DA BANCA:

Realmente, do jeito que está a prova não existe a alternativa V. O gabarito apresenta como resposta correta a Letra C Contudo, a resposta correta do gabarito é a Letra A..

RESULTADO

PROCEDENTE: A questão deve ser anulada.

CARGO	Analista de Sistemas
ÁREA DA PROVA	Conhecimentos Específicos
Nº DA QUESTÃO:	32
RECURSO:	
<p>RECURSO 537 Prezada Banca Examinadora, Venho por meio deste recurso contestar a afirmação apresentada na questão 32 sobre criptografia simétrica. A alegação de que a criptografia simétrica supõe o uso de DUAS chaves diferentes, uma para criptografar e outra para descriptografar, é INCORRETA. Conforme o livro Criptografia e segurança de redes: princípios e práticas de autoria do William Stallings: "A criptografia simétrica é uma forma de criptossistema em que a criptografia e a descriptografia são realizadas USANDO A MESMA CHAVE."(STALLINGS, p. 17). Este é um conceito fundamental da criptografia simétrica e amplamente reconhecido na comunidade de segurança da informação. Uma única chave para criptografar e descriptografar. Com base no argumento, solicito que a questão seja anulada. Pois a questão pede as afirmativas corretas e não há nenhuma alternativa com as afirmativas corretas. No gabarito provisório da 32 está a letra c que contém as afirmativas I (Que está claramente errada), III e V (está última, "afirmativa 5", não existe nas afirmativas da questão, que são apenas 4!). Agradeço antecipadamente pela revisão cuidadosa deste recurso.</p> <p>EMBASAMENTO STALLINGS, William. Criptografia e segurança de redes: princípios e práticas. 4. ed. São Paulo: Pearson, 2008. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 08 abr. 2024.</p>	
PARECER DA BANCA:	
Realmente, do jeito que está a prova não existe a alternativa V. O gabarito apresenta como resposta correta a Letra C Contudo, a resposta correta do gabarito é a Letra A.	
RESULTADO	
PROCEDENTE: A questão deve ser anulada.	

CARGO	Analista de Sistemas
ÁREA DA PROVA	Conhecimentos Específicos
Nº DA QUESTÃO:	32
RECURSO:	
<p>RECURSO 700 Solicito a ANULAÇÃO da questão, tendo em vista que a resposta apresenta a afirmativa V como CORRETA, porém o enunciado não trouxe a assertiva V. A banca considerou as afirmativas I, III e V como corretas, dando como resposta a letra C. Ocorre que o enunciado só apresentou quatro afirmativas (I, II, III e IV), o que já é suficiente para anular a questão, pois não seria possível marcar essa opção sem avaliar a afirmativa que não foi apresentada. Por mais que o candidato tentasse responder a questão, não havia uma resposta correta, pois apenas as afirmativas II e IV estavam corretas e não foi apresentada nenhuma resposta com essa opção. Além disso, ao analisar melhor o enunciado, verifica-se que, provavelmente, a questão estava quis pedir que o candidato marcasse as alternativas INCORRETAS, tendo em vista que as afirmativas I e III estavam erradas e, possivelmente, a afirmativa V, caso tivesse sido apresentada, também estaria. Pelo exposto, solicito a ANULAÇÃO da questão, pois a resposta dada como correta contem afirmativas que não haviam sido apresentadas para análise do candidato, mas mesmo se tivesse, as afirmativas apresentadas estariam incorretas e não corretas, o que invalida a resposta e deixa a questão sem resposta.</p> <p>EMBASAMENTO http://www.copese.uft.edu.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=8818</p>	
PARECER DA BANCA:	
Realmente, do jeito que está a prova não existe a alternativa V. O gabarito apresenta como resposta correta a Letra C Contudo, a resposta correta do gabarito é a Letra A.	

RESULTADO

PROCEDENTE: A questão deve ser anulada.

CARGO	Analista de Sistemas
ÁREA DA PROVA	Conhecimentos Específicos
Nº DA QUESTÃO:	32

RECURSO:**RECURSO 799**

Gostaria de contestar a validade da questão sobre mecanismos de criptografia presente no exame recente. A ausência do item V nas alternativas apresentadas para os candidatos compromete a integridade da questão.

A omissão do item V prejudica a igualdade entre as opções fornecidas aos candidatos, tornando a questão incompleta e desigual. Isso pode afetar negativamente a capacidade dos candidatos de responder corretamente, uma vez que não têm acesso a todas as informações relevantes.

Portanto, solicito a anulação desta questão e a revisão adequada para garantir que todas as alternativas estejam completas e corretas, assegurando assim uma avaliação justa e precisa para todos os candidatos.

Agradeço antecipadamente pela atenção dada a este recurso e pela consideração desta solicitação.

EMBASAMENTO

Do candidato.

PARECER DA BANCA:

Realmente, do jeito que está a prova não existe a alternativa V. O gabarito apresenta como resposta correta a Letra C Contudo, a resposta correta do gabarito é a Letra A.

RESULTADO

PROCEDENTE: A questão deve ser anulada.

CARGO	Analista de Sistemas
ÁREA DA PROVA	Conhecimentos Específicos
Nº DA QUESTÃO:	32

RECURSO:**RECURSO 822**

Prezada banca examinadora,

A banca publicou no gabarito provisório a alternativa "C" da questão 32, da prova de Conhecimentos específicos, como correta, porém, esta questão não possui a afirmativa "V". Ela consta apenas as afirmativas "I", "II", "III" e "IV", sendo que, na alternativa "C" consta a afirmativa "V". Nesse caso, afigura-se nítido erro material, não sendo possível afirmar que a alternativa "C" é a correta, fato que indubitavelmente causará prejuízo aos concursandos.

Ressalta-se que " O Superior Tribunal de Justiça firmou o entendimento no sentido de que a análise de questão objetiva pelo Poder Judiciário está diretamente ligada ao controle da legalidade e da vinculação ao edital do certame, não havendo que se falar em controle do mérito do ato administrativo." (1), de sorte que, se faz imperiosa a nulidade da referida questão, à luz dos princípios legais.

Ante o exposto, requer através do presente recurso a anulação da mencionada questão, tendo em vista a existência do apontado erro material, o qual impossibilita obter a resposta correta.

EMBASAMENTO

(1) AgInt no RMS 49.918/SC, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 14/10/2019, DJe 17/10/2019

PARECER DA BANCA:

Realmente, do jeito que está a prova não existe a alternativa V. O gabarito apresenta como resposta correta a Letra C Contudo, a resposta correta do gabarito é a Letra A.

RESULTADO**PROCEDENTE:** A questão deve ser anulada.

CARGO	Analista de Sistemas
ÁREA DA PROVA	Conhecimentos Específicos
Nº DA QUESTÃO:	32

RECURSO:**RECURSO 906**

Senhor Examinador,
A questão (32) não possui a afirmativa (V).
Diante disso solicito a ANULAÇÃO da questão (32).

EMBASAMENTO

Questão com erro de digitação. Questão com erro de digitação. Questão com erro de digitação.

PARECER DA BANCA:

Realmente, do jeito que está a prova não existe a alternativa V. O gabarito apresenta como resposta correta a Letra C. Contudo, a resposta correta do gabarito é a Letra A.

RESULTADO**PROCEDENTE:** A questão deve ser anulada.

CARGO	Analista de Sistemas
ÁREA DA PROVA	Conhecimentos Específicos
Nº DA QUESTÃO:	32

RECURSO:**RECURSO 1030**

Respeitosamente, gostaria de solicitar o cancelamento da Questão 32, que trata dos mecanismos de criptografia. A alternativa indicada como correta no gabarito oficial é a letra C, a qual afirma que apenas as afirmativas I, III e V estão corretas. No entanto, a questão apresenta apenas quatro afirmativas (I, II, III e IV).

EMBASAMENTO

Portanto, considerando a inexistência da afirmativa V, a alternativa C não pode ser correta, pois faz referência a uma afirmativa que não está presente na questão. Esse equívoco pode ter gerado confusão entre os candidatos e prejudicado a compreensão e a resposta correta à questão. Agradeço antecipadamente pela revisão e correção desse erro.

PARECER DA BANCA:

Realmente, do jeito que está a prova não existe a alternativa V. O gabarito apresenta como resposta correta a Letra C. Contudo, a resposta correta do gabarito é a Letra A.

RESULTADO**PROCEDENTE:** A questão deve ser anulada.

CARGO	ANALISTA DE SISTEMAS
ÁREA DA PROVA	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - ANALISTA DE SISTEMAS

Nº DA QUESTÃO:

33

RECURSO: 1016

RECURSO 1016

A QUESTÃO 33 deve ser anulado pois o gabarito traz a alternativa (A) Apenas as afirmativas I, II e IV estão corretas. como sendo a resposta, ocorre que as afirmações III. Drivers: módulos de código específicos para acessar os dispositivos físicos. Existe um driver para cada tipo de dispositivo, como discos rígidos SATA, portas USB, placas gráficas

etc. Muitas vezes, o driver é construído pelo próprio fabricante do hardware e fornecido em forma compilada (em linguagem de máquina) para ser acoplado ao restante do sistema operacional. V. Código de inicialização: (boot code) a inicialização do hardware requer uma série de tarefas complexas, como reconhecer os dispositivos instalados, testá-los e configurá-los adequadamente para seu uso posterior. também estão corretas, ou seja todas as alternativas estão corretas opção essa que não tem no gabarito

EMBASAMENTO

<https://wiki.inf.ufpr.br/maziero/lib/exe/fetch.php?media=socm:socm-02.pdf>

Capítulo 2 Estrutura de um SO

PARECER DA BANCA:

A questão 33 tem como resposta correta a letra C, que trás seguinte questão: (C) Apenas as afirmativas I, III e V estão corretas.

Logo as afirmativas II e IV, estão incorretas.

II. Camada mais baixa: é a camada do sistema operacional que constitui o chamado "núcleo" do sistema (ou kernel), usualmente executa em um modo especial de operação da memória, denominado modo privilegiado ou modo sistema.

Considerando a referência bibliográfica citada no questionamento (<https://wiki.inf.ufpr.br/maziero/lib/exe/fetch.php?media=socm:socm-02.pdf>/ Capítulo 2/ Estrutura de um SO) esse item nem existe na referência.

IV. Programas utilitários: são programas que facilitam o uso do sistema computacional, fornecendo funcionalidades ao núcleo de forma criptografada, como formatação de discos e mídias, configuração de dispositivos, manipulação de arquivos móveis (mover, copiar, apagar), interpretador de comandos, terminal, interface gráfica, gerência de janelas etc.

Considerando a referência bibliográfica citada no questionamento (<https://wiki.inf.ufpr.br/maziero/lib/exe/fetch.php?media=socm:socm-02.pdf>/ Capítulo 2/ Estrutura de um SO) tem-se que: Programas utilitários: são programas que facilitam o uso do sistema computacional, fornecendo funcionalidades complementares ao núcleo, como formatação de discos e mídias, configuração de dispositivos, manipulação de arquivos (mover, copiar, apagar), interpretador de comandos, terminal, interface gráfica, gerência de janelas, etc.

Fontes Bibliográficas: <https://wiki.inf.ufpr.br/maziero/lib/exe/fetch.php?media=socm:socm-02.pdf>/ Capítulo 2/ Estrutura de um SO)

RESULTADO

IMPROCEDENTE: A resposta do gabarito provisório deve ser mantida.

CARGO

ANALISTA DE SISTEMAS

ÁREA DA PROVA

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - ANALISTA DE SISTEMAS

Nº DA QUESTÃO:

34

RECURSO: 894

RECURSO 894

Senhor Examinador,

A questão (34) apresenta duas alternativas INCORRETAS, sendo elas a alternativa (D) e a alternativa (E).

Conforme o livro "Sistemas Operacionais: Conceitos e Mecanismos", no capítulo 32, página 428, a alternativa (E) sobre Máquinas Virtuais de Processo está com a definição equivocada, confundindo-se com a definição de Máquinas Virtuais de Sistema Operacional.

Máquinas virtuais de sistema operacional: são construídas para suportar espaços de usuário distintos sobre um mesmo sistema operacional. Embora compartilhem o mesmo núcleo, cada ambiente virtual possui seus próprios recursos lógicos, como espaço de armazenamento, mecanismos de IPC e interfaces de rede distintas.

Diante disso solicito a ANULAÇÃO da questão (34).

EMBASAMENTO

<https://wiki.inf.ufpr.br/maziero/lib/exe/fetch.php?media=socm:socm-livro.pdf>

PARECER DA BANCA:

A questão 34 tem como resposta correta a letra D, que traz o seguinte item:

(D) Máquinas virtuais de Interfaces: a interface virtual oferecida ao ambiente convidado reproduz a interface de hardware do sistema real, permitindo a execução de aplicações construídas para o sistema real.

Considerando a referência bibliográfica (<https://wiki.inf.ufpr.br/maziero/lib/exe/fetch.php?media=socm:socm-02.pdf>/ Capítulo 32/ Tipos de Maquinas Virtuais) pode-se verificar que a letra D, está correta.

E a letra E, que traz o seguinte item:

(E) Máquinas virtuais de processo: embora compartilhem o mesmo núcleo, cada ambiente virtual possui seus próprios recursos lógicos, como espaço de armazenamento, mecanismos de IPC e interfaces de rede distintas.

Considerando a referência bibliográfica (<https://wiki.inf.ufpr.br/maziero/lib/exe/fetch.php?media=socm:socm-02.pdf>/ Capítulo 32/ Tipos de Maquinas Virtuais) pode-se verificar que a letra E, está incorreta.

Fontes Bibliográficas: <https://wiki.inf.ufpr.br/maziero/lib/exe/fetch.php?media=socm:socm-02.pdf>/ Capítulo 32/ Tipos de Maquinas Virtuais)

RESULTADO

PROCEDENTE: A resposta do gabarito provisório deve ser alterada – a alternativa correta é a letra E.

CARGO	ANALISTA DE SISTEMAS
ÁREA DA PROVA	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - ANALISTA DE SISTEMAS
Nº DA QUESTÃO:	34

RECURSO: 388

RECURSO 388

A questão 34 na alternativa E fala que as Máquinas virtuais de processo: embora compartilhem o mesmo núcleo, cada ambiente virtual possui seus próprios recursos lógicos, como espaço de armazenamento, mecanismos de IPC e interfaces de rede distintas. Porém quem tem essa peculiaridade são as Maquinas Virtuais de sistema operacional, sendo assim a questão está INCORRETA.

Na alternativa que consta no gabarito sendo a (D) Máquinas virtuais de Interfaces: a interface virtual oferecida ao ambiente convidado reproduz a interface de hardware do sistema real, permitindo a execução de aplicações construídas para o sistema real, que está em sua integra CORRETA.

Pede-se para que o examinador, reveja com carinho a bibliografia e a necessidade de mudança de D para E como resposta ao gabarito

EMBASAMENTO

De acordo com o artigo Sistemas Operacionais: Conceitos e Mecanismos, CarlosMaziero, 2019. Destrincha bem as características das maquinas virtuais tornando a alternativa D correta e a E INCORRETA

Link: chrome-

extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/<https://wiki.inf.ufpr.br/maziero/lib/exe/fetch.php?media=socm:socm-32.pdf>

PARECER DA BANCA:

A questão 34 tem como resposta correta a letra D, que traz o seguinte item:

(D) Máquinas virtuais de Interfaces: a interface virtual oferecida ao ambiente convidado reproduz a interface de hardware do sistema real, permitindo a execução de aplicações construídas para o sistema real.

Considerando a referência bibliográfica (<https://wiki.inf.ufpr.br/maziero/lib/exe/fetch.php?media=socm:socm-02.pdf>/ Capítulo 32/ Tipos de Maquinas Virtuais) pode-se verificar que a letra D, está correta.

E a letra E, que traz o seguinte item:

(E) Máquinas virtuais de processo: embora compartilhem o mesmo núcleo, cada ambiente virtual possui seus próprios recursos lógicos, como espaço de armazenamento, mecanismos de IPC e interfaces de rede distintas.

Considerando a referência bibliográfica (<https://wiki.inf.ufpr.br/maziero/lib/exe/fetch.php?media=socm:socm-02.pdf>/ Capítulo 32/ Tipos de Maquinas Virtuais) pode-se verificar que a letra E, está incorreta.

Fontes Bibliográficas: <https://wiki.inf.ufpr.br/maziero/lib/exe/fetch.php?media=socm:socm-02.pdf>/ Capítulo 32/ Tipos de Maquinas Virtuais)

RESULTADO

PROCEDENTE: A resposta do gabarito provisório deve ser alterada – a alternativa correta é a letra E.

CARGO	Analista de Sistemas
ÁREA DA PROVA	Conhecimentos Específicos
Nº DA QUESTÃO:	37

RECURSO:

RECURSO 1044

A QUESTÃO 37 deve ser ANULADO pois ela tras o gabarito como sendo a alternativa (C) Apenas as afirmativas I, III e IV estão corretas, ocorre que:

I. Permite a comunicação entre o cliente e o servidor, sem a necessidade de recarregar toda a página. - Correta. O AJAX possibilita a troca assíncrona de pequenas quantidades de informações com o servidor, sem a necessidade de recarregar a página inteira.

II. Não permite atualizações em tempo real na interface do usuário, sem a necessidade de atualizar a página manualmente. - Incorreta. O AJAX é usado exatamente para possibilitar atualizações assíncronas e em tempo real na interface do usuário, sem recarregar a página manualmente.

III. Permite que páginas da web sejam construídas de forma síncrona, trocando dados com a rede a todo momento. - correto

IV. Solicita dados de um servidor sempre antes do carregamento da página. - Correta. O AJAX permite que o cliente solicite dados do servidor após o carregamento inicial da página, sem precisar recarregar tudo.

V. Permite a criação de interfaces dinâmicas e interativas, que proporcionam uma melhor experiência ao usuário. - Correta. Essa é uma das principais vantagens do uso do AJAX: criar interfaces mais dinâmicas e interativas.

Logo as afirmativas I, III , IV e V estão corretas, não tendo gabarito entre as alternativas

EMBASAMENTO

<https://w2websites.com/glossario/o-que-e-javascript-ajax/>

PARECER DA BANCA:

O requerente impetra recurso dizendo que as alternativas III e IV também estão corretas, o que não corresponde aos requisitos da tecnologia Ajax. Conforme citado pela própria bibliografia citada pelo requeente, justifica-se o seguinte:

Alternativa III errada: o texto da alternativa diz “Permite que páginas da web sejam construídas de forma síncrona, trocando dados com a rede a todo momento.”. O correto é que permite que páginas da web sejam construídas de forma assíncrona, não sendo necessário trocar dados com a rede a todo momento. Isso pode ser verificado na própria fonte bibliográfica citada pelo requerente na seção “O que é JavaScript AJAX?” e na seção “Vantagens do JavaScript Ajax”. Todas as fontes bibliográficas verificadas, dizem que as páginas web sejam construídas de forma assíncrona e não síncrona como a alternativa III diz. Logo, a mesma está errada.

Alternativa IV errada: o texto da alternativa diz “Solicita dados de um servidor sempre antes do carregamento da página.”. O que está errado nessa alternativa é a palavra sempre, dizendo que sempre solicita que os dados do servidor antes do carregamento da página, o que não é verdadeiro.

A própria definição do nome AJAX, que significa Asynchronous JavaScript and XML (JavaScript e XML assíncronos), é uma técnica que permite a uma página da web solicitar dados do servidor e atualizar partes da página sem precisar recarregar a página inteira, conforme definido nas bibliografias (BORBA, 2006) e (GONÇASLVES, 2007).

Logo, baseado nas questões colocadas acima, **a solicitação do requerente é improcedente e indefere-se a sua solicitação.**

Fontes Bibliográficas:

1)A própria citação bibliográfica citada pelo requerente (<https://w2websites.com/glossario/o-que-e-javascript-ajax/>).

2)BORBA, F. E. Ajax-Guia de Programação. São Paulo: Erica, 2006.

3)GONÇALVES, EDSON. AJAX na prática: Todo o poder dos melhores frameworks AJAX aliados ao desenvolvimento WEB 2.0. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2007.

RESULTADO

IMPROCEDENTE: A resposta do gabarito provisório deve ser mantida.

NÍVEL SUPERIOR – ANALISTA DE RECURSOS HUMANOS

CARGO	Analista de Recursos Humanos
ÁREA DA PROVA	Conhecimentos Específicos
Nº DA QUESTÃO:	29

RECURSO:

RECURSO: 462. Solicito a alteração do gabarito ou anulação da questão, já que a alternativa (E) está correta. De acordo com o livro Comportamento Organizacional, a liderança carismática é a liderança que tem como foco o carisma e a personalidade do líder. Esse tipo de líder proporciona visão clara de onde deseja chegar e se torna um agente de mudanças que converge os esforços do grupo para o atingimento dos objetivos organizacionais.

PARECER DA BANCA:

A opção **E** da questão está descrita da seguinte forma: “O líder carismático é aquele flexível, porém, adota comportamentos conforme os valores e a missão da organização, tendo em vista, prioritariamente, as metas a serem cumpridas e os aspectos morais da empresa e/ou instituição pública”.

A opção está **incorreta**, uma vez que o líder carismático é flexível, o que o faz ouvir e atentar-se tanto às questões dos seus liderados quanto da empresa. Indica sensibilidade e cuidado ao avaliar as necessidades e demandas existentes, atentando-se às aspirações dos membros do grupo. Ou seja, o líder carismático se preocupa com as necessidades de seus liderados assim como da empresa, não **PRIORIZANDO** somente as metas cumpridas e os aspectos morais da empresa.

Como descrito por Fiorelli (2007) a liderança depende especialmente das circunstâncias e das atribuições exigidas do líder, o que significa que o líder é uma pessoa sensível tanto aos seguidores como à situação.

Robbins (2005) traz cinco características que diferenciam o líder carismático do não-carismático, sendo: os líderes carismáticos têm uma visão, estão dispostos a correr risco por esta visão, são sensíveis tanto às limitações ambientais como às necessidades dos seus liderados e exibem comportamentos fora do comum.

Fontes Bibliográficas:

FIORELLI, José Omir. **Psicologia para administradores**: integrando teoria e prática. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ROBBINS, Stephen P. **Comportamento organizacional**. 11ª ed. São Paulo: Pearson Hall, 2005.

RESULTADO

IMPROCEDENTE: A resposta do gabarito provisório deve ser mantida.

CARGO	Analista de Recursos Humanos
ÁREA DA PROVA	Conhecimentos Específicos
Nº DA QUESTÃO:	34

RECURSO:

RERCURSO: 472. Solicito a alteração do gabarito ou anulação da questão, já que a alternativa (E) também poderia ser marcada, pois

apresenta claramente em sua descrição apenas vantagens a respeito da Gestão da Qualidade em relação aos recursos humanos, dessa forma não é possível representar um dos desafios dessa área.

Dessa forma, também pode ser comprovado através do trecho retirado do livro Gestão de qualidade: “Qualidade não é somente o resultado da implantação de uma técnica ou de normas e procedimentos. Os resultados concretos são obtidos apenas quando há ação. E a ação depende de vários fatores, como criatividade, talento, conhecimento,

percepção e atitude...”

PARECER DA BANCA:

A opção **E** da questão está descrita da seguinte forma: “Pode ser criativo e desenvolver sozinho as formas mais adequadas para resolver as situações de dificuldade que se afiguram a sua frente, quaisquer que sejam elas”.

A opção está **correta**, porque o descrito representa um dos desafios (não vantagens e desvantagens) da Gestão da Qualidade em relação aos recursos humanos, uma vez que toda ação na organização que visa aprimoramento das qualidades de seus produtos e serviços para atender às necessidades do cliente (interno quanto externo) torna-se um desafio contínuo e requer um conjunto de atributos. Conseqüentemente, demanda criatividade dos colaboradores, inclusive na resolução de problemas e/ou dificuldades na organização. Além disso, a Gestão pela Qualidade precisa incidir transformações nas práticas de Recursos Humanos, incentivando o trabalho com eficiência e padrões de qualidade. E tudo isso reflete no desenvolvimento de uma organização mais humana, em que as pessoas se unem para prestar um serviço a alguém com qualidade. Para isso, é preciso impulsionar os colaboradores a alcançar níveis melhores a partir de capacitação técnica, qualidade pessoal e habilitação profissional, o que envolve a criatividade e resolução de problemas. Ademais, a qualidade total faz uso de técnicas e ferramentas integradas ao modelo de gestão, valorizando o trabalho participativo como forma de motivar e estimular as inovações e melhorias, o que é um desafio em relação aos recursos humanos.

Fontes Bibliográficas:

PALADINI, Edson Pacheco. Gestão da qualidade. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

RESULTADO

IMPROCEDENTE: A resposta do gabarito provisório deve ser mantida.

NÍVEL SUPERIOR – ASSISTENTE SOCIAL

CARGO	Assistente Social
ÁREA DA PROVA	Conhecimento Específico
Nº DA QUESTÃO:	27

RECURSO:

RECURSO 1202

Ilustríssimo senhor Examinador, venho, respeitosamente, por meio deste recurso, solicitar a ANULAÇÃO da questão 27 da prova objetiva de Nível Superior Conhecimentos Específicos – Assistente Social - Concurso Público da Prefeitura Municipal de Palmas - Quadro Geral, pelos fatos fundamentados a seguir declinados:

QUESTÃO 27 Analise as afirmativas a seguir em relação à Política de Assistência Social.

I. Reconhecida como política social de responsabilidade estatal desde a Constituição de 1988, compondo o tripé da Seguridade Social junto com as Políticas de Saúde e Previdência Social.

Discordo dessa item I, pois só cita Políticas da Saúde e Previdência Social, e, o correto seria mencionar no enunciado todo o tripé da Seguridade Social que são 3: Saúde, Previdência e Assistência Social, de acordo com Art. 194 da Constituição Federal de 1988. CAPÍTULO II - DA SEGURIDADE SOCIAL - SEÇÃO I - DISPOSIÇÕES GERAIS:

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

EMBASAMENTO

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

PARECER DA BANCA:

A resposta I está correta, uma vez que o enunciado faz referência à Política de Assistência Social. A Política Nacional de Assistência Social - PNAS aponta que a Seguridade Social é composta por um tripé constituído pela Política de Saúde, Previdência junto com inserção da Assistência Social (2004, p. 92).

Fontes Bibliográficas: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional da Assistência Social – PNAS/2004 e Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB/SUAS - Brasília, DF: MDS, 2004.

RESULTADO

IMPROCEDENTE: A resposta do gabarito provisório deve ser mantida.

CARGO	Assistente Social
ÁREA DA PROVA	Conhecimentos Específicos
Nº DA QUESTÃO:	29

RECURSO:

RECURSO 1020

Sr. Examinador solicito a ANULAÇÃO da questão n. 29, visto que não consta em edital que será abordado assuntos especificamente referentes ao conjunto CFESS/CRESS.

EMBASAMENTO

Edital 001/2024 - Concurso Público para provimento de cargos do quadro geral. Anexo III item 2, subitem 2.5.7.

PARECER DA BANCA:

O Recurso não tem fundamento, uma vez que, no edital 01/2024 – Quadro Geral da Prefeitura de Palmas no Anexo III item 2 subitem 2.5.7, conforme cita no item 1 – O Serviço Social na Contemporaneidade, refere-se aos temas atuais e contemporâneos da profissão em Serviço Social, ainda quando no item 4. Políticas sociais públicas, cidadania e direitos sociais, não há como compreender a direção ético-política, técnico-operativa e teórico-metodológica da profissão se não acompanhar as deliberações e os debates das entidades de regulação da profissão como o Conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO.

Fontes Bibliográficas:

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na contemporaneidade. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: Capital financeiro, Trabalho e Questão Social. São Paulo: Cortez, 2007.

CFESS. Lei 8.662/93 – Lei de Regulamentação da Profissão.

RESULTADO

IMPROCEDENTE: A resposta do gabarito provisório deve ser mantida.

CARGO	Assistente Social
ÁREA DA PROVA	Conhecimentos Específicos
Nº DA QUESTÃO:	29

RECURSO:

RECURSO 1209

QUESTÃO 29 A profissão de Serviço Social, desde seu processo de “renovação” ou “tentativa de ruptura com o conservadorismo”, se coloca em defesa aos direitos da classe trabalhadora. Neste sentido, ao longo dos mais de 40 anos do “Congresso da Virada”, o conjunto CFESS/CRESS constrói uma agenda e bandeiras de lutas que, em sua revisão e atualização no 46º Encontro Nacional do conjunto CFESS/CRESS, de 2017, estruturou as bandeiras em três

eixos, são eles:

(B) Eixo em Defesa da Profissão, Eixo da Seguridade Social e Eixo dos Direitos Humanos.

Discordo da questão, pois menciona o 46º Encontro, e o correto seria o 44º Encontro de acordo com a Cartilha CFESS/ CRESS ...Bandeiras de Luta, aprovado no 44º Encontro Nacional CFESS-CRESS, condensa uma parte da pauta política construída coletivamente ao longo dos últimos anos pelo Conjunto CFESS-CRESS, como produto de suas plenárias deliberativas, que ocorrem anualmente, conforme previsto na Lei nº 8.662/93, que regulamenta a profissão de assistente social no Brasil. Esta pauta passou a compor a chamada “Agenda Permanente”. As demais deliberações, que compõem os atuais planos de ação do Conjunto, estão inseridas no Relatório do 44º Encontro Nacional CFESS-CRESS. O documento está estruturado em três eixos: defesa da profissão, da seguridade social e dos direitos humanos. Com vistas a superar a fragmentação setorial engendrada à revelia do princípio constitucional da seguridade social.

EMBASAMENTO

Fonte: Bandeiras de Luta do Conjunto CFESS-CRESS Organização e revisão das propostas acumuladas nos Encontros Nacionais CFESS-CRESS Grupo de Trabalho Agenda Permanente do Conjunto CFESS-CRESS
Site: www.cfess.org.br <https://www.cfess.org.br/arquivos/FolderBandeiradeLutas-Livreto.pdf>

PARECER DA BANCA:

O documento utilizado para a elaboração da prova seguiu a publicação do conjunto CFESS/CRESS “Sou assistente social e aqui estão minhas bandeiras de luta! Conheça a pauta política do Serviço Social brasileiro construída coletivamente ao longo dos últimos anos pelo conjunto CFESS-CRESS” impresso em 2019. Na página 5 consta: “No 46º Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS, realizado na cidade de Brasília em 2017, aprovamos a revisão e atualização do documento intitulado **Bandeiras de Luta**. Ele condensa parte da pauta política construída coletivamente ao longo dos últimos anos, como produto das plenárias deliberativas, que ocorrem anualmente, conforme previsto na Lei 8.662/93, que regulamenta a profissão de assistente social no Brasil. A primeira consolidação das Bandeiras nesse formato foi realizado em 2015” (CFESS, 2019; p. 05). E compreendido como um processo construído coletivamente após o movimento de reconceituação da profissão, que resultou no Congresso da Virada em 1979.

Fontes Bibliográficas:

CFESS/CRESS. Sou assistente social e aqui estão minhas bandeiras de luta! Conheça a pauta política do Serviço Social brasileiro construída coletivamente ao longo dos últimos anos pelo conjunto CFESS-CRESS. Brasília: CFESS, 2019.

RESULTADO

IMPROCEDENTE: A resposta do gabarito provisório deve ser mantida.

CARGO	Assistente Social
ÁREA DA PROVA	Conhecimentos Específicos
Nº DA QUESTÃO:	35

RECURSO:

RECURSO 563

Sr. Examinador venho solicitar a mudança de gabarito da questão 35 para letra D.

Visto que a mesma conta como certo o gabarito B, trazendo como incorretas as afirmativas I, II e IV. Conforme expresso na publicação: Produção de documentos e emissão de opinião técnica em Serviço Social de 2022 pelo Conselho federal de Serviço Social (CFESS), página 44 as afirmativas I e II se refere sim ao estudo social conforme traz a publicação de direcionamento aos profissionais de Serviço Social.

Ficando assim as afirmativas III e IV como incorretas.

Afirmativa III incorreta devido às características apresentadas se tratarem de instrumental: projeto e pesquisa.

Afirmativa IV incorreta devido o estudo social não ser fundamentado através de suposição.

EMBASAMENTO

PARECER DA BANCA:

O objetivo do estudo social é conhecer de forma crítica uma determinada expressão da questão social. (FÁVERO, 2011). Por essa razão, requer que o/a assistente social faça uso de entrevistas, visitas domiciliares, pesquisa documental e bibliográfica, bem como observações e acompanhamento do usuário, através de fundamentação rigorosa, teórica, ética e técnica, com base no projeto da profissão.

- A alternativa I é considerada incorreta, pois o estudo social visa instrumentalizar medidas sociais e legais a serem adotadas, com o objetivo de fortalecer os direitos. O estudo social é concebido como uma ação interventiva que deve gerar uma opinião técnica em matéria de Serviço Social, e sua materialização se dá por meio de documentos elaborados pelo profissional (CFESS, 2014, p. 24).
- A alternativa II é incorreta porque o estudo social não deve ser orientado apenas pelas expressões verbais da questão social manifestadas pelo usuário. Além de interpretar as demandas apresentadas aos assistentes sociais pelos indivíduos, o estudo social requer uma compreensão mais profunda da realidade por meio de um processo de conhecimento, análise e interpretação de uma determinada situação social.

Fontes Bibliográficas: FAVERO, E. T. O estudo social: fundamentos e particularidades de sua construção na área judiciária. In: CFESS (org). O Estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos: contribuição ao debate no judiciário, penitenciário e na previdência social. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2011.
CFESS. Produção de documentos e emissão de opinião técnica em Serviço Social. Brasília: CFESS, 2022.

RESULTADO

IMPROCEDENTE: A resposta do gabarito provisório deve ser mantida.

CARGO	Assistente Social
ÁREA DA PROVA	Conhecimentos Específicos
Nº DA QUESTÃO:	35

RECURSO:

RECURSO 1211

QUESTIONAMENTO

QUESTÃO 35 O estudo social, presente no cotidiano da intervenção profissional, ao longo da trajetória sócio-histórica do Serviço Social, compõe um movimento de sistematização e aprimoramento da dimensão técnico operativa na direção da ampliação e garantia de direitos usuários dos serviços sociais. Analise as afirmativas a seguir em relação as diretrizes do estudo social.

IV. A elaboração do estudo social requer fundamentação rigorosa, análise, observação, suposições e registros, apresentando a reconstrução de acontecimentos e circunstâncias sociais vivenciadas pelo usuário.

Nesse item IV Discordo do termo em "suposições", pois segundo Fávero (2003) - O estudo social deve ser constituído a partir de uma fundamentação rigorosa e ética, assentada no projeto ético-político da profissão, guarda em si um determinado poder ou um poder de verdade, que contribui para a definição de aspectos da vida dos sujeitos. O horizonte de sua utilização deve ser a garantia e ampliação de direitos dos sujeitos usuários dos serviços sociais.

Fávero (2003) o define como um processo metodológico específico, cujo propósito é averiguar, com argúcia e perspectiva crítica, determinado caso ou expressão da questão social, objeto de intervenção profissional – mais precisamente, nos seus aspectos socioeconômicos e culturais.

EMBASAMENTO

Referências

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. O Estudo Social em perícias, laudos e pareceres técnicos. Contribuição ao debate no Judiciário, Penitenciário e na Previdência Social. São Paulo: Ed. Cortez, 2003.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Código de Ética Profissional do/a Assistente Social. 9. ed. revisado e

atualizado. Brasília: CFESS, 2011.

FÁVERO, E. T. O estudo social: fundamentos e particularidades de sua construção na área jurídica. In: CFESS – Conselho Federal de Serviço Social (Org.). O estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos: debates atuais no judiciário, no penitenciário e na previdência social. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2014. p. 9-52.

PARECER DA BANCA:

A solicitação em questão demanda que o candidato analise as assertivas referentes às diretrizes do estudo social e identifique a alternativa incorreta. Nesse contexto, o gabarito está adequado, pois o enunciado da questão visa destacar a alternativa inadequada no âmbito do estudo social. As questões I, II e IV (alternativa B) foram consideradas incorretas, conforme requerido no enunciado da questão.

RESULTADO

IMPROCEDENTE: A resposta do gabarito provisório deve ser mantida.

CARGO	Assistente Social
ÁREA DA PROVA	Conhecimentos Específicos
Nº DA QUESTÃO:	35

RECURSO:

RECURSO 668

QUESTIONAMENTO

Prezado examinador, venho respeitosamente solicitar a anulação da questão 35. A questão considerou correto que suposições faz parte das diretrizes do estudo social, o que é errôneo, pois supor é uma é um ponto de vista sem comprovação, sendo assim impossível de ser usado em documento profissional tão importante.

EMBASAMENTO

Suposição - (su.po.si.ção) - sf.

1. Ação ou resultado de supor.

2. Ideia ou opinião formada sem comprovação dos fatos; HIPÓTESE; CONJETURA

3. Alegação, afirmação de uma coisa que se sabe ser falsa e que se apresenta como verdadeira.

Disponível em: <https://www.aulete.com.br/suposi%C3%A7%C3%A3o>

Já o estudo social, de acordo com a Professora Eunice Fávero “é um processo metodológico específico do Serviço Social, que tem

PARECER DA BANCA:

A solicitação em questão requer que o candidato analise as assertivas relacionadas às diretrizes do estudo social e identifique a alternativa incorreta. Nesse sentido, o gabarito está correto, uma vez que o enunciado da questão indaga sobre a alternativa inadequada no contexto do estudo social.

RESULTADO

IMPROCEDENTE: A resposta do gabarito provisório deve ser mantida.

CARGO	Assistente Social
ÁREA DA PROVA	Conhecimentos Específicos

Nº DA QUESTÃO:

39

RECURSO:

RECURSO 680

Sr. Examinador venho solicitar a anulação da questão 39 visto que a mesma está com duas assertivas corretas, sendo letra B e D.

Conforme relatório final da 46º encontro Nacional do conjunto CFESS/CRESS não define especificamente sobre o apoio aos movimentos sociais de direitos humanos, podendo ser apoio a alguns ou a todos.

Outro motivo para anulação da questão 39, e o fato de não constar em edital assunto relacionado especificamente ao CFESS/CRESS.

EMBASAMENTO

46º Encontro Nacional CFESS/CRESS, realizado de 7 a 10 de setembro de 2017 - Relatório final página 9 e 18.

PARECER DA BANCA:

O documento utilizado para a elaboração da prova seguiu a publicação do conjunto CFESS/CRESS “Sou assistente social e aqui estão minhas bandeiras de luta! Conheça a pauta política do Serviço Social brasileiro construída coletivamente ao longo dos últimos anos pelo conjunto CFESS-CRESS” impresso em 2019 e mesmo as alternativas longas e aparentemente iguais, todavia não são.

Na alternativa D apresenta a seguinte afirmação “apoio a todos os movimentos sociais”, a categoria profissional de Serviço Social na sua direção ético-política e teórico-metodológica, não apoia todos os movimentos sociais, tendo em vista as organizações antidemocráticas, racistas, lgbtfóbicas, entre outros. Sobre “não constar em edital assunto relacionado especificamente ao CFESS/CRESS”, no edital 01/2024 – Quadro Geral da Prefeitura de Palmas no Anexo III item 2 subitem 2.5.7, conforme cita no item 1 – O Serviço Social na Contemporaneidade, refere-se aos temas atuais e contemporâneos da profissão em Serviço Social, ainda quando no item 4. Políticas sociais públicas, cidadania e direitos sociais, não há como compreender a direção ético-política, técnico-operativa e teórico-metodológica da profissão se não acompanhar as deliberações e os debates das entidades de regulação da profissão como o Conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO.

Fontes Bibliográficas:

CFESS/CRESS. Sou assistente social e aqui estão minhas bandeiras de luta! Conheça a pauta política do Serviço Social brasileiro construída coletivamente ao longo dos últimos anos pelo conjunto CFESS-CRESS. Brasília: CFESS, 2019.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na contemporaneidade. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. Serviço Social em Tempo de Capital Fetice: Capital financeiro, Trabalho e Questão Social. São Paulo: Cortez, 2007.

CFESS. Lei 8.662/93 – Lei de Regulamentação da Profissão.

RESULTADO

IMPROCEDENTE: A resposta do gabarito provisório deve ser mantida.

CARGO

Assistente Social

ÁREA DA PROVA

Conhecimentos Específicos

Nº DA QUESTÃO:

39

RECURSO:

RECURSO 341

A questão pede para marcar a correta, porém as alternativas a, b, c, d estão corretas e apenas a "e" está incorreta. Assim, a alternativa deveria pedi a incorreta, pois, a questão incorreta fala sobre a defesa da religiosidade do Estado

contrário a CF de 1988, que caracterizam a laicidade do Estado brasileiro: art. 5º, incisos VI, VII e VIII." À luz do inciso VIII, ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa"(BRASIL, 1988).

EMBASAMENTO

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.

PARECER DA BANCA:

O documento que foi utilizado para a elaboração da prova seguiu a publicação do conjunto CFESS/CRESS "Sou assistente social e aqui estão minhas bandeiras de luta! Conheça a pauta política do Serviço Social brasileiro construída coletivamente ao longo dos últimos anos pelo conjunto CFESS-CRESS" impresso em 2019, e mesmo as alternativas estarem longas e aparentemente iguais, elas não são, na **alternativa A** o termo opção sexual, não é o termo correto para definir a sexualidade de uma pessoa, o termo correto é orientação sexual como consta na alternativa B, e ainda o termo equidade de gênero, não é a mesma coisa que identidade de gênero. Na **alternativa C** tem uma finalização com a defesa de um documento específico da Política de Assistência Social brasileira, as bandeiras de lutas do Serviço Social colocam defesas gerais das políticas sociais e não um documento específico. Na **alternativa D** apresenta a seguinte afirmação "apoio a todos os movimentos sociais", a categoria profissional de Serviço Social na sua direção ético-política e teórico-metodológica, não apoia todos os movimentos sociais, tendo em vista as organizações antidemocráticas, racistas, lgbtfóbicas, entre outros

O documento utilizado para a elaboração da prova seguiu a publicação do conjunto CFESS/CRESS "Sou assistente social e aqui estão minhas bandeiras de luta! Conheça a pauta política do Serviço Social brasileiro construída coletivamente ao longo dos últimos anos pelo conjunto CFESS-CRESS" impresso em 2019 e mesmo as alternativas longas e aparentemente iguais, todavia não são.

Fontes Bibliográficas:

CFESS/CRESS. Sou assistente social e aqui estão minhas bandeiras de luta! Conheça a pauta política do Serviço Social brasileiro construída coletivamente ao longo dos últimos anos pelo conjunto CFESS-CRESS. Brasília: CFESS, 2019.

RESULTADO

IMPROCEDENTE: A resposta do gabarito provisório deve ser mantida.

CARGO	Assistente Social
ÁREA DA PROVA	Conhecimentos Específicos
Nº DA QUESTÃO:	35

RECURSO:

RECURSO 1205

QUESTIONAMENTO

Solicito a revisão da questão mencionada a cima; pois segundo a banca examinadora a solicitação e a resposta incorreta.

resposta do gabarito provisório disponibilizado e a letra (B) I, II e IV apenas.

De acordo com o que foi proposto na questão a incorreta seria a opção II, pois o estudo social não se norteia só pela;

"II. Norteia-se pelas expressões da questão social que são expressas verbalmente pelo usuário."

Por tanto no I. O estudo social é um processo metodológico específico do

Serviço Social que tem por finalidade conhecer, com profundidade e de forma crítica, uma determinada situação ou expressão da questão social, através da interpretação de informações coletadas, avaliação técnica e ética, sem, contudo, apontar medidas sociais e legais que poderiam ser tomadas.

IV. A elaboração do estudo social requer fundamentação

rigorosa, análise, observação, suposições e registros, apresentando a reconstrução de acontecimentos e circunstâncias sociais vivenciadas pelo usuário. Ela está nas diretrizes do estudo social.

EMBASAMENTO

Instrumentos de trabalho do assistente social: estudo social, perícias, laudos, relatórios e pareceres

4 Comentários / Artigos do Portal do Serviço Social, Material de Apoio / Por Laura Martins / 18 de julho de 2022

PARECER DA BANCA:

Além da questão II, a alternativa I e IV estão incorretas.

- A alternativa I é considerada incorreta, pois o estudo social visa instrumentalizar medidas sociais e legais a serem adotadas, com o objetivo de fortalecer os direitos. O estudo social é concebido como uma ação interventiva que deve gerar uma opinião técnica em matéria de Serviço Social, e sua materialização se dá por meio de documentos elaborados pelo profissional (CFESS, 2014, p. 24).
- A alternativa IV está incorreta, haja vista que o/a assistente social não deverá basear-se em suposições para elaboração e sistematização do estudo social.

Fontes: FAVERO, E. T. O estudo social: fundamentos e particularidades de sua construção na área judiciária. In: CFESS (org). O Estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos: contribuição ao debate no judiciário, penitenciário e na previdência social. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2011.
CFESS. Produção de documentos e emissão de opinião técnica em Serviço Social. Brasília: CFESS, 2022.

RESULTADO

IMPROCEDENTE: A resposta do gabarito provisório deve ser mantida.

NÍVEL SUPERIOR – CONTADOR

CARGO	Contador
ÁREA DA PROVA	Conhecimentos Específicos
Nº DA QUESTÃO:	26

RECURSO:

Recurso: 526

Na afirmação III da Questão 26 . Considera-se passivo uma obrigação presente da entidade de transferir um recurso econômico como resultado de eventos passados.

Existe aqui uma ambiguidade na expressão "como resultado de eventos passados" presente na afirmação da questão. Essa expressão pode ser interpretada de diferentes maneiras, o que pode levar a uma compreensão imprecisa ou incompleta do conceito de passivo. Na conceituação de passivo constante no MCASP, a frase "derivada de evento passado" é mais clara e específica ao indicar que o passivo é resultante de um evento passado. Essa formulação sugere uma relação direta e causal entre o evento passado e a obrigação presente, sem deixar espaço para interpretações alternativas. Por outro lado, a afirmação da questão, a expressão "como resultado de eventos passados" é mais ampla e aberta a interpretações diferentes. Pode-se interpretar que a obrigação presente é consequência direta dos eventos passados, mas também pode-se entender que os eventos passados apenas contribuíram de alguma forma para a obrigação presente, sem necessariamente serem a causa direta. Essa ambiguidade pode levar a uma compreensão menos precisa do conceito de passivo. Desta forma a questão deverá ser anulada por não ter alternativa correta.

EMBASAMENTO

Manual de contabilidade pública - MCASP 10ª edição

PARECER DA BANCA:

A Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TG Estrutura Conceitual, de 21 de novembro de 2019, define o passivo como: "Obrigação presente da entidade de transferir um recurso econômico como resultado de eventos passados". Acrescenta, ainda que a existência do passivo deve satisfazer a esses três critérios.

Fontes Bibliográficas: CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. NBC TG Estrutura Conceitual, de 21 de novembro de 2019. Dá nova redação à NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL, que dispõe sobre a estrutura conceitual para relatório financeiro.

RESULTADO

IMPROCEDENTE: A resposta do gabarito provisório deve ser mantida.

CARGO

Contador

ÁREA DA PROVA

Conhecimentos Específicos

Nº DA QUESTÃO:

27

RECURSO:

RECURSO: 914

Para encontrar o saldo dos Lucros Acumulados, precisamos calcular o PL, que é a diferença entre o total de ativos e o total de passivos, e subtrair o capital social e outras contas do patrimônio líquido, se houver.

Ativos:

Caixa: R\$ 1.000,00 ; Banco Conta Movimento: R\$ 20.000,00; Mercadoria para Revenda: R\$ 30.000,00; Duplicatas a Receber: R\$ 5.000,00; Impostos a Recuperar: R\$ 3.000,00; Terreno: R\$ 60.000,00; Veículo: R\$ 50.000,00.

Passivos e Patrimônio Líquido:

Fornecedores: R\$ 12.000,00; Salários a Pagar: R\$ 8.450,00; Adiantamento a Fornecedores: R\$ 6.000,00; Encargos Sociais a Recolher: R\$ 1.550,00; Duplicatas Descontadas: R\$ 20.000,00; Tributos Retidos na Fonte a Recolher: R\$ 1.500,00; Adiantamento de Clientes: R\$ 15.000,00; Depreciação Acumulada: R\$ 10.000,00 (reduz o valor dos ativos); Capital Social: R\$ 90.000,00.

Lucros Acumulados = PL - Capital Social - Depreciação Acumulada (se Depreciação Acumulada ainda não estiver contabilizada nos ativos)

Total de Ativos = 1.000 + 20.000 + 30.000 + 5.000 + 3.000 + 60.000 + 50.000 = 169.000

Total de Passivos = 12.000 + 8.450 + 6.000 + 1.550 + 20.000 + 1.500 + 15.000 = 64.500

PL = Total de Ativos - Total de Passivos = 169.000 - 64.500 = 104.500

Lucros Acumulados = PL - Capital Social - Depreciação Acumulada

Lucros Acumulados = 104.500 - 90.000 - 10.000 = 4.500

Não há entre as opções a resposta R\$4.500,00.

EMBASAMENTO

Marion, José Carlos. "Contabilidade Empresarial". Esta obra é amplamente utilizada em cursos de contabilidade no Brasil e oferece uma abordagem prática e teórica sobre contabilidade financeira, incluindo a elaboração de balanços e a compreensão de contas patrimoniais e de resultado.

Iudícibus, Sérgio de; Marion, José Carlos; Pereira, Carlos Alberto; et al. "Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações: Aplicável a Todas as Sociedades". Este manual é uma referência no campo da contabilidade societária e explica em detalhes como as contas devem ser estruturadas e apresentadas.

PARECER DA BANCA:

No questionamento do recurso as contas "adiantamento a fornecedores" e "depreciação acumulada" foram apresentadas como contas do passivo, o que não procede.

Ativos:

Caixa: R\$ 1.000,00; Banco Conta Movimento: R\$ 20.000,00; Adiantamento a Fornecedores: R\$ 6.000,00; Mercadoria para Revenda: R\$ 30.000,00; Duplicatas a Receber: R\$ 5.000,00; Impostos a Recuperar: R\$ 3.000,00; Terreno: R\$ 60.000,00; Veículo: R\$ 50.000,00; Depreciação Acumulada: R\$ 10.000,00.

Passivos e Patrimônio Líquido:

Fornecedores: R\$ 12.000,00; Salários a Pagar: R\$ 8.450,00; Encargos Sociais a Recolher: R\$ 1.550,00; Duplicatas Descontadas: R\$ 20.000,00; Tributos Retidos na Fonte a Recolher: R\$ 1.500,00; Adiantamento de Clientes: R\$ 15.000,00; Capital Social: R\$ 90.000,00.

Total de Ativos = 1.000 + 20.000 + 6.000 + 30.000 + 5.000 + 3.000 + 60.000 + 50.000 - 10.000 = 165.000
Total de Passivos = 12.000 + 8.450 + 1.550 + 20.000 + 1.500 + 15.000 = 58.500,00
PL = 90.000 + X

PL = Ativo - Passivo
PL = 165.000 - 58.500
PL = 106.500

Logo, PL = 90.000 + X
106.500 = 90.000 + X
X = 106.500 - 90.000
X = 16.500,00

MARION, Jose Carlos. Contabilidade Básica. 13. ed. São Paulo SP: Atlas, 2022.

RESULTADO

IMPROCEDENTE: A resposta do gabarito provisório deve ser mantida.

CARGO	Contador
ÁREA DA PROVA	Conhecimentos Específicos
Nº DA QUESTÃO:	028

RECURSO:

RECURSO: 1085

Quero apenas deixar minha manifestação de insatisfação, pois a prova de contador tinha apenas UMA PÁGINA de rascunho. É ótimo economizar, mas que essa economia não prejudique o candidato. EMBASAMENTO E mínimo de 3 de 5 em cada matéria também é um absurdo. É injusto, de uma desproporção imensa.

PARECER DA BANCA:

No final da prova foi reservado espaço em branco para as anotações.

RESULTADO

IMPROCEDENTE: A resposta do gabarito provisório deve ser mantida.

CARGO	Contador
ÁREA DA PROVA	Conhecimentos Específicos
Nº DA QUESTÃO:	28

RECURSO:

RECURSO: 946

Com os dados fornecidos, só podemos confirmar o Capital Social para o Patrimônio Líquido. Então, não podemos verificar a afirmativa V, pois falta mais informações. Dado que a afirmativa I está incorreta (o cálculo mostra um prejuízo de -R\$ 9.600,00), a afirmativa II está correta, a afirmativa III está correta (com o resultado do exercício sendo um prejuízo próximo a R\$ 10.000,00), a afirmativa IV está correta, e a afirmativa V não pode ser confirmada com os dados

fornecidos, a alternativa correta baseada nas informações que podemos verificar é: (C) Apenas as afirmativas II, III e IV estão corretas.

PARECER DA BANCA:

Ativo Circulante: R\$ 40.500,00

Caixa e equivalentes de Caixa: Aplicação de Liquidez Imediata, R\$ 15.000,00; Banco Conta Movimento, R\$ 12.000,00; Caixa, R\$ 1.000,00; = R\$ 28.000,00

Créditos: Duplicatas a Receber, R\$ 2.500,00

Estoque: Mercadoria para Revenda, R\$ 10.000,00;

Ativo Não Circulante: R\$ 67.500,00

Investimento: Participações em Outras Companhias, R\$ 10.000,00;

Imobilizado: Depreciação Acumulada, R\$1.000,00; Móveis e Utensílios, R\$ 6.500,00; Terreno (de uso), R\$ 40.000,00 = R\$ 45.500,00

Intangível: Patente, R\$ 12.000,00;

Passivo Circulante: Contas a Pagar, R\$ 15.000,00; Duplicatas a Pagar, R\$ 20.000,00; FGTS a Recolher, R\$ 170,00; Fornecedores, R\$ 20.000,00, ICMS a Recolher, R\$ 1.200,00; INSS a Recolher, R\$ 400,00; ISS a Recolher R\$ 30,00; Salários a Pagar, R\$ 1.200,00 = **R\$ 58.000,00**

Passivo não Circulante:

Patrimônio Líquido: Capital Social, R\$ 60.000,00; Prejuízo: R\$ 10.000,00 = R\$ 50.000,00

Receita: Receita de Prestação de Serviços, R\$ 6.000,00; Receita de Venda de Mercadoria, R\$ 40.000,00 = 46.000,00

Dedução da Receita: Imposto sobre Serviços, R\$ 200,00; Impostos sobre Venda de Mercadoria, R\$ 4.800,00 = 5.000,00

Custos: Custo de Mercadoria Vendida, R\$ 20.000,00; Custo de Serviço Prestado, R\$ 1.500,00 = R\$ 21.500,00

Despesas: Água e Esgoto, R\$ 1.400,00; Aluguel Passivo, R\$12.000,00; Depreciação, R\$ 500,00; Energia, R\$ 600,00; FGTS, R\$ 600,00; INSS, R\$ 1.900,00; Internet, R\$ 700,00; Propaganda e Publicidade, R\$ 1.000,00; Salários, R\$ 5.400,00; Seguros, R\$ 5.000,00; Telefone, R\$ 500,00 = R\$ 29.600,00

Resultado Financeiro: Juros ativos, R\$ 200,00; Juros Passivos, R\$ 100,00 = Receita Financeira R\$ 100,00

Resultado do Exercício = Receita- Deduções- Custo- Despesas+ Receita Financeira

Resultado do Exercício= R\$ 46.000,00- R\$ 5.000,00 – R\$ 21.500,00 – R\$ 29.600,00 + R\$ 100,00

Resultado do Exercício foi um Prejuízo de R\$ 10.000,00.

Não procede o recurso “Com os dados fornecidos, só podemos confirmar o Capital Social para o Patrimônio Líquido. Então, não podemos verificar a afirmativa V, pois falta mais informações”, pois os dados fornecidos permitem encontrar o Resultado do Exercício que é um Prejuízo de R\$ 10.000,00. Esse Prejuízo deve ser levado para o Patrimônio Líquido que somado com o Capital Social totaliza um Patrimônio Líquido de R\$ 50.000,00, conforme apresentado anteriormente.

MARION, Jose Carlos. Contabilidade Básica. 13. ed. São Paulo SP: Atlas, 2022.

VICECONTI, Paulo. NEVES, Silvério das. Contabilidade Básica. 17. ed. São Paulo, Saraiva, 2017.

RESULTADO

IMPROCEDENTE: A resposta do gabarito provisório deve ser mantida.

CARGO	Contador
ÁREA DA PROVA	Conhecimentos Específicos
Nº DA QUESTÃO:	30

RECURSO:

RECURSO: 952

A alternativa **INCORRETA** sobre as características do Orçamento-programa é: (C) A estrutura do orçamento está voltada para os aspectos administrativos e de planejamento. Esta afirmação é incorreta porque, no Orçamento-programa, a estrutura do orçamento não está centrada apenas nos aspectos administrativos e de planejamento, mas também na realização de objetivos e metas específicas. O foco está nos programas e projetos que contribuem para alcançar esses objetivos, em vez de se concentrar apenas na estrutura organizacional ou nos aspectos puramente financeiros.

PARECER DA BANCA:

De acordo com Giacomoni (2010, p.170) são características do orçamento programa:

1. O orçamento é o elo entre o planejamento e as funções executivas da organização.
2. A alocação de recursos visa à consecução de objetivos e metas.
3. As decisões orçamentárias são tomadas com base em avaliações e análises técnicas das alternativas possíveis.
4. Na elaboração do orçamento são considerados todos os custos dos programas, inclusive os que extrapolam o exercício.
5. A estrutura do orçamento está voltada para os aspectos administrativos e de planejamento.
6. Principal critério de classificação: funcional-programático.
7. Utilização sistemática de indicadores e padrões de medição do trabalho e dos resultados.
8. O controle visa avaliar a eficiência, a eficácia e a efetividade das ações governamentais.

Giacomoni, James. **Orçamento Público**. Disponível em: Grupo GEN, (19th Edição). Grupo GEN, 2023.

RESULTADO

IMPROCEDENTE: A resposta do gabarito provisório deve ser mantida.

CARGO	Contador
ÁREA DA PROVA	Conhecimentos Específicos
Nº DA QUESTÃO:	36

RECURSO:

RECURSO: 846

QUESTIONAMENTO

O saldo em banco em 31/12/X1 é R\$ 268.000,00, porém, a resposta não esta entre as alternativas.
Memória de cálculo:

Início com saldo bancário de 31/12/X0:

Saldo inicial: R\$ 100.000,00

Ingressos:

Arrecadação de impostos, taxas e contribuições de melhorias: +R\$ 80.000,00

Depósito indevido: +R\$ 15.000,00

Transferência do Fundo de Participação dos Municípios: +R\$ 130.000,00

Depósito efetuado decorrente de financiamentos: +R\$ 140.000,00

Retenção de IRRF (retido e não necessariamente aumenta o saldo bancário, pois é uma obrigação a ser repassada): +R\$ 0,00 (não altera saldo bancário)

Egressos:

Estorno parcial de depósito indevido: -R\$ 7.000,00

Débito indevido: +R\$ 20.000,00 (aumenta o saldo, pois é um erro a ser corrigido)

Despesas com salários: -R\$ 90.000,00

Contratação de serviços de consultoria: -R\$ 120.000,00

Não considerados no cálculo do saldo bancário (pois não afetam diretamente o caixa ou são apenas compromissos futuros):

Aquisição de veículos (apenas empenho e liquidação, sem pagamento)

Construção de uma unidade escolar (apenas empenho)

Cálculo:

Saldo inicial + Total Ingressos - Total Egressos

100.000,00 (Saldo inicial)

80.000,00 (Impostos)

15.000,00 (Depósito indevido)

130.000,00 (Transferências do FPM)

140.000,00 (Financiamento)

7.000,00 (Estorno parcial)

20.000,00 (Débito indevido)

90.000,00 (Salários)

120.000,00 (Consultoria)

= Saldo final em 31/12/X1 - R\$ 268.000,00.

PARECER DA BANCA:

Execução orçamentária e financeira da prefeitura fictícia "Palmas Flores Roxas", referente ao exercício de X1:

- I. Arrecadação de impostos, taxas e contribuições de melhorias, R\$ 80.000,00;
- II. Depósito indevido efetuado na conta corrente da prefeitura, no valor de R\$ 15.000,00;
- III. Transferência do Fundo de Participação dos Municípios, R\$ 130.000,00;
- IV. Estorno parcial de depósito indevido, no valor de R\$ 7.000,00;
- IV. Débito indevido efetuado na conta corrente da prefeitura, no valor de R\$ 20.000,00.
- V. Despesas com salários (empenho, liquidação e pagamento), R\$ 90.000,00;
- VI. Retenção de IRRF, no valor de R\$ 8.000,00;
- VII. Depósito efetuado na conta bancária da prefeitura decorrente de financiamentos firmados, no montante de R\$ 140.000,00, a ser pago em 28 (vinte e oito) parcelas, a partir de janeiro de X2;
- IX. Contratação de serviços de consultoria (empenho, liquidação e pagamento), R\$ 120.000,00;
- X. Aquisição de veículos (empenho e liquidação), R\$ 70.000,00; XI. Construção de uma unidade escolar (empenho), R\$ 50.000,00.

MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA

Saldo em 31/12/X0 R\$ 100.000,00

(+) Entradas (I) R\$ 80.000,00 + (II) R\$ 15.000,00 + (III) R\$ 130.000,00 + (VIII) R\$ 140.000,00=R\$ 365.000,00.

(-) Saídas (IV) R\$ 7.000,00 +(V) R\$ 20.000,00 + (VI) R\$ 90.000,00 + (X) R\$ 120.000,00 - (VII) R\$ 8.000,00 = R\$ 229.000,00.

(=) Saldo em 31/12/x1 = R\$ 100.000,00 + R\$ 365.000,00 – R\$ 229.000,00 = R\$ 236.000,00.

Considerando a Despesa com Salário R\$ 90.000,00 e a Despesas com Consultoria de R\$ 120.000,00 e a Retenção de IRRF no valor de R\$ 8.000,00, efetivamente foram pagos R\$ 202.000,00.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público. 10.ed. Disponível em: https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::::9:P9_ID_PUBLICACAO:48458.

RESULTADO

IMPROCEDENTE: A resposta do gabarito provisório deve ser mantida.

CARGO	Contador
ÁREA DA PROVA	Conhecimentos Específicos
Nº DA QUESTÃO:	37

RECURSO:

RECURSO: 960

QUESTIONAMENTO Ingressos Extraorçamentários: Depósito indevido efetuado na conta corrente da prefeitura (II): R\$ 15.000,00; Débito indevido efetuado na conta corrente da prefeitura (V): R\$ 20.000,00; Estorno parcial de depósito indevido (IV): -R\$ 7.000,00 (este valor deve ser subtraído, pois é uma saída de recursos que anteriormente haviam sido contabilizados indevidamente como ingresso). Portanto, o total dos Ingressos Extraorçamentários é: Total dos Ingressos Extraorçamentários = Depósito Indevido + Débito Indevido - Estorno Parcial

Total dos Ingressos Extraorçamentários = R\$ 15.000,00 + R\$ 20.000,00 - R\$ 7.000,00

Total dos Ingressos Extraorçamentários = R\$ 28.000,00

Não há uma alternativa que corresponda a R\$ 28.000,00 = Saldo final em 31/12/X1 - R\$ 268.000,00.

PARECER DA BANCA:

BALANÇO FINANCEIRO

Saldo Bancário no Balanço Financeiro no final do exercício de 31/12/X0 = R\$ 100.000,00

(+) Ingressos Orçamentários: (I) Arrecadação de impostos, taxas e contribuições de melhorias, R\$ 80.000,00; (III) Transferência do Fundo de Participação dos Municípios, R\$ 130.000,00; (VIII) Depósito efetuado na conta bancária da prefeitura decorrente de financiamentos firmados, no montante de R\$ 140.000,00, a ser pago em 28 (vinte e oito) parcelas, a partir de janeiro de X2 = R\$ 350.000,00.

(+) Ingressos Extraorçamentários: (II) Depósito indevido efetuado na conta corrente da prefeitura, no valor de R\$ 15.000,00; (VII) Retenção de IRRF, no valor de R\$ 8.000,00; (X) Aquisição de veículos (empenho e liquidação), R\$ 70.000,00; (XI) Construção de uma unidade escolar (empenho), R\$ 50.000,00 = R\$ 143.000,00.

(-) Dispêndios Orçamentários: (VI) Despesas com salários (empenho, liquidação e pagamento), R\$ 90.000,00; (IX) Contratação de serviços de consultoria (empenho, liquidação e pagamento), R\$ 120.000,00; (X) Aquisição de veículos (empenho e liquidação), R\$ 70.000,00; (XI) Construção de uma unidade escolar (empenho), R\$ 50.000,00 = R\$ 330.000,00.

(-) Dispêndios Extraorçamentários: (IV) Estorno parcial de depósito indevido, no valor de R\$ 7.000,00; (V) Débito indevido efetuado na conta corrente da prefeitura, no valor de R\$ 20.000,00 = R\$ 27.000,00.

O item VII Retenção de IRRF foi apresentado como ingresso extraorçamentário para compensar o valor correspondente da despesa orçamentária. Assim, de acordo com o MCASP, a depender da forma como as retenções são contabilizadas, os saldos em espécie podem ser afetados. Se o ente considerar a retenção como paga no momento da liquidação, então deverá promover um ajuste no saldo em espécie a fim de demonstrar que há um saldo vinculado a ser deduzido. Entretanto, se o ente considerar a retenção como paga apenas na baixa da obrigação, nenhum ajuste será promovido.

(...)

Por exemplo na liquidação:

D 2.1.1.1.x.xx.xx Pessoal a Pagar (F)

C 2.1.8.8.2.xx.xx Valores Restituíveis – Intra OFSS – RPPS

Retenções sobre Vencimentos e Vantagens (F)

Obs.: fonte de recursos extraorçamentária (entrada compensatória).

RESULTADO

IMPROCEDENTE: A resposta do gabarito provisório deve ser mantida.

CARGO	Contador
ÁREA DA PROVA	Conhecimentos Específicos
Nº DA QUESTÃO:	38

RECURSO:

RECURSO: 967 QUESTIONAMENTO

I. Financiamentos firmados: R\$ 140.000,00

O Passivo Circulante incluirá as obrigações de curto prazo da prefeitura, que devem ser pagas no próximo exercício. Com base nas informações fornecidas, o Passivo Circulante deve incluir:

II. Salários a pagar: R\$ 90.000,00

III. Serviços de consultoria a pagar: R\$ 120.000,00

IV. Aquisição de veículos a pagar: R\$ 70.000,00 (empenhado e liquidado, mas não pago)

V. Estorno parcial de depósito indevido: - R\$ 7.000,00 (reduz o saldo bancário, portanto reduz o passivo)

VI. Débito indevido: + R\$ 20.000,00 (aumenta o saldo bancário, portanto aumenta o passivo)

Somando esses valores, temos:

Total do Passivo Circulante = R\$ 90.000,00 + R\$ 120.000,00 + R\$ 70.000,00 - R\$ 7.000,00 + R\$ 20.000,00 = R\$ 293.000,00

Portanto, o total dos saldos das contas do passivo com atributo "F" é de R\$ 140.000,00, e o total do Passivo Circulante é de R\$ 293.000,00. Nenhuma alternativa possui os valores corretos.

PARECER DA BANCA:

Do Financiamento, com vigência a partir de X2, são contabilizadas 12 parcelas de R\$ 5.000,00 no Passivo Circulante e demais parcelas no Passivo Não Circulante, nas contas correspondentes com atributo "P"¹.

Das despesas orçamentárias empenhas, liquidadas e pagas: Salários a pagar: R\$ 90.000,00 e Serviços de consultoria a pagar: R\$ 120.000,00, com retenção de IRRF de R\$ 8.000,00, só configura no passivo com atributo "F" a referida retenção do IRRF.

Quanto a aquisição de veículo no valor de R\$ 70.000,00, esta configura no passivo com atributo "F", haja vista que foi somente empenhado e liquidado.

Do depósito indevido no valor de R\$ 15.000,00 foi estornado parcialmente R\$ 7.000,00, configurando no passivo, com atributo "F", o saldo de R\$ 8.000,00.

O Débito indevido R\$ 20.000,00, corresponde a um direito, configurando um Ativo.

Logo, da execução orçamentária e financeira da prefeitura fictícia "Palmas Flores Roxas", referente ao exercício de X1:

VIII. Arrecadação de impostos, taxas e contribuições de melhorias, R\$ 80.000,00;

IX. Depósito indevido efetuado na conta corrente da prefeitura, no valor de R\$ 15.000,00;

X. Transferência do Fundo de Participação dos Municípios, R\$ 130.000,00;

XI. Estorno parcial de depósito indevido, no valor de R\$ 7.000,00;

XII. Débito indevido efetuado na conta corrente da prefeitura, no valor de R\$ 20.000,00.

XIII. Despesas com salários (empenho, liquidação e pagamento), R\$ 90.000,00;

XIV. Retenção de IRRF, no valor de R\$ 8.000,00;

XV. Depósito efetuado na conta bancária da prefeitura decorrente de financiamentos firmados, no montante de R\$140.000,00, a ser pago em 28 (vinte e oito) parcelas, a partir de janeiro de X2;

IX. Contratação de serviços de consultoria (empenho, liquidação e pagamento), R\$ 120.000,00;

X. Aquisição de veículos (empenho e liquidação), R\$ 70.000,00;

¹ O PCASP e o MCASP utilizam as letras (F) ou (P) para indicar se são contas de ativo ou passivo financeiro ou permanente

XI. Construção de uma unidade escolar (empenho), R\$ 50.000,00.

O total do passivo com atributo "F"= (II) R\$ 15.000,00 - (IV) R\$ 7.000,00 + (VII) R\$ 8.000,00 + (X) R\$ 70.000,00 = R\$ 86.000,00.

Já o passivo Circulante= (II) R\$ 15.000,00 - (IV) R\$ 7.000,00 + (VII) R\$ 8.000,00 + (VIII) R\$ 60.000,00² + (X) R\$ 70.000,00 = R\$ 146.000,00.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público. 10.ed. Disponível em: https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:48458.

RESULTADO

IMPROCEDENTE: A resposta do gabarito provisório deve ser mantida.

NÍVEL SUPERIOR – ECONOMISTA

CARGO	Economista
ÁREA DA PROVA	Conhecimentos Específicos
Nº DA QUESTÃO:	30

RECURSO:

Recurso 383:

QUESTIONAMENTO

Nessa questão não é possível que todos os itens estejam corretos, visto que existem irregularidades no item II.

Se ocorre o aumento de imposto de 1 real em um produto que tem o preço de equilíbrio de 1 real, é impossível que o preço de equilíbrio com o imposto diminua, e mesmo que diminuísse, não haveria como a quantidade de equilíbrio aumentar, já que a firma reduziria sua oferta nesse caso.

O cálculo ideal, chegaria a dois equilíbrios diferentes, sendo esses os equilíbrios do Produtor e do Consumidor, então como a questão generaliza os resultados para os dois ao invés de especificar, tem erro no desenvolvimento da questão.

EMBASAMENTO

Como o erro é na formulação e desenvolvimento da questão, não é possível colocar bibliografia.

Recurso 528:

QUESTIONAMENTO

Nessa questão não é possível que todos os itens estejam corretos, visto que existem irregularidades no item II.

Se ocorre o aumento de imposto de 1 real em um produto que tem o preço de equilíbrio de 1 real, é impossível que o preço de equilíbrio com o imposto diminua, e mesmo que diminuísse, não haveria como a quantidade de equilíbrio aumentar, já que a firma reduziria sua oferta nesse caso.

O cálculo ideal, chegaria a dois equilíbrios diferentes, sendo esses os equilíbrios do Produtor e do Consumidor, então como a questão generaliza os resultados para os dois ao invés de especificar, tem erro no desenvolvimento da questão.

EMBASAMENTO

PINDYCK, Robert S.; RUBINFELD, Daniel L.; RABASCO, Esther. Microeconomia. Pearson Educación, 2013.

PARECER DA BANCA:

O preço e a quantidade de equilíbrio CORRETOS do item II da Questão 30, no caso em que o governo cobra um imposto específico de R\$1,00 por unidade do produto vendido são, 0,66 e 2,33, respectivamente. Neste sentido, o item em questão está INCORRETO e não há opção de resposta para a questão.

PINDYCK, Robert S.; RUBINFELD, Daniel L.; RABASCO, Esther. Microeconomia. Pearson Educación, 2013.

RESULTADO

PROCEDENTE: A questão deve ser anulada.

² Refere-se a 12 parcelas do financiamento (12xR\$ 5.000,00 = R\$ 60.000).

CARGO	Economista
ÁREA DA PROVA	Conhecimento Específico
Nº DA QUESTÃO:	34
RECURSO:	
<p>Recurso: 520</p> <p>QUESTIONAMENTO</p> <p>Suponha que uma aplicação financeira esteja rendendo 10% ($i=10\%$), mais a correção monetária do período f (seja por hipótese $f=30\%$ a.a.).</p> <p>1) Faltou a informação do período da taxa de juros aparente ($i=10\%$) é ao mês, ao ano, ao bimestre? ... Na Matemática financeira essa informação é de extrema relevância, não pode ser feita por dedução, até por que, por dedução, pode incorrer em erro na resposta. Diante disso, solicito a anulação da questão.</p> <p>EMBASAMENTO</p> <p>http://www.mat.ufpb.br/sergio/provas/magp/Matematica_financeira_Gilmar_Bornatto.pdf https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/204422/2/MATEM%C3%81TICA%20FINANCEIRA.pdf</p>	
PARECER DA BANCA:	
<p>A aplicação financeira na Questão 34 é somada à correção monetária do período f, definido em termos anuais ($f=30\%$ a.a.). Pela propriedade da soma, essas taxas jamais poderiam ser somadas caso não se referissem à mesma unidade de tempo, isto é, anual. A correta leitura e interpretação do texto conclui que a unidade de tempo é anual.</p> <p>Fontes Bibliográficas: ASSAF NETO, Alexandre. Matemática financeira: edição universitária. São Paulo: Atlas, 2017.</p>	
RESULTADO	
IMPROCEDENTE: A resposta do gabarito provisório deve ser mantida.	

CARGO	Economista
ÁREA DA PROVA	Conhecimento Específico
Nº DA QUESTÃO:	38
RECURSO:	
<p>Recurso: 391</p> <p>QUESTIONAMENTO</p> <p>Essa questão deve ser anulada por erro grosseiro em sua formulação. A questão pede para que seja assinalada a questão INCORRETA, e dentre as alternativas quatro delas são incorretas, sendo elas A, C, D e E.</p> <p>A- O saldo da Balança comercial é dado por exportações – importações ($900-650=250$). Logo a alternativa é INCORRETA.</p> <p>B- Os donativos recebidos entram em transações unilaterais correntes de forma positiva, o que afeta positivamente as transações correntes. Alternativa está correta.</p> <p>C- O saldo das Transações correntes seria Balança comercial+ Balança de Serviços+ Balança de rendas+ Transações unilaterais. Nesse caso ($250+70=320$), Logo Alternativa INCORRETA.</p> <p>D- Investimento direto em equipamentos entra em conta financeira e não afeta as Transações correntes, Logo alternativa INCORRETA.</p> <p>E- Como dito na alternativa B, Donativos entram em transações unilaterais que afetam as transações correntes. Alternativa INCORRETA.</p> <p>Como a questão em si pede a Alternativa Incorreta, existem 4 possibilidades de RESPOSTA.</p> <p>EMBASAMENTO</p> <p>O erro foi na Formulação da questão, logo não é necessário colocar bibliografia.</p>	
Recurso: 402	
<p>QUESTIONAMENTO</p> <p>Conforme o gabarito provisório, a resposta considerada correta é a letra B, que afirma que o efeito dos donativos no saldo das Transações Correntes é positivo. No entanto, questiono essa afirmação e também ressalto que a alternativa</p>	

A pode ser considerada incorreta.

Primeiramente, desejo ressaltar que o saldo da balança comercial é calculado pela diferença entre o valor das exportações e o valor das importações, conforme fundamentado nas obras de Feijó et al. (2007) e também abordado por Vasconcelos (2006) em sua obra "Economia Micro e Macro", quarta edição, página 348. Seguindo essa metodologia, o saldo da balança comercial seria calculado da seguinte forma:

$$\begin{aligned}\text{Saldo da balança comercial} &= \text{Exportações} - \text{Importações} \\ &= 900 - 650 \\ &= 250\end{aligned}$$

Assim, o saldo da balança comercial seria de 250, discordando do valor apresentado na alternativa A.

EMBASAMENTO

Feijó, C. A. et al. Contabilidade Social. Rio de Janeiro: Elsevier. 2007. Cap.5

Vasconcelos 2006, Economia Micro e Macro, quarta edição, na página 348

Recurso: 495

QUESTIONAMENTO

Considerando as seguintes transações (Exportação 900; Importação 650).

O Saldo da Balança Comercial é (Exportação - Importação), logo o saldo é 250 e a alternativa A seria a alternativa INCORRETA.

EMBASAMENTO

BACEN: <https://dadosabertos.bcb.gov.br/pages/temas#grp1763>

Recurso: 530

QUESTIONAMENTO

Essa questão deve ser anulada por erro grosseiro em sua formulação. A questão pede para que seja assinalada a questão INCORRETA, e dentre as alternativas quatro delas são incorretas, sendo elas A, C, D e E.

A- O saldo da Balança comercial é dado por exportações – importações (900-650=250). Logo a alternativa é INCORRETA.

B- Os donativos recebidos entram em transações unilaterais correntes de forma positiva, o que afeta positivamente as transações correntes. Alternativa está correta.

C- O saldo das Transações correntes seria Balança comercial+ Balança de Serviços+ Balança de rendas+ Transações unilaterais. Nesse caso (250+70=320), Logo Alternativa INCORRETA.

D- Investimento direto em equipamentos entra em conta financeira e não afeta as Transações correntes, Logo alternativa INCORRETA.

E- Como dito na alternativa B, Donativos entram em transações unilaterais que afetam as transações correntes. Alternativa INCORRETA.

Como a questão em si pede a Alternativa Incorreta, existem 4 possibilidades de RESPOSTA, devendo ser ANULADA.

EMBASAMENTO

FEIJÓ, Carmen. Contabilidade social: referência atualizada das contas nacionais do Brasil. Elsevier Brasil, 2013.

Recurso: 617

QUESTIONAMENTO

Por meio deste venho interpor recurso referente à questão 38 deste concurso, que trata das transações comerciais registradas no Balanço de Pagamento de uma economia hipotética.

No gabarito provisório, a resposta da questão é a letra B, porém, a letra A também pode ser considerada como uma questão incorreta, já que o saldo da balança comercial seria as exportações(900) menos importações(650), resultando em 250. Levando em consideração que se solicita a alternativa incorreta, a letra A diz: "O saldo na conta Balança Comercial é de 80.", não sendo portanto o resultado esperado quando se busca um saldo de balança comercial com os valores apresentados na questão.

Solicito que a banca uma nova avaliação do gabarito da questão 38, considerando a possibilidade de que a alternativa A possa ser considerada incorreta com base nas informações apresentadas.

EMBASAMENTO

VASCONCELLOS, MARCO ANTONIO SANDOVAL. ECONOMIA MICRO E MACRO. QUARTA EDIÇÃO. SÃO PAULO: EDITORA ATLAS, 2006.

PARECER DA BANCA:

Segundo Feijó (2017),

- A balança comercial é dada por: Exportações (900) - Importações (605) - investimento direto em equipamentos (100) - Donativos recebidos em mercadorias do exterior (70) = 80. Os Investimentos Diretos e Doações Recebidas em mercadorias são registradas, respectivamente, na Conta Financeira e na Conta de Balanço de Rendimentos Secundários com os sinais positivos, com suas contrapartidas lançadas na conta Balanço Comercial de Bens com sinais negativos.
- Ambas as contas Balanço Comercial de Bens e Balanço de Rendimentos Secundários pertencem à conta de Transações Correntes, onde os donativos recebidos em mercadorias são registrados com sinal trocado, não produzindo efeito positivo nem negativo no saldo.
- O saldo em Transações Correntes = Saldo Balança Comercial de Bens (80) + Saldo Balança Comercial de Serviços (-250) + Balanço de Rendimentos Primários (0) + Balanço de Rendimentos Secundários (70).

- d) A balança comercial é dada por: Exportações (900) - Importações (605) - investimento direto em equipamentos (100) - Donativos recebidos em mercadorias do exterior (70) = 80.
- e) Ambas as contas Balanço Comercial de Bens e Balanço de Rendas Secundárias pertencem à conta de Transações Correntes, onde os donativos recebidos em mercadorias são registrados com sinal trocado, não produzindo efeito positivo nem negativo no saldo.

Fontes Bibliográficas: FEIJÓ, C. A.; RAMOS, Roberto L. Olinto. Contabilidade Social - a nova referência das Contas Nacionais do Brasil . Rio de Janeiro: Campus. 2017.

RESULTADO

IMPROCEDENTE: A resposta do gabarito provisório deve ser mantida.

CARGO	Economista
ÁREA DA PROVA	Conhecimento Específico
Nº DA QUESTÃO:	40

RECURSO:

Recurso 387:

QUESTIONAMENTO

Essa questão deve ser anulada por conter erro grosseiro em sua formulação.

“O Patrimônio Líquido da empresa Palmas & Cia, em determinado momento, é dado por: Numerário R\$100,00; Bens à venda R\$700,00; Contas a Receber R\$800,00, Máquinas R\$300,00; e Dívida para com terceiros no valor de R\$700,00.” O texto afirma que a Dívida faz parte do patrimônio líquido da empresa, sendo que o Patrimônio Líquido é a diferença entre ativos e passivos. No Lugar de Patrimônio Líquido no início da questão deveria estar escrito “Balanço Patrimonial ou Patrimônio” mas não “Patrimônio Líquido”.

O Balanço Patrimonial é composto por três principais informações de uma empresa:

os ativos;

os passivos;

o patrimônio líquido.

EMBASAMENTO

<https://www.contabilizei.com.br/contabilidade-online/balanco-patrimonial/>

<https://www.dicionariofinanceiro.com/patrimonio-liquido/>

PARECER DA BANCA:

A Questão 40 NÃO afirma que Patrimônio Líquido é Balanço Patrimonial, também NÃO afirma que Patrimônio Líquido significa bens e direitos, nem tampouco obrigações, mas apenas que é dado pela diferença entre eles. Isto é, o Patrimônio Líquido tem um caráter abstrato e representa a riqueza líquida da entidade.

Fontes Bibliográficas: VICECONTI, Paulo; NEVES, Silverio das. Contabilidade básica. São Paulo: Saraiva, 2017.

CARVALHO, Marcia da Silva. Contabilidade geral: uma abordagem interativa. São Paulo: Atlas, 2019.

RESULTADO

IMPROCEDENTE: A resposta do gabarito provisório deve ser mantida.

NÍVEL SUPERIOR – MÉDICO VETERINÁRIO

CARGO	Médico Veterinário
ÁREA DA PROVA	Conhecimentos Específicos
Nº DA QUESTÃO:	26

RECURSO: 816

RECURSO: 816

De acordo com a IN nº 48, de 14 de Julho de 2020, em seu Art. 3, inciso XIX - a Instrução Normativa nº 44, de 2 de outubro de 2007 está revogada, não sendo portanto pertinente para esse processo seletivo. Dito isso, peço a anulação da questão.

PARECER DA BANCA:

Após a análise do questionamento e do embasamento teórico apresentados pelo candidato, verificou-se a veracidade do ponto levantado, no qual a instrução normativa apresentada na questão foi revogada.

RESULTADO

PROCEDENTE: A questão deve ser anulada.

CARGO	Médico Veterinário
ÁREA DA PROVA	Conhecimentos Específicos
Nº DA QUESTÃO:	29

RECURSO: 535

Recurso: 535

A questão tinha VI assertivas, porém nas opções de respostas somente V eram citadas nas alternativas

PARECER DA BANCA:

A ausência da opção da assertiva VI nas alternativas de resposta não influencia na interpretação nem na escolha da resposta correta, visto que ela se enquadra em uma das assertivas incorretas, e as alternativas da questão pede o apontamento das alternativas corretas.

RESULTADO

IMPROCEDENTE: A resposta do gabarito deve ser mantida.

CARGO	Médico Veterinário
ÁREA DA PROVA	Conhecimentos Específicos
Nº DA QUESTÃO:	38

RECURSO: 584

RECURSO: 584

A questão 38 pede a alternativa INCORRETA, e as alternativas A e C apresentam erros. A alternativa C diz: " Em bovinos, considera-se normal o ejaculado que apresenta até 30% de defeitos totais, sendo o máximo de 20% dos defeitos maiores". Segundo a Circular técnica da EMBRAPA de 2005, que trata da importância do exame andrológico em bovinos os limites para defeitos maiores é de 5% para defeitos individuais e 20% para os totais. Contudo, na questão não especifica se trata dos defeitos maiores individuais ou totais. Estando assim, sujeita a erro.

PARECER DA BANCA:

De acordo com a obra acadêmica de NASCIMENTO, E. F., SANTOS, R. L. Patologia da Reprodução dos Animais Domésticos. Editora Guanabara, 2017. Capítulo 13, página 135, ressalta o seguinte parágrafo:

"Em geral, com variação e objetivos de uso do sêmen, considera-se normal o ejacula que apresenta ate 30% de defeitos, sendo o máximo de 20% de defeitos maiores."

RESULTADO**IMPROCEDENTE:** A resposta do gabarito deve ser mantida.

CARGO	Médico Veterinário
ÁREA DA PROVA	Conhecimentos Específicos
Nº DA QUESTÃO:	38

RECURSO: 1101**RECURSO: 1101**

A opção A esta correta (A questão pede a incorreta). A opção B diz haver variação na coloração do sêmen de branco a cinza, porém pode ser esperado alguns ejaculados com tonalidade levemente amarelada. Esta seria a opção que mais se aproxima de estar incorreta.

PARECER DA BANCA:

De acordo com a obra acadêmica de NASCIMENTO, E. F., SANTOS, R. L. Patologia da Reprodução dos Animais Domésticos. Editora Guanabara, 2017. Capítulo 13, página 133, ressalta o seguinte parágrafo:

“A coloração do sêmen obtido pode indicar a presença de substâncias contaminantes como sangue (hemospermia), urina (urospermia), pús e sujidades do pênis e prepúcio. Neste sentido as colorações esperadas, com variações entre espécies, são a branca e a acinzentada.” Justificando assim que a alternativa B está correta.

Já em relação a alternativa A, os mesmos autores, na página 13 reforçam que:

“Para a avaliação o sêmen deve ser colhido e processado de forma que seja a representação mais fiel possível do sêmen que seria naturalmente ejaculado durante a copula com a fêmea... A eletroejaculação é utilizada na avaliação de triagem ou naqueles touros que não se tem sucesso com o uso da vagina artificial, pois não pode produzir uma representação fiel da sua qualidade seminal.” Justificando assim que a alternativa A se mantém incorreta.

RESULTADO**IMPROCEDENTE:** A resposta do gabarito deve ser mantida.

CARGO	Médico Veterinário
ÁREA DA PROVA	Conhecimentos Específicos
Nº DA QUESTÃO:	40

RECURSO: 1109**RECURSO: 1109**

A afirmação número I (Ocorrência refere-se à localização da doença e os tipos de animais acometidos.), não pode ser afirmado categoricamente que Ocorrência determina o tipo da espécie que esta em estudo ou com o agravo, ela não evidência de maneira clara essa informação.

PARECER DA BANCA:

De acordo com a obra acadêmica de CALLEFE, J. L. R., NETO, J. S. F. Sistemas de Vigilância em Saúde Animal. , 2020. Capítulo 2, Tópico 5, página 16 e Capítulo 3 Tópico 1, página 22, ressalta o seguinte parágrafo:

“ A Teoria de Evans prevalece atualmente e postula que, além da presença do agente etiológico, existem outro fatores que são determinantes para a ocorrência das doenças transmissíveis. Basicamente, para que um determinado fator seja apontado como causador da doença, é necessário que a exposição a ele, logicamente, proceda a ocorrência da

doença e que seja estatisticamente associado a um grupo de indivíduos doentes quando comparado a um grupo de indivíduos sadios"... "Sistemas de vigilância são estruturas complexas cujo propósito é sistematicamente coletar, validar, analisar, interpretar e divulgar dados de saúde e bem estar de populações animais definidas, com o objetivo de descrever a ocorrência de problemas e contribuir para o planejamento, implementação e avaliação de ações de mitigação de risco"

Exposto isso o termo ocorrência pode sim apontar, além da localização, a espécie que está sendo estudada dentro de um determinado estudo epidemiológico."

RESULTADO

IMPROCEDENTE: A resposta do gabarito deve ser mantida.

NÍVEL SUPERIOR – NUTRICIONISTA

CARGO	Nutricionista
ÁREA DA PROVA	Conhecimento Específico
Nº DA QUESTÃO:	26

RECURSO:

RECURSO 1124

Ilustríssimo senhor(a) examinador(a), venho respeitosamente por meio deste recurso solicitar a revisão da questão nº26 da Prova Objetiva do Quadro Geral pelos fatos e fundamentos a seguir apresentados: A banca examinadora em seu gabarito preliminar considerou como correta a alternativa A da questão 26, que solicitava a alternativa incorreta. A Alternativa em questão de fato está incorreta quando coloca o termo " transporte passivo" e não "transporte ativo", porém a alternativa E aborda que para serem adequadamente absorvidos, a vitamina A pré-formada e os retinoides dependem da ingestão CONCOMITANTE de alimentos fonte de gorduras visto que são lipossolúveis. Ao meu ver esta alternativa também se apresenta como incorreta quando coloca esse termo "concomitantemente" e também poderia ser repostada da questão pois não necessariamente tem que haver um consumo "concomitante" de gordura, pois muitos dos alimentos fontes de vitamina A pré formada são de origem animal e já são fontes também de gordura (fígado bovino, gema de ovo, leite) e o próprio organismo humano dispõe de gordura ingerida ao longo dos dias em uma dieta saudável que vão auxiliar nessa absorção adequada. Da forma que foi apresentado na alternativa subentende-se que necessariamente, obrigatoriamente, sempre, que formos consumir alimentos fonte de vitamina A pré formada devemos adicionar fonte de gordura extra.

Ante ao exposto, faz-se imperiosa a anulação da questão ao considerar mais de uma alternativa como incorreta.
EMBASAMENTO http://sban.cloudpainel.com.br/files/revistas_publicacoes/77.pdf
https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/dicas/70vitamina_a.html

PARECER DA BANCA:

Segundo Reis, et al (2020), para a absorção da Vitamina A (pré-formada e retinoides) primeiro ocorre a ruptura mecânica e enzimática da matriz alimentar na boca, no estômago e no duodeno, com a liberação das moléculas com ésteres de retinila ou carotenóides, as quais, por sua vez, são incorporadas a gotículas de lipídio em emulsão no estômago. Portanto, alimentos fonte de vitamina A de origem vegetal, como frutas e verduras, possuem baixíssima quantidade de lipídios em sua composição, de forma que a absorção adequada deverá ser adicionada de uma fonte de lipídios.

Fontes Bibliográficas:

REIS, B.Z. et al. Vitamina A. In: Bases bioquímicas e fisiológicas da nutrição nas diferentes fases da vida, na saúde e na doença. 2ª Edição revisada e ampliada. Editora Manole. Ano: 2020

RESULTADO

IMPROCEDENTE: A resposta do gabarito provisório deve ser mantida.

--

CARGO	Nutricionista
ÁREA DA PROVA	Conhecimento Específico
Nº DA QUESTÃO:	27

RECURSO:

Recurso: 275

QUESTIONAMENTO

A alternativa C também se encontra incorreta, visto que dentre os fatores determinantes da sarcopenia também se inclui a baixa ingestão de proteínas, e não a elevada ingestão de proteínas, como está no item da questão.

No artigo de Pontes (2022), existem fatores associados a sarcopenia, como: caquexia, desnutrição e má absorção de nutrientes, devendo ser considerado a suplementação proteica e atividade física para superação desses fatores.

EMBASAMENTO

PONTES, V. de C. B. Sarcopenia: rastreo, diagnóstico e manejo clínico. Journal of Hospital Sciences. 2022;2(1) 4-14.

Recurso: 379

QUESTIONAMENTO

Sugiro ANULAÇÃO da Questão considerando que existem duas alternativas corretas: a assertiva "B" (apontada no gabarito), mas também a assertiva "C", que afirma: "Constituem fatores determinantes da sarcopenia: atividade física reduzida, inflamação, estresse oxidativo e ELEVADA ingestão de proteínas."

Uma das características da sarcopenia, é a BAIXA ingestão de proteínas. A ELEVADA ingestão (apontada na assertiva), faz parte do tratamento e prevenção da mesma. O que torna a assertiva também incorreta e portanto podendo ser o gabarito da questão.

Ref 1: "A melhor forma de prevenir e tratar a sarcopenia é por meio de uma alimentação saudável, rica em energia, proteínas, vitaminas e minerais e, sempre que possível, associada à prática de exercícios físicos." - BRASIL, 2023.

Ref 2: "A dieta é fundamental para o aporte de proteínas, que está, por sua vez, associado ao metabolismo proteico do tecido musculoesquelético, e também com presença de maior ingestão de proteína total, com menor perda de massa muscular." - LEITE, et al.

EMBASAMENTO

Ref 1: BRASIL, 2023 . O papel da alimentação na manutenção do músculo e da força : prevenindo a sarcopenia / Instituto Nacional de Câncer. – Rio de Janeiro : INCA, 2023.

Ref 2: LEITE, et al. Envelhecimento, estresse oxidativo e sarcopenia: uma abordagem sistêmica. Rev. BRas. GeRiatR. GeRontol., Rio de Janeiro, 2012; 15(2):365-380

Recurso: 430

QUESTIONAMENTO

Cara Banca Examinadora, a questão solicita que marque a incorreta. De acordo com o gabarito provisório a assertiva "D" é a incorreta, porém a assertiva "C" também está incorreta, pois ela coloca como determinantes para a sarcopenia: atividade física reduzida, inflamação, estresse oxidativo e ELEVADA ingestão de proteínas, porém a elevada ingestão de proteína é uma das formas de tratamento e prevenção, e a BAIXA ingestão de proteína é um determinante para a sarcopenia.

Assim exposto, faz-se necessário a anulação da questão.

EMBASAMENTO

BRASIL, 2023 . O papel da alimentação na manutenção do músculo e da força : prevenindo a sarcopenia / Instituto Nacional de Câncer. – Rio de Janeiro : INCA, 2023.

LEITE, et al. Envelhecimento, estresse oxidativo e sarcopenia: uma abordagem sistêmica. Rev. BRas. GeRiatR. GeRontol., Rio de Janeiro, 2012; 15(2):365-380

Recurso: 445

QUESTIONAMENTO

Prezada Banca Examinadora,

Gostaria de solicitar uma revisão da questão 27 do concurso, tendo em vista que a questão pede para assinalar a alternativa incorreta, todavia há 2 alternativas incorretas, sendo a letra B (que foi considerada o gabarito) e a letra C.

Na letra C diz o seguinte:

"Constituem fatores determinantes da sarcopenia: atividade física reduzida, inflamação, estresse oxidativo e elevada ingestão de proteínas".

Diferente do que a letra C diz, a ELEVADA ingestão de proteínas não é um fator determinante da sarcopenia, pelo contrário, é a sua BAIXA ingestão que pode ser um fator determinante. Informação esta comprovada através de evidências científicas, descritas logo abaixo:

“A alimentação caracterizada por consumo insuficiente de proteína e calorias juntamente com a inatividade física podem resultar em um estado nutricional de desnutrição proteica-calórica ou obesidade sarcopênica (CRUZ; LIMA, 2021)”.

“A sarcopenia pode se desenvolver como resultado da ingestão inadequada de energia e proteína, seja por anorexia, má absorção de nutrientes, limitação de acesso a alimentos ou incapacidade de comer (Cruz-Jentoft e colaboradores, 2019).”

“Segundo Walrand e Boirie (2005), “o baixo consumo de proteínas contribui para a redução de massa muscular, pois esse consumo está diretamente ligado ao metabolismo proteico.”

Logo, sugiro a anulação da questão tendo em vista que possui dois gabaritos considerados corretos.

EMBASAMENTO

DOS REIS, Suzy da Silva; LANDIM, Liejy dos Santos Raposo. O processo de envelhecimento e sua relação entre sarcopenia, consumo de proteína e estado nutricional: uma revisão de literatura. Research, Society and Development, v. 9, n. 11, p. e2009119671-e2009119671, 2020.

Cruz-Jentoft, A.J.; Bahat, G.; Bauer, J.; Boirie, Y.; Bruyère, O.; Cederholm, T.; Cooper, C.; Landi, F.; Rolland, Y.; Sayer, A.A.; Schneider, S.M.; Sieber, C.C.; Topinkova, E.; Vandewoude, M.; Visser, M.; Zamboni, M. Sarcopenia: revised european consensus on definition and diagnosis. Age and ageing. Vol. 48. Num. 1. 2019. p. 16-31.

VAZ, Thannira Lisbôa et al. Consumo de proteínas e sua relação com a sarcopenia em idosos. Disciplinarum Scientia Saúde, v. 17, n. 1, p. 41-51, 2016.

WALRAND, S. et al. Physiopathological mechanism of sarcopenia. Clinical Geriatric Medicine Journal, v. 27, n. 3, p. 365-385, 2011.

Recurso: 475

QUESTIONAMENTO

MARCAR A OPÇÃO INCORRETA, nesse sentido temos duas questões erradas a letra B - pois a ingestão proteica para idosos é maior e não menor e letra D - não é fato associado a sarcopenia a ELEVADA INGESTÃO PROTEICA.

EMBASAMENTO

Sarcopenia em idosos e sua relação com estado nutricional e consumo proteico - CONTINI, B. F.; ALONSO, M.; DIAS, J. C. R.

Nutrição na prevenção e tratamento da sarcopenia no idoso - Xavier, C. C. R., & Aquino, R. de C. de. (2020). Fatores associados à sarcopenia em idosos institucionalizados. Revista

Kairós-Gerontologia, 23(2), 477-498. ISSPrint 1516-2567. ISSN 2176-901X.

São Paulo, SP, Brasil: FACHS/NEPE/PUC-SP

Recurso: 662

QUESTIONAMENTO

Prezada banca,

O enunciado da questão solicita que se assinale a alternativa incorreta a respeito da Sarcopenia.

Alternativa C) traz o seguinte texto "Constituem fatores determinantes da sarcopenia: atividade física reduzida, inflamação, estresse oxidativo e ELEVADA ingestão de proteínas."

A Alternativa C pontua, dentre os fatores determinantes para a sarcopenia, a “elevada ingestão de proteínas”. Sabe-se que a etiologia da sarcopenia é na maior parte das vezes multifatorial, mas, quanto à ingestão proteica é um consenso massivo na literatura que o seu déficit é que está dentre os fatores determinantes da sarcopenia (padrão comumente observado em idosos), e não uma ingestão elevada.

Conforme conceituado pela Sociedade Brasileira de Nutrição Parenteral e Enteral (BRASPEN – SBNPE), “A sarcopenia é caracterizada pela perda de massa muscular e pela força muscular, juntamente com deterioração funcional. (...) pode estar relacionada às doenças (disfunção no funcionamento dos órgãos, doenças crônicas, inflamatórias, endócrinas e câncer), à atividade física (acamado, estilo de vida sedentário), à nutrição (dieta inadequada, baixa ingestão de calorias ou proteínas, má absorção, desordens gastrointestinais ou uso de medicamentos anorexígenos)”.

Desta forma, a alternativa C encontra-se incorreta, possibilitando a interpretação de duas alternativas incorretas na questão.

EMBASAMENTO

PARRA, Bruna Fernanda Camargo Silva et al. SARCPRO: Proposta de protocolo para sarcopenia em pacientes internados. Braspen Journal, v. 34, n. 1, p. 58-63, 2023. Disponível em:

<https://braspenjournal.org/article/63e15f25a9539546144038a2>

GANAPATHY, Aravinda; NIEVES, Jeri W. Nutrition and sarcopenia—what do we know?. Nutrients, v. 12, n. 6, p. 1755, 2020. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2072-6643/12/6/1755>

Manual de Recomendações para diagnóstico e tratamento da Sarcopenia da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG). Disponível em: <https://sbgg.org.br/diagnostico-e-tratamento-da-sarcopenia/>

DEMOLINER, FERNANDA; DALTOÉ, LUCIANE MARIA. Importância da nutrição na prevenção e tratamento da sarcopenia em idosos. Revista Perspectiva: Ciência e Saúde, v. 6, n. 1, 2021. Disponível em: <http://sys.facos.edu.br/ojs/index.php/perspectiva/article/view/541>

Recurso: 830

QUESTIONAMENTO

A questão está equivocada em outra alternativa, sendo 2 alternativas incorretas:

(B) O limite anabólico de ingestão de proteínas e aminoácidos por refeição dos idosos é menor que em jovens e deve ser entre 25 e 30g de proteína por refeição.

(C) Constituem fatores determinantes da sarcopenia: atividade física reduzida, inflamação, estresse oxidativo e elevada ingestão de proteínas - nessa questão está indicando a alta ingestão de proteínas como fator que determina a sarcopenia, porém seria o baixo consumo de proteínas alinhado aos demais fatores citados.

EMBASAMENTO

Conforme publicações:

Cruz-Jentoft et al. Understanding sarcopenia as a geriatric syndrome. *Current Opinion in Clinical Nutrition and Metabolic Care* 13(1):p 1-7, January 2010.

Artigos e informativos da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia.

Luciana Bronzi de Souza; Karine Anusca Martins; Rafael Aiello Bomfim. Inadequate distribution of dietary protein and muscle mass in older adults. *Geriatr Gerontol Aging*. 2022;16(0):1-8 - Artigo Original

Patrícia da Silva Klahr; Luis Fernando Ferreira; Cislaine Machado de Souza; Luis Henrique Telles da Rosa. Comparison of diagnosis frequency between versions of the European Consensus on Sarcopenia: a cross-sectional study. *Geriatr Gerontol Aging*. 2023;17(0):1-5

Recurso: 1021

QUESTIONAMENTO

Observa-se que as causas da sarcopenia voltadas para alimentação são: Baixa ingestão energética e/ou proteica; Deficiência de micronutrientes; Má-absorção e outras condições gastrointestinais; Anorexia (envelhecimento e problemas orais);

Desta forma a alternativa C proposta como correta "Constituem fatores determinantes da sarcopenia: atividade física reduzida, inflamação, estresse oxidativo e elevada ingestão de proteínas", se torna incorreta por ter pela sarcopenia ter como fator determinante a BAIXA ingestão de proteínas. A letra C se torna incorreta também e deveria ser opção de gabarito, visto que enunciado solicita a INCORRETA.

EMBASAMENTO

Recomendações para diagnóstico e tratamento da sarcopenia no Brasil - Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia

[https://sbgg.org.br/wp-](https://sbgg.org.br/wp-content/uploads/2022/04/1649787227_Manual_de_Recomendaes_para_Diagnostico_e_Tratamento_da_Sarcopenia_no_Brasil-1.pdf)

[content/uploads/2022/04/1649787227_Manual_de_Recomendaes_para_Diagnostico_e_Tratamento_da_Sarcopenia_no_Brasil-1.pdf](https://sbgg.org.br/wp-content/uploads/2022/04/1649787227_Manual_de_Recomendaes_para_Diagnostico_e_Tratamento_da_Sarcopenia_no_Brasil-1.pdf)

Recurso: 1080

QUESTIONAMENTO

A resposta incorreta é letra C, uma vez que a ingestão elevada de proteína não é um fator determinante da sarcopenia, e sim o contrário.

EMBASAMENTO

XAVIER, Carina Claudia Ribeiro; DE AQUINO, Rita de Cássia. Fatores associados à sarcopenia em idosos institucionalizados. *Revista Kairós-Gerontologia*, v. 23, n. 2, p. 477-498, 2020.

Recurso: 1135

QUESTIONAMENTO

Senhor(a) examinador(a), venho respeitosamente por meio deste recurso solicitar a revisão da questão nº27 da Prova Objetiva do Quadro Geral pelos fatos e fundamentos a seguir apresentados:

A banca examinadora em seu gabarito preliminar considerou como correta a alternativa B da questão 27, que solicitava a alternativa incorreta. A alternativa em questão de fato está incorreta quando coloca o termo "menor" e não "maior", porém a alternativa C aborda que constituem fatores determinantes da sarcopenia: atividade física reduzida, inflamação, estresse oxidativo e ELEVADA ingestão de proteínas. No meu ponto de vista e da literatura esta alternativa também se apresenta como incorreta quando coloca esse termo "elevada" e também poderia ser repostada da questão pois dentre os fatores determinantes da sarcopenia estão o sedentarismo (que seria atividade física reduzida) e o consumo INSUFICIENTE/BAIXO de proteína e um adequado consumo minimiza a perda de massa muscular, muito comum na velhice. Adicionalmente, ressalto que o tratamento da sarcopenia envolve exercícios de resistência, conforme as condições físicas de cada paciente, e dieta orientada com suplementação de proteína.

Ante ao exposto, faz-se imperiosa a anulação da questão ao considerar mais de uma alternativa como incorreta.

EMBASAMENTO

<https://www.unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/cienciasnutricionaisonline/sumario/108/27072022190355.pdf>

<https://www.scielo.br/j/rn/a/LpzvW4tNCZpc43VDBQG5ghr/abstract/?lang=pt>

<https://hospitalsiriolibanes.org.br/blog/geriatria/sarcopenia-pode-ser-prevenida-com-musculacao-e-dieta-rica-em->

proteínas

PARECER DA BANCA:

Os questionamentos e embasamentos apresentados nos recursos foram analisados e julgados como procedente.

RESULTADO

PROCEDENTE: A questão dever ser ANULADA

CARGO	Nutricionista
ÁREA DA PROVA	Conhecimento Específico
Nº DA QUESTÃO:	28

RECURSO:

RECURSO 715

QUESTIONAMENTO 1

A questão está com duas alternativas compatíveis como correta. A alternativa dada como correta é a letra D: Aconselha-se o uso moderado de gorduras totais em pacientes com hipercolesterolemia, sendo recomendada a ingestão de 25% a 35% das calorias totais em forma de gorduras. A letra E: Recomenda-se a suplementação de ômega 3 (EPA e DHA) de 1 a 2g/dia, também estaria correta segundo a Atualização da Diretriz Brasileira de Dislipidemias e Prevenção da Aterosclerose – 2017.

EMBASAMENTO

Arquivo Brasileiro de Cardiologia, 2017: Atualização da Diretriz Brasileira de Dislipidemias e Prevenção da Aterosclerose – 2017: na página 19 da diretriz a Tabela 6 – Recomendações dietéticas para o tratamento das dislipidemias.

RECURSO 1029

QUESTIONAMENTO 2

Realizou-se um ensaio clínico randomizado em indivíduos chineses com doença cardiovascular prévia ou PAS superior a 160 mmHg, que receberam aleatoriamente uma combinação de 65% de cloreto de sódio, 25% de cloreto de potássio e 10% de sulfato de magnésio ou sal de cozinha com 100% de cloreto de sódio. A intervenção resultou em uma redução média de 3,7 mmHg (1,6 a 5,9) na pressão sistólica, a qual alcançou o efeito máximo em 12 meses, diminuindo 5,4 mmHg (2,3a 8,5) (GR: IIa, NE: B). Um ensaio clínico randomizado conduzido em indivíduos hipertensos e suas famílias detectou resultados similares, mas de menor magnitude, após 36 meses²⁸ (GR: I, NE: A). Desta forma a suplementação de cálcio, potássio e magnésio pode ser recomendada como intervenções para o controle de níveis pressóricos. O item "B" se tornaria correto.

EMBASAMENTO

Diretrizes Brasileiras de Hipertensão Arterial – 2020
<http://departamentos.cardiol.br/sbcdha/profissional/pdf/Diretriz-HAS-2020.pdf>

PARECER DA BANCA:

RESPOSTA AO QUESTIONAMENTO 1

Segundo a Diretriz Brasileira de Brasileira de Hipertensão (2020) diversos estudos apontam para um possível benefício da suplementação de cálcio, potássio e magnésio, no entanto não se conhecem os mecanismos fisiológicos pelos quais eles atuam. Desta forma, a suplementação destes nutrientes não está listada entre as Recomendações principais, que são:

- Os indivíduos hipertensos devem ser avaliados quanto ao hábito de fumar, e deve ser buscada a cessação do

tabagismo, se necessário com o uso de medicamentos, pelo aumento do risco CV.

- A dieta tipo DASH e semelhantes – aumento no consumo de frutas, hortaliças, laticínios com baixo teor de gordura e cereais integrais, além de consumo moderado de oleaginosas e redução no consumo de gorduras, doces e bebidas com açúcar e carnes vermelhas – deve ser prescrita.
- O consumo de sódio deve ser restrito a 2 g/dia, com substituição de cloreto de sódio por cloreto de potássio, se não existirem restrições.
- O peso corporal deve ser controlado para a manutenção de IMC < 25 kg/m².
- Realizar, pelo menos, 150 minutos por semana de atividade física moderada. Deve ser estimulada ainda a redução do comportamento sedentário, levantando-se por 5 minutos a cada 30 minutos sentado.

Fontes Bibliográficas:

Sociedade Brasileira de Cardiologia. Diretriz Brasileira de Brasileira de Hipertensão (2020).

RESPOSTA AO QUESTIONAMENTO 2

Conforme a Atualização da Diretriz Brasileira de Dislipidemias e Prevenção da Aterosclerose (2027) a suplementação de ômega-3 (EPA e DHA) de 0,5 a 1g/dia é recomendado para pessoas com hipercolesterolemia isolada (LDL-c 130 a 159 md/dL). A recomendação 1 a 2g/dia (EPA e DHA) é recomendada apenas para pessoas com hipetrigliceridemia (triglicérides 200-499 mg/dia).

Fontes Bibliográficas:

Sociedade Brasileira de Cardiologia. Diretriz Brasileira de Brasileira de Hipertensão (2020).

RESULTADO

IMPROCEDENTE: A resposta do gabarito provisório deve ser mantida.

CARGO	Nutricionista
ÁREA DA PROVA	Conhecimento Específico
Nº DA QUESTÃO:	29

RECURSO:

RECURSO 1154QUESTIONAMENTO

Prezado(a) senhor(a) examinador(a), venho respeitosamente por meio deste recurso solicitar a revisão da questão nº29 da Prova Objetiva do Quadro Geral pelos fatos e fundamentos a seguir apresentados: A ilustríssima banca examinadora em seu gabarito preliminar considerou como correta a alternativa C da questão 29, que solicitava a alternativa incorreta. A alternativa em questão de fato está incorreta quando coloca o termo "descentralizado" e não "centralizado", porém a alternativa B aborda que a localização do serviço de alimentação DEVE SER no andar térreo para facilitar a comunicação com o exterior, o recebimento de gêneros de alimentícios, os materiais de consumo, entre outros. Ao meu ver e da literatura esta alternativa também se apresenta como incorreta quando coloca esse termo "deve ser" e também poderia ser repostada da questão pois na verdade é RECOMENDÁVEL/ É MELHOR que a localização do serviço de alimentação seja no andar térreo, permitindo melhor operacionalização, facilitando a iluminação e ventilação natural, contribuindo para a remoção do lixo, dentre outros. Inclusive em grandes cidades e metrópoles muitos restaurantes são situados em pavimentos que não são térreos. Ante ao exposto, faz-se imperiosa a anulação da questão ao considerar mais de uma alternativa como incorreta. EMBASAMENTO

<https://revistas.uepg.br/index.php/biologica/article/download/8456/5643/> http://www.xxcbcd.ufc.br/arqs/gt6/gt6_50.pdf

<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/desafios/article/download/6381/16552>

PARECER DA BANCA:

A utilização do termo DEVE SER não torna a questão incorreta. Segundo o dicionário Oxford Languages RECOMENDÁVEL é equivalente a QUE SE PODE ou DEVE RECOMENDAR. Ao passo que a palavra OBRIGATÓRIO refere-se a imposto por lei. Portanto, a expressão DEVE SER é equivalente a RECOMENDÁVEL.

Fonte bibliográfica:

RESULTADO

IMPROCEDENTE: A resposta do gabarito provisório deve ser mantida.

CARGO	Nutricionista
ÁREA DA PROVA	Conhecimento Específico
Nº DA QUESTÃO:	30

RECURSO:

RECURSO 398

QUESTIONAMENTO 1

Sugiro ANULAÇÃO da Questão considerando que não há alternativa correta, visto que todas apresentam microrganismos indicadores: Escherichia coli: As infecções do trato urinário são a infecção mais comum causada por E. coli e as pessoas também podem desenvolver infecções intestinais ao comer alimentos contaminados (como carne moída mal cozida), tocar em animais infectados ou engolir água contaminada (Manual MSD, 2022). Clostridium botulinum: A bactéria causadora do botulismo produz esporos que sobrevivem até em ambientes com pouco oxigênio, como em alimentos em conserva ou enlatados. Ela produz uma toxina que, mesmo se ingerida em pouquíssima quantidade, pode causar envenenamento grave em questão de horas (BRASIL, 2020). Enterococcus faecium e Streptococcus faecalis: A transmissão ocorre através de contato direto ou indireto, por exemplo, através de alimentos, materiais e objetos contaminados, bem como através das mãos dos profissionais de saúde (OLYMPUS, 2024). Bacillus cereus: As intoxicações causadas por Bacillus cereus resultam da ingestão de alimentos contaminados com o microrganismo e/ou com as enterotoxinas que produziu durante o seu crescimento. As intoxicações associadas a este microrganismo são normalmente de curta duração e pouco severas. Têm no entanto sido relatados diversos surtos e casos esporádicos (AUTORIDADE DE SEGURANÇA ALIMENTAR E ECONÓMICA, 2024).

EMBASAMENTO

MANUAL MSD, Versão Saúde para a Família, 2022. Infecções por Escherichia coli. Disponível em: , Acesso em: 09 de abril de 2024.

BRASIL, 2020. Botulismo. Biblioteca Virtual em Saúde, MINISTÉRIO DA SAÚDE. Disponível em: . Acesso em: 09 de abril de 2024. OLYMPUS, 2024. Enterococcus faecalis. Disponível em: . Acesso em: 09 de abril de 2024.

AUTORIDADE DE SEGURANÇA ALIMENTAR E ECONÓMICA, 2024. Bacillus cereus. Disponível em: . Acesso em: 09 de abril de 2024.

RECURSO 404

QUESTIONAMENTO 2

Sugiro ANULAÇÃO da Questão considerando que não há alternativa correta, visto que todas apresentam microrganismos indicadores: Escherichia coli: As infecções do trato urinário são a infecção mais comum causada por E. coli e as pessoas também podem desenvolver infecções intestinais ao comer alimentos contaminados (como carne moída mal cozida), tocar em animais infectados ou engolir água contaminada (Manual MSD, 2022). Clostridium botulinum: A bactéria causadora do botulismo produz esporos que sobrevivem até em ambientes com pouco oxigênio, como em alimentos em conserva ou enlatados. Ela produz uma toxina que, mesmo se ingerida em pouquíssima quantidade, pode causar envenenamento grave em questão de horas (BRASIL, 2020). Enterococcus faecium e Streptococcus faecalis: A transmissão ocorre através de contato direto ou indireto, por exemplo, através de alimentos, materiais e objetos contaminados, bem como através das mãos dos profissionais de saúde (OLYMPUS, 2024). Bacillus cereus: As intoxicações causadas por Bacillus cereus resultam da ingestão de alimentos contaminados com o microrganismo e/ou com as enterotoxinas que produziu durante o seu crescimento. As intoxicações associadas a este microrganismo são normalmente de curta duração e pouco severas. Têm no entanto sido relatados diversos surtos e casos esporádicos (AUTORIDADE DE SEGURANÇA ALIMENTAR E ECONÓMICA, 2024). EMBASAMENTO MANUAL MSD, Versão Saúde para a Família, 2022. Infecções por Escherichia coli. Disponível em: , Acesso em: 09 de abril de 2024. BRASIL, 2020. Botulismo. Biblioteca Virtual em Saúde, MINISTÉRIO DA SAÚDE. Disponível em: . Acesso em:

09 de abril de 2024. OLYMPUS, 2024. Enterococcus faecalis. Disponível em: . Acesso em: 09 de abril de 2024. AUTORIDADE DE SEGURANÇA ALIMENTAR E ECONÓMICA, 2024. Bacillus cereus. Disponível em: . Acesso em: 09 de abril de 2024.

RECURSO 645

QUESTIONAMENTO 3

A questão pede a exceção quanto ao microrganismo indicador de contaminação de alimentos e o gabarito deu como correto a letra E, porém há que se discutir se a Letra C seria a resposta mais adequada. A questão pede os microrganismos indicadores e estes têm por características de segurança alimentar importantes: Fácil detecção e identificação; Estar sempre presente na amostra junto a outro microrganismo patogêno; Estar ausentes em alimentos livres de patógenos. Dessa forma a letra E, a qual indica o Bacillus Cereus como não indicador, pode estar errada quando se analisa sua presença em alguns alimentos de acordo com a legislação citada nas referências.

EMBASAMENTO

Forsythe, S.J. 2010, Microbiologia da segurança dos alimentos, Editora Artmed. Diário Oficial da União (D.O.U.) (26/12/2019) a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) 331/2019 , que trata dos padrões microbiológicos de alimentos e sua aplicação. A RDC abrange toda a cadeia produtiva de alimentos, ou seja, todos os setores envolvidos nas etapas de produção, industrialização, armazenamento, fracionamento, transporte, distribuição, importação e comercialização dos alimentos. Art. 3º Os alimentos, com exceção dos alimentos comercialmente estéreis, devem atender aos padrões microbiológicos estabelecidos no Anexo I desta Instrução Normativa. No Anexo I estabelece os padrões microbiológicos para alimentos.

PARECER DA BANCA:

Inicialmente, é necessário informar que o fato de um microrganismo estar presente em um alimento e ter potencial patogênico, não faz dele um indicador. Para que um microrganismo seja classificado como indicador é necessário o cumprimento de alguns requisitos, como: deve ser de fácil e rápida detecção; ser facilmente distinguível de outros microrganismos da microbiota do alimento; não deve estar presente como contaminante natural do alimento, pois assim sua detecção não indicará, necessariamente, a presença da matéria fecal ou dos patógenos. Desta forma, o Bacillus cereus não atende a estas características uma vez que as bactérias deste gênero caracterizam-se por uma intensa atividade metabólica, já que produzem enzimas que degradam muitos substratos orgânicos. Devido a estas características, a identificação deste microrganismo é bastante complicada, não havendo um consenso geral sobre a melhor forma de fazê-la. Além disso, o Bacillus cereus é largamente presente na natureza, sendo o solo o seu reservatório natural, por esta razão contamina facilmente alimentos como vegetais, cereais, condimentos, etc. É também encontrado, na superfície de carne bovina, suína, frango e laticínios.

Fonte bibliográfica:

FRANCO, Bernadette Dora Gombossy de Melo; LANDGRAF, Mariza. Microbiologia dos alimentos. São Paulo: Atheneu, 1996.

RESULTADO

IMPROCEDENTE: A resposta do gabarito provisório deve ser mantida.

CARGO	NUTRICIONISTA
ÁREA DA PROVA	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – NUTRICIONISTA
Nº DA QUESTÃO:	31
RECURSO	

RECURSO 1034

QUESTIONAMENTO

A refrigeração adequada para alimentos deve ser realizada em temperatura abaixo de 5°C para C promover menor velocidade de crescimento dos microrganismos. Desta forma a alternativa está incorreta, sendo passível de ser gabarito pela solicitação do enunciado da questão "assinale a alternativa incorreta".

EMBASAMENTO

Resolução nº 216, de 15 de setembro de 2004

PARECER DA BANCA:

Considera-se temperatura para refrigeração abaixo de 10 graus^o, sendo a temperatura mínima para crescimento de microrganismos (FRANCO & LANDGRAF, 1996). No entanto, o embasamento apresentado no recurso informa as temperaturas necessárias para a refrigeração de alimentos após a cocção, o que não se aplica a todos os alimentos, por exemplo alimentos crus que devem ser mantidos em refrigeração para mantê-los conservados por mais tempo.

Fonte bibliográfica:

FRANCO, Bernadette Dora Gombossy de Melo; LANDGRAF, Mariza. Microbiologia dos alimentos. São Paulo: Atheneu, 1996.

RESULTADO

IMPROCEDENTE: A resposta do gabarito provisório deve ser mantida.

CARGO	NUTRICIONISTA
ÁREA DA PROVA	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – NUTRICIONISTA
Nº DA QUESTÃO:	33

RECURSO:

RECURSO 817

QUESTIONAMENTO 1

Questão 33. Para marcar a alternativa incorreta. Alternativa no gabarito provisório é letra B). Alternativa D) induzi ao erro. (D) Nesta atualização das DRIS, foram incluídos dados de amostras de populações com doenças crônicas para adequação das fórmulas estimativas das necessidades energéticas. Os novos conceitos foram elaborados a partir da incorporação dos achados sobre o aumento dos riscos de desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis, provocado pela alimentação, além da abordagem clássica sobre os efeitos de carência. As amostra pela população com "doenças crônicas não transmissíveis" e não por doenças crônicas (inclui doenças crônicas transmissíveis e não transmissíveis).

EMBASAMENTO PADOVANI, RM, AMAYA-FARFÁN J, COLUGNATI FAB, DOMENE SMA. Dietary reference intakes: aplicabilidade das tabelas em estudos nutricionais. Nutr. 2006; 19(6):741-760.

RECURSO 1015

QUESTIONAMENTO 2

A questão B não está incorreta, uma vez que para pessoas com obesidade o cálculo muda, não usando o peso atual e sim o peso médio.

EMBASAMENTO <https://www.scielo.br/j/rn/a/YPLSxWFtJFR8bbGvBgGzdcM/?format=pdf&lang=pt>

PARECER DA BANCA:

Resposta ao Questionamento 1

Para a elaboração da questão foi utilizado o mesmo termo, traduzido para o português, do arquivo original da Dietary Reference Intakes for energy.

“This update of the DRIs for energy includes two major changes. First, the DRI population was considered relative to the health status of the U.S. and Canadian populations. To be more inclusive of those in the population who have or are at risk of chronic disease, the DRI population is now defined as the general population, including those with overweight, obesity, and chronic diseases, rather than the previous “generally healthy” population. Second, the data source for DLW was expanded to include databases that represent more diverse population groups.”

Fonte bibliográfica:

Dietary Reference Intakes for energy. Washington, DC: The National. Academies Press. 2023

Resposta ao Questionamento 2

Conforme a atualização das Dietary Reference Intakes (DRIs, 2023) em qualquer uma das equações disponíveis deve ser utilizado o peso atual para a identificação das necessidades energéticas diárias de um indivíduo, independente do seu estado nutricional.

Fonte bibliográfica:

Dietary Reference Intakes for energy. Washington, DC: The National. Academies Press. 2023

RESULTADO

IMPROCEDENTE: A resposta do gabarito provisório deve ser mantida.

CARGO	NUTRICIONISTA
ÁREA DA PROVA	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – NUTRICIONISTA
Nº DA QUESTÃO:	34

RECURSO:

RECURSO 288

QUESTIONAMENTO 1

De acordo com o Protocolo de uso do Guia Alimentar para a população brasileira, na orientação alimentar da pessoa adulta, assinale a alternativa INCORRETA. Alternativa C) O hábito de realizar as refeições assistindo televisão é um indicador de qualidade dos modos de comer. "Hábito de realizar as refeições assistindo à televisão, um marcador de modo de comer inadequado, relacionado tanto à qualidade quanto à quantidade." Tema: Não estava previsto no edital.

EMBASAMENTO BRASIL. Ministério da Saúde. Fascículo 1 Protocolos de uso do guia alimentar para a população brasileira na orientação alimentar: bases teóricas e metodológicas e protocolo para a população adulta. Ministério da Saúde, Universidade de São Paulo. – Brasília : Ministério da Saúde, 2021. 12p.: il.q.

RECURSO 481

QUESTIONAMENTO 2

INCORRETA- na questão temos duas questões incorretas. Segundo o Guia Alimentar para a População Brasileira: A letra C - o hábito de realização as refeições assistindo televisão não é um indicador de qualidade dos modos de comer pois o ato de comer assistindo televisão predispõe uma baixa qualidade na dieta pois há um aumento significativo da ingestão de alimentos e a letra E - não existe essa orientação a que se refere.

EMBASAMENTO

Guia Alimentar para a População Brasileira -Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed., 1. reimpr. – Brasília : Ministério da Saúde, 2014. 156 p. : il. ISBN 978-85-3342176-9 1. Programas e Políticas de Nutrição e Alimentação. 2. Alimentação. 3. Preparação de alimentos. I. Título.

RECURSO 502

QUESTIONAMENTO 3

A banca examinadora, em seu gabarito preliminar considerou a alternativa E da questão 34. Porém ocorre na alternativa C uma ambiguidade de sentido tornando-a incorreta, conforme o Guia Alimentar da População Brasileira, página 93, subtítulo: Comer em ambientes apropriados – “telefones celulares sobre a mesa e aparelhos de televisão ligados devem ser evitados” e a alternativa afirma que comer em frente a televisão é um indicador de qualidade podendo ser considerado como um ato correto. Divergindo do preconizado na bibliografia. Assim, a questão teria duas alternativas (C e E) corretas. Portanto, faz-se imperiosa a alteração do gabarito preliminar, sendo anulada a questão 34 de Conhecimentos específicos.

EMBASAMENTO BRASIL. Ministério da Saúde . Guia alimentar para a população brasileira: promovendo a alimentação saudável. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 210p.

https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_para_a_pop_brasileira_miolo_internet.pdf

RECURSO 1171

QUESTIONAMENTO 4

Ilustríssimo senhor(a) examinador(a), venho respeitosamente por meio deste recurso solicitar a revisão da questão nº34 da Prova Objetiva do Quadro Geral pelos fatos e fundamentos a seguir apresentados:

A banca examinadora em seu gabarito preliminar considerou como correta a alternativa E da questão 34, que solicitava a alternativa incorreta. A Alternativa em questão de fato está incorreta quando coloca o termo "Orienta-se" e não "alerte", porém a alternativa C aborda que o hábito de realizar as refeições assistindo televisão é um indicador de QUALIDADE dos modos de comer. Ao meu ver esta alterativa também se apresenta como incorreta quando coloca esse termo "qualidade" e também poderia ser repostada da questão pois de acordo com o Fascículo 1 do Guia Alimentar para população brasileira realizar as refeições assistindo à televisão, um marcador de modo de comer INADEQUADO. Ante ao exposto, faz-se imperiosa a anulação da questão ao considerar mais de uma alternativa como incorreta.

EMBASAMENTO

https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolos_guia_alimentar_fasciculo1.pdf

PARECER DA BANCA:

Resposta ao Questionamento 1

No Conteúdo programático/Objetivos da avaliação para o cargo o Nutricionista, previsto para o ponto 2. Nutrição no ciclo de vida: adolescência, idade adulta e 3.ª idade. Logo, o Guia Alimentar da População Brasileira e o Protocolo de uso do Guia Alimentar para a população brasileira, são instrumentos para o cuidado em Nutrição nos Ciclos da Vida e recomendados pelo Ministério da Saúde.

Resposta ao Questionamento 2, 3 e 4

Conforme o Protocolo de uso do Guia Alimentar para a população brasileira (2021), indicado no enunciado da questão, “os marcadores de alimentação saudável são representados pelo consumo de frutas, legumes, verduras e feijão (alimentos in natura ou minimamente processados consumidos per si ou em preparações culinárias). Já os marcadores de alimentação não-saudável são representados pelo consumo de embutidos, bebidas adoçadas, macarrão instantâneo e/ou biscoitos salgados, bem como o consumo de doces, guloseimas e biscoitos recheados (todos alimentos ultraprocessados). Outra informação importante refere-se ao hábito de realizar as refeições assistindo à televisão, um marcador de modo de comer inadequado, relacionado tanto à qualidade quanto à quantidade.”

Fonte bibliográfica:

Ministério da Saúde. Fascículo 1 Protocolos de uso do guia alimentar para a população brasileira na orientação alimentar: bases teóricas e metodológicas e protocolo para a população adulta [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Universidade de São Paulo. – Brasília: Ministério da Saúde, 2021.

RESULTADO

IMPROCEDENTE: A resposta do gabarito provisório deve ser mantida.

CARGO	NUTRICIONISTA
ÁREA DA PROVA	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – NUTRICIONISTA
Nº DA QUESTÃO:	35

RECURSO:

Recurso: 486

QUESTIONAMENTO 1

A QUESTÃO PEDE PARA ASSINALAR A ALTERNATIVA QUE NÃO ESTÁ RELACIONADA COM O USO DA TEMPERATURA. PORÉM, NENHUMA DAS ALTERNATIVAS CONDIZ COM METODO QUE NÃO UTILIZA TEMPERATURA. TODAS AS OPÇÕES DADAS SÃO METODOS QUE UTILIZAM DE TEMPERATURA, INCLUSIVE A ALTERNATIVA DADA COMO CERTA. Na liofilização ocorre basicamente a retirada da água do alimento por sublimação, no qual o

alimento congelado é colocado no liofilizador sob vácuo.

EMBASAMENTO

AZEREDO, H.M.C. Fundamentos de estabilidade de alimentos. Brasília: Embrapa, 2012.

BRASIL. Portaria nº 540, de 27 de outubro de 1997. Aprova o Regulamento Técnico: Aditivos Alimentares - definições, classificação e emprego. ANVISA, 1997.

BRASIL. Resolução RDC nº 21, de 26 de janeiro de 2001. Aprova o “Regulamento Técnico para Irradiação de Alimentos”. ANVISA: 2001. Disponível em: <

http://portal.anvisa.gov.br/documents/33916/394219/Resolucao_RDC_n_21_de_26_de_janeiro_de_2001.pdf/28d81caa-e8ba-44a8-bcdc-83f950a29f35> Último acesso em 19 de outubro de 2017.

CARNEIRO, H. Comida e saciedade: uma história da alimentação. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

CELESTINO, S.M.C. Princípios de secagem de alimentos. Planaltina: Embrapa cerrados, 2010

CESAR, L. Métodos de conservação de alimentos: Uso de Calor. 2008. Disponível em: <

http://www.agais.com/tpoa1/curso/capitulo_3_tpoa1_met_conserva_2008_part1.pdf> Acesso em 19 de outubro de 2017.

Recurso: 496

QUESTIONAMENTO 2

A questão que correta está errada pois no processo de liofilização faz o uso de temperatura, pois precisam ser congelados. O processo de liofilização consiste em uma tecnologia de secagem que tem seu processo baseado na remoção da água através da sublimação da água presente no alimento. Para ocorrer o alimento deve estar congelado, isto é, todo o conteúdo de água presente neste deve estar na forma de gelo, o congelamento consiste na primeira etapa do processo, e só após ela o alimento é submetido a condições de pressões muito baixas.

EMBASAMENTO

SECAGEM POR LIOFILIZAÇÃO: MÉTODO DE OPERAÇÃO E RELEVÂNCIA NA ÁREA DE ALIMENTOS - Eugênia Telis de Vilela Silva (1); Pedro Ivo Soares e Silva (1); Anna Karoline d

Recurso: 624

QUESTIONAMENTO 3

Sugiro ANULAÇÃO da questão considerando que todas alternativas estão relacionadas com o uso de TEMPERATURA, portanto, nenhuma das alternativas se enquadra: Congelamento: o congelamento, assim como a refrigeração, diminui a velocidade das transformações microbiológicas e bioquímicas, no entanto, é caracterizado por uma diminuição mais expressiva da temperatura, com valores entre -40°C a -10°C (BARROS et al., 2020).

Pasteurização: A pasteurização consiste em um tratamento térmico, relativamente brando, no qual o alimento é aquecido a temperaturas inferiores a 100°C (OPAS, 2019). Apertização: Na apertização, o produto anteriormente preparado, em recipientes fechados hermeticamente, submetidos ao vácuo, é aquecido a uma temperatura alta até a destruição dos microrganismos (SILVA, 2018).

Liofilização: caracterizada pelo processo de remoção da água do alimento sem submetê-lo a altas temperaturas. Neste, o alimento passa por uma etapa prévia de preparo (limpeza, corte, cozimento, etc.) em seguida ocorre o congelamento à -40°C e posteriormente o mesmo é colocado em câmaras de alto vácuo (BARROS et al., 2020).

Refrigeração: visa reduzir a velocidade das reações de deterioração pela diminuição da temperatura de um produto, visando à qualidade. Utiliza-se temperaturas acima do ponto de congelamento entre 0°C e 10°C ou seja, há a modificação no calor sensível do produto. (BARROS et al., 2020)

EMBASAMENTO

Pasteurização: Disponível em: Organização Pan-Americana da Saúde. Tecnologias de conservação aplicadas à segurança de alimentos. Washington, D.C.: OPAS; 2019. <https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/51502/9789275721049_por.pdf?sequence=1&isAllowed=y> acesso em 09 de abril de 2024.

Congelamento, liofilização, refrigeração: Braz. J. of Develop., Curitiba, v. 6, n. 1, p. 812, jan. 2020. Disponível em: <<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/download/5917/5770/17323#:~:text=Entre%20as%20t%C3%A9cnicas%20mais%20empregadas,osmose%20e%20a%C3%A7%C3%A3o%20de%20embalagens.>> acesso em 09 de abril de 2024.

Apertização: Silva, Jhúlia de Castro Análise histórica sobre os métodos de conservação dos alimentos / Jhúlia de Castro Silva. – 2018. Disponível em: <https://brt.ifsp.edu.br/phocadownload/userupload/213354/ANLISE%20HISTORICA%20SOBRE%20OS%20MÉTODOS%20DE%20CONSERVAO%20DOS%20ALIMENTOS.pdf> acesso em 09 de abril de 2024.

Recurso: 669

QUESTIONAMENTO 4

Solicito anulação das questão, visto que todas as opções de respostas citadas são métodos de conservação de alimentos relacionados com o uso da temperatura.

O gabarito é alternativa "d" Liofilização, porém, o processo de liofilização consiste em uma tecnologia de secagem para conservação que tem seu processo baseado na remoção da água através da sublimação da água presente no alimento. Para ocorrer o alimento deve estar congelado, isto é, todo o conteúdo de água presente neste deve estar na forma de gelo, o congelamento consiste na primeira etapa do processo, e só após ela o alimento é submetido a condições de pressões muito baixas. Ou seja, a Liofilização é dependente do produto congelado, logo, se trata de uma metodologia com uso de temperatura.

EMBASAMENTO

Artigo: SECAGEM POR LIOFILIZAÇÃO: MÉTODO DE OPERAÇÃO E RELEVÂNCIA NA ÁREA DE ALIMENTOS acessado na data 09 de abril de 2024 em <https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/18206#:~:text=press%C3%B5es%20muito%20baixas.-,O%20liofilizador%20possui%20c%C3%A2maras%20herm%C3%A9ticas%20onde%20o%20produto%20%C3%A9%20colocado,o%20uso%20de%20altas%20temperaturas.>

Recurso: 993

QUESTIONAMENTO 5

A questão enfatiza que deve ser assinalado o processo que "NÃO" está relacionada com o uso da temperatura, o gabarito informa que a "Liofilização" seria a alternativa correta, porém, este processo envolve a temperatura quando ao realizar a liofilização a matéria é congelada (baixa temperatura) e depois é realizada a secagem, com isso, não faz sentido a alternativa a correta

EMBASAMENTO

DE OLIVEIRA, Emanuel Neto Alves et al. Obtenção de ubaia desidratada pelo processo de liofilização. Revista Brasileira de Tecnologia Agroindustrial, v. 4, n. 2, 2010.

PARECER DA BANCA:

Compreende-se que liofilização é um método que utiliza a sublimação para promover a conservação dos alimentos. Este método tem como princípio a utilização da pressão e não a temperatura. Sem a utilização da pressão não seria possível ter alimentos liofilizados. Todos os demais métodos como congelamento, pasteurização, apertização e congelamento dependem exclusivamente do uso da temperatura para aumentar o tempo de conservação dos alimentos.

Fonte bibliográfica:

BARUFFALDI, R. & OLIVEIRA, M.N.de. Fundamentos de tecnologia de alimentos. São Paulo: Atheneu, 1998.

RESULTADO

IMPROCEDENTE: A resposta do gabarito provisório deve ser mantida.

CARGO

NUTRICIONISTA

ÁREA DA PROVA

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – NUTRICIONISTA

Nº DA QUESTÃO:

37

RECURSO:

RECURSO 276
QUESTIONAMENTO

A alternativa C também está correta. O Ministério da Saúde diz que o VIGITEL tem como objetivo monitorar a frequência e a distribuição de fatores de risco e proteção para Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) por inquérito telefônico, além de descrever a evolução anual desses indicadores em nosso meio, sendo estimado temas, como: tabagismo, excesso de peso e obesidade, consumo alimentar, atividade física, consumo de bebidas alcoólicas, autoavaliação do estado de saúde, prevenção de câncer e morbidade referida (DCNT).

EMBASAMENTO

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Vigitel. Disponível em: . Acesso no dia 08 de abril de 2024.

PARECER DA BANCA:

O VIGITEL 2020 não engloba o uso abusivo de “outras drogas” como indicador, portanto, a alternativa permanece INCORRETA.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças. Vigitel BRASIL 2020. Brasília, 2021

RESULTADO

IMPROCEDENTE: A resposta do gabarito provisório deve ser mantida.

CARGO	NUTRICIONISTA
ÁREA DA PROVA	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – NUTRICIONISTA
Nº DA QUESTÃO:	38

RECURSO:

RECURSO 1011 QUESTIONAMENTO

Em relação ao item IV "A suplementação proteica deve ser realizada desde a primeira fase da dieta no pósoperatório" sabe-se que a proteína líquida está entre os alimentos permitidos na primeira fase de dieta líquida clara, mas que é necessário observar a tolerância dos alimentos no paciente, de forma que ele não seja "obrigado" a realizar o consumo, como o verbo "deve" sugere na afirmativa. Outro ponto a ser levantado é que apesar de ser indicado a suplementação proteica, hospitais e pacientes podem não ter condições de compra, o que não se cancela a cirurgia por este motivo. Assim, reitero que não há obrigação como o verbo "deve" sugere de suplementar proteína, ainda mais esta precisando ser líquida clara (específica), na primeira fase de dieta. Em relação ao item II "A suplementação multivitamínica deve ser realizada diariamente no primeiro ano de cirurgia" é recomendado avaliação em curto período de tempo de exames para suplementação individual no primeiro ano de ácido fólico, vitamina B12, B1, C, A, D, E, K, cálcio, fósforo, magnésio, cobre, zinco, selênio. Assim, após a cirurgia o paciente já é orientado a suplementação necessária. Após o primeiro ano os exames são realizados anualmente para controle. Questiono gabarito afirmativa IV estar correta e a II errada.

EMBASAMENTO

Pereira, S. E.; Rossoni, C.; Cambi, M. P. C.; et al. Brazilian guide to nutrition in bariatric and metabolic surgery. *Langenbecks Arch Surg* 408, 143 (2023)

PARECER DA BANCA:

A suplementação multivitamínica deve ser realizada logo após o procedimento cirúrgico com o objetivo de prevenir a deficiência nutricional e permanecerá por toda a vida do paciente que realiza a cirurgia bariátrica. Essa recomendação é independente da avaliação através de exames, pois o objetivo é prevenir deficiências nutricionais. E se a técnica cirúrgica adotada for o RYGB, o risco do paciente desenvolver carências nutricionais é muito grande.

A primeira fase da dieta no pós operatório é da dieta líquida, que pode durar de 10 a 14 dias, porém, recomendação é que se consuma no mínimo 60g diárias. Como a consistência é líquida, será necessário realizar a suplementação proteica para alcançar a recomendação.

Fontes Bibliográficas:

Mechanick, J.I Clinical Practice Guidelines For The Perioperative Nutrition, Metabolic, And Nonsurgical Support Of Patients Undergoing Bariatric Procedures – 2019 Update: Cosponsored By American Association Of Clinical Endocrinologists/American College Of Endocrinology, The Obesity Society, American Society For Metabolic & Bariatric Surgery, Obesity Medicine Association, And American Society Of Anesthesiologists. *AACE/TOS/ASMBS/OMA/ASA 2019 Guidelines. Endocrine Practice* Vol 25 No. 12 December 2019.

Pinto, S.L. In: *Nutrição e Cirurgia bariátrica*. Editora IACI, 2021.

RESULTADO

IMPROCEDENTE: A resposta do gabarito provisório deve ser mantida.

NÍVEL SUPERIOR – PEDAGOGO

CARGO	Pedagogo
ÁREA DA PROVA	Conhecimentos Específicos

Nº DA QUESTÃO:	30
-----------------------	----

RECURSO:

RECURSO 844: Prezada Comissão Examinadora, Venho, por meio deste, interpor recurso contra a questão que versa sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aplicada sem explicitação no edital do concurso. Tal omissão contraria a legislação vigente, em especial a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), que estabelece a necessidade de clareza nos critérios de avaliação. A ausência de referência à BNCC no edital viola o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, além de prejudicar a isonomia entre os candidatos. Situações similares já resultaram na anulação de questões, como no concurso do TRT-15, onde uma questão foi cancelada por exigir conteúdo não previsto no edital. Dessa forma, solicito a anulação da questão em questão e a garantia de que os pontos sejam atribuídos a todos os candidatos, conforme decisões judiciais anteriores.

PARECER DA BANCA:

A questão se refere às questões de currículo, conhecimento nuclear da prática profissional da Pedagogia, elaborada de acordo com o EDITAL Nº 001/2024 DE 05 DE JANEIRO DE 2024; no item 2.5.14 PEDAGOGO: **4. Currículo e construção do conhecimento**, dado que atualmente a Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017 - Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica, regulamentando o artigo Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

RESULTADO

IMPROCEDENTE: A resposta do gabarito provisório deve ser mantida, de acordo com o EDITAL Nº 001/2024 DE 05 DE JANEIRO DE 2024, no item 12.1 "Serão admitidos recursos administrativos contra o presente edital, na eventualidade de ser identificado qualquer ilegalidade, omissão, contradição ou obscuridade", dado que a questão não incorre em nenhuma dessas, muito menos em obscuridade.

CARGO	Pedagogo
ÁREA DA PROVA	Conhecimentos Específicos
Nº DA QUESTÃO:	34

RECURSO:

RECURSO: 284: Quero entrar com recurso na questão 34, pois analisando os conteúdos perdidos por esta banca responsável pelo o concurso, em nenhum momento vir cobranças sobre a BNCC em relação a educação infantil . Desde de já peço a anulação da questão por não se enquadrar dentro do que foi perdido no edital de conhecimentos específicos .

PARECER DA BANCA:

A questão se refere às questões de currículo, conhecimento nuclear da prática profissional da Pedagogia, elaborada de acordo com o EDITAL Nº 001/2024 DE 05 DE JANEIRO DE 2024; no item 2.5.14 PEDAGOGO: **4. Currículo e construção do conhecimento**, dado que atualmente a Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017 - Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica, regulamentando o artigo Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

RESULTADO

IMPROCEDENTE: A resposta do gabarito provisório deve ser mantida, de acordo com o EDITAL Nº 001/2024 DE 05 DE JANEIRO DE 2024, no item 12.1 "Serão admitidos recursos administrativos contra o presente edital, na eventualidade de ser identificado qualquer ilegalidade, omissão, contradição ou obscuridade", dado que a questão não incorre em nenhuma dessas, muito menos em obscuridade.

CARGO	Pedagogo
--------------	----------

ÁREA DA PROVA	Conhecimentos Específicos
Nº DA QUESTÃO:	29
RECURSO:	
RECURSO: 380. O meu questionamento e sobre as questão 29, 31, 35, 38,39 que não estou de acordo como estão esta faltando a letra v nas resposta e as outras estão do mesmo jeito esta faltando III também em outra questão.	
PARECER DA BANCA:	
As questões estão com enunciados de acordo com os conteúdos do EDITAL Nº 001/2024 DE 05 DE JANEIRO DE 2024; todas elas com cinco quesitos e todas com cinco possibilidades de respostas com apenas uma afirmativa correta.	
RESULTADO	
IMPROCEDENTE: A resposta do gabarito provisório deve ser mantida, de acordo com o EDITAL Nº 001/2024 DE 05 DE JANEIRO DE 2024, no item 12.1 “Serão admitidos recursos administrativos contra o presente edital, na eventualidade de ser identificado qualquer ilegalidade, omissão, contradição ou obscuridade”, dado que a questão não incorre em nenhuma dessas, muito menos em obscuridade.	

CARGO	Pedagogo
ÁREA DA PROVA	Conhecimentos Específicos
Nº DA QUESTÃO:	28
RECURSO:	
RECURSO: 523: Prezada banca examinadora, venho solicitar a anulação da questão 28 na prova objetiva de Nível Superior de Conhecimentos Específicos do cargo de Pedagogia. No Conteúdo programático da prova conforme o item 2.5.14 do edital, não estava previsto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que foi objeto de questões na prova. A questão 28 pedia que o candidato soubesse o artigo 12 da lei, sobre as incumbências dos estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino.	
PARECER DA BANCA:	
A questão se refere às questões de currículo, conhecimento nuclear da prática profissional da Pedagogia, elaborada de acordo com o EDITAL Nº 001/2024 DE 05 DE JANEIRO DE 2024; no item 2.5.14 PEDAGOGO: 3.4. Projeto político-pedagógico da escola: concepção, princípios e eixos norteadores. Gestão educacional decorrente da concepção do projeto político-pedagógico, dado que um dos eixos norteadores do PPC de uma escola é a legislação, inclusive prevista no Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de: I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; assim como o Art. 14. Lei dos respectivos Estados e Municípios e do Distrito Federal definirá as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: (Redação dada pela Lei nº 14.644, de 2023) Parágrafo 2º item I – democratização da gestão;(Incluído pela Lei nº 14.644, de 2023).	
RESULTADO	
IMPROCEDENTE: A resposta do gabarito provisório deve ser mantida, de acordo com o EDITAL Nº 001/2024 DE 05 DE JANEIRO DE 2024, no item 12.1 “Serão admitidos recursos administrativos contra o presente edital, na eventualidade de ser identificado qualquer ilegalidade, omissão, contradição ou obscuridade”, dado que a questão não incorre em nenhuma dessas, muito menos em obscuridade.	

CARGO	Pedagogo
ÁREA DA PROVA	Conhecimentos Específicos

Nº DA QUESTÃO:

29

RECURSO:

RECURSO: 721: Prezada Comissão Examinadora, Venho, por meio deste, interpor recurso contra a questão que versa sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aplicada sem explicitação no edital do concurso. Tal omissão contraria a legislação vigente, em especial a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), que estabelece a necessidade de clareza nos critérios de avaliação. A ausência de referência à BNCC no edital viola o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, além de prejudicar a isonomia entre os candidatos. Situações similares já resultaram na anulação de questões, como no concurso do TRT-15, onde uma questão foi cancelada por exigir conteúdo não previsto no edital. Dessa forma, solicito a anulação da questão em questão e a garantia de que os pontos sejam atribuídos a todos os candidatos, conforme decisões judiciais anteriores. Atenciosamente, Ayne Almeida Andrade.

PARECER DA BANCA:

A questão se refere às questões de currículo, conhecimento nuclear da prática profissional da Pedagogia, elaborada de acordo com o EDITAL Nº 001/2024 DE 05 DE JANEIRO DE 2024; no item 2.5.14 PEDAGOGO: **4. Currículo e construção do conhecimento**, dado que atualmente a Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017 - Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica, regulamentando o artigo Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

RESULTADO

IMPROCEDENTE: A resposta do gabarito provisório deve ser mantida, de acordo com o EDITAL Nº 001/2024 DE 05 DE JANEIRO DE 2024, no item 12.1 "Serão admitidos recursos administrativos contra o presente edital, na eventualidade de ser identificado qualquer ilegalidade, omissão, contradição ou obscuridade", dado que a questão não incorre em nenhuma dessas, muito menos em obscuridade.

CARGO

Pedagogo

ÁREA DA PROVA

Conhecimentos Específicos

Nº DA QUESTÃO:

32

RECURSO:

RECURSO: 727: Prezada banca examinadora, venho solicitar a anulação da questão 32 na prova objetiva. No Conteúdo programático da prova não estava previsto a lei Nº 9394/96 Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que foi objeto de questões na prova.

PARECER DA BANCA:

A questão se refere às questões de currículo, conhecimento nuclear da prática profissional da Pedagogia, elaborada de acordo com o EDITAL Nº 001/2024 DE 05 DE JANEIRO DE 2024; no item 2.5.14 PEDAGOGO: **4. Currículo e construção do conhecimento**, dado que atualmente a Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017 - Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica, regulamentando o artigo Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

RESULTADO

IMPROCEDENTE: A resposta do gabarito provisório deve ser mantida, de acordo com o EDITAL Nº 001/2024 DE 05 DE JANEIRO DE 2024, no item 12.1 "Serão admitidos recursos administrativos contra o presente edital, na eventualidade de ser identificado qualquer ilegalidade, omissão, contradição ou obscuridade", dado que a questão não incorre em nenhuma dessas, muito menos em obscuridade.

CARGO

Pedagogo

ÁREA DA PROVA	Conhecimentos Específicos
Nº DA QUESTÃO:	27
RECURSO:	
RECURSO: 729 Prezada Comissão Examinadora, Venho, por meio deste, interpor recurso contra a questão que versa sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aplicada sem explicitação no edital do concurso. Tal omissão contraria a legislação vigente, em especial a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei no 9.394/96), que estabelece a necessidade de clareza nos critérios de avaliação. A ausência de referência à BNCC no edital viola o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, além de prejudicar a isonomia entre os candidatos. Situações similares já resultaram na anulação de questões, como no concurso do TRT-15, onde uma questão foi cancelada por exigir conteúdo não previsto no edital. Dessa forma, solicito a anulação da questão em questão e a garantia de que os pontos sejam atribuídos a todos os candidatos, conforme decisões judiciais anteriores.	
PARECER DA BANCA:	
A questão se refere às questões de currículo, conhecimento nuclear da prática profissional da Pedagogia, elaborada de acordo com o EDITAL Nº 001/2024 DE 05 DE JANEIRO DE 2024; no item 2.5.14 PEDAGOGO: 4. Currículo e construção do conhecimento , dado que atualmente a Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017 - Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica, regulamentando o artigo Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013).	
RESULTADO	
IMPROCEDENTE: A resposta do gabarito provisório deve ser mantida, de acordo com o EDITAL Nº 001/2024 DE 05 DE JANEIRO DE 2024, no item 12.1 "Serão admitidos recursos administrativos contra o presente edital, na eventualidade de ser identificado qualquer ilegalidade, omissão, contradição ou obscuridade", dado que a questão não incorre em nenhuma dessas, muito menos em obscuridade.	
ÍVEL SUPERIOR	

CARGO	Pedagogo
ÁREA DA PROVA	Conhecimentos Específicos
Nº DA QUESTÃO:	28
RECURSO:	
RECURSO 732: Prezada Comissão Examinadora, Venho, por meio deste, interpor recurso contra a questão que versa sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aplicada sem explicitação no edital do concurso. Tal omissão contraria a legislação vigente, em especial a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei no 9.394/96), que estabelece a necessidade de clareza nos critérios de avaliação. Ausência de referência à BNCC no edital viola o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, além de prejudicar a isonomia entre os candidatos. Situações similares já resultaram na anulação de questões, como no concurso do TRT-15, onde uma questão foi cancelada por exigir conteúdo não previsto no edital. Dessa forma, solicito a anulação da questão em questão e a garantia de que os pontos sejam atribuídos a todos os candidatos, conforme decisões judiciais anteriores. Atenciosamente, Ayne Almeida Andrade.	
PARECER DA BANCA:	
A questão se refere às questões de currículo, conhecimento nuclear da prática profissional da Pedagogia, elaborada de acordo com o EDITAL Nº 001/2024 DE 05 DE JANEIRO DE 2024; no item 2.5.14 PEDAGOGO: 3.4. Projeto político-pedagógico da escola: concepção, princípios e eixos norteadores. Gestão educacional decorrente da concepção do projeto político-pedagógico, dado que um dos eixos norteadores do PPC de uma escola é a legislação, inclusive prevista no Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de: I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; assim como o Art. 14. Lei dos respectivos Estados e Municípios e do Distrito Federal	

definirá as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: (Redação dada pela Lei nº 14.644, de 2023) Parágrafo 2º item I – democratização da gestão; (Incluído pela Lei nº 14.644, de 2023).

RESULTADO

IMPROCEDENTE: A resposta do gabarito provisório deve ser mantida, de acordo com o EDITAL N° 001/2024 DE 05 DE JANEIRO DE 2024, no item 12.1 “Serão admitidos recursos administrativos contra o presente edital, na eventualidade de ser identificado qualquer ilegalidade, omissão, contradição ou obscuridade”, dado que a questão não incorre em nenhuma dessas, muito menos em obscuridade.

CARGO	Pedagogo
ÁREA DA PROVA	Conhecimentos Específicos
Nº DA QUESTÃO:	27

RECURSO:

RECURSO: 737. Prezada Comissão Examinadora, Venho, por meio deste, interpor recurso contra a questão que versa sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aplicada sem explicitação no edital do concurso. Tal omissão contraria a legislação vigente, em especial a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), que estabelece a necessidade de clareza nos critérios de avaliação. Ausência de referência à BNCC no edital viola o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, além de prejudicar a isonomia entre os candidatos. Situações similares já resultaram na anulação de questões, como no concurso do TRT-15, onde uma questão foi cancelada por exigir conteúdo não previsto no edital. Dessa forma, solicito a anulação da questão em questão e a garantia de que os pontos sejam atribuídos a todos os candidatos, conforme decisões judiciais anteriores. Atenciosamente, Ayne Almeida Andrade.

PARECER DA BANCA:

A questão se refere às questões de currículo, conhecimento nuclear da prática profissional da Pedagogia, elaborada de acordo com o EDITAL N° 001/2024 DE 05 DE JANEIRO DE 2024; no item 2.5.14 PEDAGOGO: **4. Currículo e construção do conhecimento**, dado que atualmente a Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017 - Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica, regulamentando o artigo Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013).

RESULTADO

IMPROCEDENTE: A resposta do gabarito provisório deve ser mantida, de acordo com o EDITAL N° 001/2024 DE 05 DE JANEIRO DE 2024, no item 12.1 “Serão admitidos recursos administrativos contra o presente edital, na eventualidade de ser identificado qualquer ilegalidade, omissão, contradição ou obscuridade”, dado que a questão não incorre em nenhuma dessas, muito menos em obscuridade.

CARGO	Pedagogo
ÁREA DA PROVA	Conhecimentos Específicos
Nº DA QUESTÃO:	30

RECURSO:

RECURSO 743: Prezada Comissão Examinadora, Venho, por meio deste, interpor recurso contra a questão que versa sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aplicada sem explicitação no edital do concurso. Tal omissão contraria a legislação vigente, em especial a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), que estabelece a necessidade de clareza nos critérios de avaliação. Ausência de referência à BNCC no edital viola o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, além de prejudicar a isonomia entre os candidatos. Situações similares já resultaram na anulação de questões, como no concurso do TRT-15, onde uma questão foi cancelada por

exigir conteúdo não previsto no edital. Dessa forma, solicito a anulação da questão em questão e a garantia de que os pontos sejam atribuídos a todos os candidatos, conforme decisões judiciais anteriores. Atenciosamente, Ayne Almeida Andrade

PARECER DA BANCA:

A questão se refere às questões de currículo, conhecimento nuclear da prática profissional da Pedagogia, elaborada de acordo com o EDITAL N° 001/2024 DE 05 DE JANEIRO DE 2024; no item 2.5.14 PEDAGOGO: **4. Currículo e construção do conhecimento**, dado que atualmente a Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017 - Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica, regulamentando o artigo Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

RESULTADO

IMPROCEDENTE: A resposta do gabarito provisório deve ser mantida, de acordo com o EDITAL N° 001/2024 DE 05 DE JANEIRO DE 2024, no item 12.1 "Serão admitidos recursos administrativos contra o presente edital, na eventualidade de ser identificado qualquer ilegalidade, omissão, contradição ou obscuridade", dado que a questão não incorre em nenhuma dessas, muito menos em obscuridade.

CARGO	Pedagogo
ÁREA DA PROVA	Conhecimentos Específicos
Nº DA QUESTÃO:	34

RECURSO:

RECURSO: 752: Prezada Comissão Examinadora, Venho, por meio deste, interpor recurso contra a questão que versa sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aplicada sem explicitação no edital do concurso. Tal omissão contraria a legislação vigente, em especial a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), que estabelece a necessidade de clareza nos critérios de avaliação. A ausência de referência à BNCC no edital viola o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, além de prejudicar a isonomia entre os candidatos. Situações similares já resultaram na anulação de questões, como no concurso do TRT-15, onde uma questão foi cancelada por exigir conteúdo não previsto no edital. Dessa forma, solicito a anulação da questão em questão e a garantia de que os pontos sejam atribuídos a todos os candidatos, conforme decisões judiciais anteriores. Atenciosamente, Ayne Almeida Andrade

PARECER DA BANCA:

A questão se refere às questões de currículo, conhecimento nuclear da prática profissional da Pedagogia, elaborada de acordo com o EDITAL N° 001/2024 DE 05 DE JANEIRO DE 2024; no item 2.5.14 PEDAGOGO: **4. Currículo e construção do conhecimento**, dado que atualmente a Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017 - Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica, regulamentando o artigo Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

RESULTADO

IMPROCEDENTE: A resposta do gabarito provisório deve ser mantida, de acordo com o EDITAL N° 001/2024 DE 05 DE JANEIRO DE 2024, no item 12.1 "Serão admitidos recursos administrativos contra o presente edital, na eventualidade de ser identificado qualquer ilegalidade, omissão, contradição ou obscuridade", dado que a questão não incorre em nenhuma dessas, muito menos em obscuridade.

CARGO	Pedagogo
ÁREA DA PROVA	Conhecimentos Específicos

Nº DA QUESTÃO:	33
RECURSO:	
<p>RECURSO: 775: Prezada banca examinadora, venho solicitar a anulação da questão 33. Não foi objeto de cobrança no Conteúdo programático da prova a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que foi objeto de questões na prova. edital no seu item 2.5.14 não previa no seu conteúdo programático a lei 9394/96 acima, nem mencionava nenhum artigo que seria objeto de questões, o que prejudicou a isonomia da prova quanto a essa questão, entre candidatos a prova.</p>	
PARECER DA BANCA:	
<p>A questão se refere às questões de currículo, conhecimento nuclear da prática profissional da Pedagogia, elaborada de acordo com o EDITAL Nº 001/2024 DE 05 DE JANEIRO DE 2024; no item 2.5.14 PEDAGOGO: 4. Currículo e construção do conhecimento, dado que atualmente a Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017 - Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica, regulamentando o artigo Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)</p>	
RESULTADO	
<p>IMPROCEDENTE: A resposta do gabarito provisório deve ser mantida, de acordo com o EDITAL Nº 001/2024 DE 05 DE JANEIRO DE 2024, no item 12.1 “Serão admitidos recursos administrativos contra o presente edital, na eventualidade de ser identificado qualquer ilegalidade, omissão, contradição ou obscuridade”, dado que a questão não incorre em nenhuma dessas, muito menos em obscuridade.</p>	

CARGO	Pedagogo
ÁREA DA PROVA	Conhecimentos Específicos
Nº DA QUESTÃO:	29
RECURSO:	
<p>RECURSO: 803: Prezada Comissão Examinadora, Venho, por meio deste, interpor recurso contra a questão que versa sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aplicada sem explicitação no edital do concurso. Tal omissão contraria a legislação vigente, em especial a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei no 9.394/96), que estabelece a necessidade de clareza nos critérios de avaliação. A ausência de referência à BNCC no edital viola o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, além de prejudicar a isonomia entre os candidatos. Situações similares já resultaram na anulação de questões, como no concurso do TRT-15, onde uma questão foi cancelada por exigir conteúdo não previsto no edital. Dessa forma, solicito a anulação da questão em questão e a garantia de que os pontos sejam atribuídos a todos os candidatos, conforme decisões judiciais anteriores.</p>	
PARECER DA BANCA:	
<p>A questão se refere às questões de currículo, conhecimento nuclear da prática profissional da Pedagogia, elaborada de acordo com o EDITAL Nº 001/2024 DE 05 DE JANEIRO DE 2024; no item 2.5.14 PEDAGOGO: 4. Currículo e construção do conhecimento, dado que atualmente a Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017 - Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica, regulamentando o artigo Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)</p>	
RESULTADO	
<p>IMPROCEDENTE: A resposta do gabarito provisório deve ser mantida, de acordo com o EDITAL Nº 001/2024 DE 05 DE JANEIRO DE 2024, no item 12.1 “Serão admitidos recursos administrativos contra o presente edital, na eventualidade de ser identificado qualquer ilegalidade, omissão, contradição ou obscuridade”, dado que a questão não incorre em nenhuma dessas, muito menos em obscuridade.</p>	

CARGO	Pedagogo
ÁREA DA PROVA	Conhecimentos Específicos
Nº DA QUESTÃO:	34
RECURSO:	
<p>RECURSO: 810: Prezada Comissão Examinadora, Venho, por meio deste, interpor recurso contra a questão que versa sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aplicada sem explicitação no edital do concurso. Tal omissão contraria a legislação vigente, em especial a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei no 9.394/96), que estabelece a necessidade de clareza nos critérios de avaliação. A ausência de referência à BNCC no edital viola o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, além de prejudicar a isonomia entre os candidatos. Situações similares já resultaram na anulação de questões, como no concurso do TRT-15, onde uma questão foi cancelada por exigir conteúdo não previsto no edital. Dessa forma, solicito a anulação da questão em questão e a garantia de que os pontos sejam atribuídos a todos os candidatos, conforme decisões judiciais anteriores.</p>	
PARECER DA BANCA:	
<p>A questão se refere às questões de currículo, conhecimento nuclear da prática profissional da Pedagogia, elaborada de acordo com o EDITAL Nº 001/2024 DE 05 DE JANEIRO DE 2024; no item 2.5.14 PEDAGOGO: 4. Currículo e construção do conhecimento, dado que atualmente a Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017 - Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica, regulamentando o artigo Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)</p>	
RESULTADO	
<p>IMPROCEDENTE: A resposta do gabarito provisório deve ser mantida, de acordo com o EDITAL Nº 001/2024 DE 05 DE JANEIRO DE 2024, no item 12.1 "Serão admitidos recursos administrativos contra o presente edital, na eventualidade de ser identificado qualquer ilegalidade, omissão, contradição ou obscuridade", dado que a questão não incorre em nenhuma dessas, muito menos em obscuridade.</p>	

CARGO	Pedagogo
ÁREA DA PROVA	Conhecimentos Específicos
Nº DA QUESTÃO:	27
RECURSO:	
<p>RECURSO: 812. Prezada Comissão Examinadora, Venho, por meio deste, interpor recurso contra a questão que versa sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aplicada sem explicitação no edital do concurso. Tal omissão contraria a legislação vigente, em especial a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei no 9.394/96), que estabelece a necessidade de clareza nos critérios de avaliação. A ausência de referência à BNCC no edital viola o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, além de prejudicar a isonomia entre os candidatos. Situações similares já resultaram na anulação de questões, como no concurso do TRT-15, onde uma questão foi cancelada por exigir conteúdo não previsto no edital. Dessa forma, solicito a anulação da questão em questão e a garantia de que os pontos sejam atribuídos a todos os candidatos, conforme decisões judiciais anteriores.</p>	
PARECER DA BANCA:	
<p>A questão se refere às questões de currículo, conhecimento nuclear da prática profissional da Pedagogia, elaborada de acordo com o EDITAL Nº 001/2024 DE 05 DE JANEIRO DE 2024; no item 2.5.14 PEDAGOGO: 4. Currículo e construção do conhecimento, dado que atualmente a Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017 - Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica, regulamentando o artigo Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013).</p>	

RESULTADO

IMPROCEDENTE: A resposta do gabarito provisório deve ser mantida, de acordo com o EDITAL N° 001/2024 DE 05 DE JANEIRO DE 2024, no item 12.1 "Serão admitidos recursos administrativos contra o presente edital, na eventualidade de ser identificado qualquer ilegalidade, omissão, contradição ou obscuridade", dado que a questão não incorre em nenhuma dessas, muito menos em obscuridade.

CARGO	Pedagogo
ÁREA DA PROVA	Conhecimentos Específicos
Nº DA QUESTÃO:	27

RECURSO:

RECURSO: 829. Prezada Comissão Examinadora,

Venho, por meio deste, interpor recurso contra a questão que versa sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aplicada sem explicitação no edital do concurso. Tal omissão contraria a legislação vigente, em especial a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei no 9.394/96), que estabelece a necessidade de clareza nos critérios de avaliação. A ausência de referência à BNCC no edital viola o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, além de prejudicar a isonomia entre os candidatos. Situações similares já resultaram na anulação de questões, como no concurso do TRT-15, onde uma questão foi cancelada por exigir conteúdo não previsto no edital. Dessa forma, solicito a anulação da questão em questão e a garantia de que os pontos sejam atribuídos a todos os candidatos, conforme decisões judiciais anteriores.

Atenciosamente,

PARECER DA BANCA:

A questão se refere às questões de currículo, conhecimento nuclear da prática profissional da Pedagogia, elaborada de acordo com o EDITAL N° 001/2024 DE 05 DE JANEIRO DE 2024; no item 2.5.14 PEDAGOGO: **4. Currículo e construção do conhecimento**, dado que atualmente a Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017 - Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica, regulamentando o artigo Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013).

RESULTADO

IMPROCEDENTE: A resposta do gabarito provisório deve ser mantida, de acordo com o EDITAL N° 001/2024 DE 05 DE JANEIRO DE 2024, no item 12.1 "Serão admitidos recursos administrativos contra o presente edital, na eventualidade de ser identificado qualquer ilegalidade, omissão, contradição ou obscuridade", dado que a questão não incorre em nenhuma dessas, muito menos em obscuridade.

CARGO	Pedagogo
ÁREA DA PROVA	Conhecimentos Específicos
Nº DA QUESTÃO:	29

RECURSO:

RECURSO 841: Prezada Comissão Examinadora, Venho, por meio deste, interpor recurso contra a questão que versa sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aplicada sem explicitação no edital do concurso. Tal omissão contraria a legislação vigente, em especial a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei no 9.394/96), que estabelece a necessidade de clareza nos critérios de avaliação. A ausência de referência à BNCC no edital viola o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, além de prejudicar a isonomia entre os candidatos. Situações similares já resultaram na anulação de questões, como no concurso do TRT-15, onde uma questão foi cancelada por exigir conteúdo não previsto no edital. Dessa forma, solicito a anulação da questão em questão e a garantia de que os pontos sejam atribuídos a todos os candidatos, conforme decisões judiciais anteriores.

PARECER DA BANCA:

A questão se refere às questões de currículo, conhecimento nuclear da prática profissional da Pedagogia, elaborada de acordo com o EDITAL N° 001/2024 DE 05 DE JANEIRO DE 2024; no item 2.5.14 PEDAGOGO: **4. Currículo e construção do conhecimento**, dado que atualmente a Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017 - Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica, regulamentando o artigo Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

RESULTADO

IMPROCEDENTE: A resposta do gabarito provisório deve ser mantida, de acordo com o EDITAL N° 001/2024 DE 05 DE JANEIRO DE 2024, no item 12.1 "Serão admitidos recursos administrativos contra o presente edital, na eventualidade de ser identificado qualquer ilegalidade, omissão, contradição ou obscuridade", dado que a questão não incorre em nenhuma dessas, muito menos em obscuridade.

CARGO	Pedagogo
ÁREA DA PROVA	Conhecimentos Específicos
Nº DA QUESTÃO:	27

RECURSO:

RECURSO: 842. De acordo edital não foi cobrado bncc, segue abaixo conteúdo programático cobrado.

PARECER DA BANCA:

A questão se refere às questões de currículo, conhecimento nuclear da prática profissional da Pedagogia, elaborada de acordo com o EDITAL N° 001/2024 DE 05 DE JANEIRO DE 2024; no item 2.5.14 PEDAGOGO: **4. Currículo e construção do conhecimento**, dado que atualmente a Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017 - Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica, regulamentando o artigo Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013).

RESULTADO

IMPROCEDENTE: A resposta do gabarito provisório deve ser mantida, de acordo com o EDITAL N° 001/2024 DE 05 DE JANEIRO DE 2024, no item 12.1 "Serão admitidos recursos administrativos contra o presente edital, na eventualidade de ser identificado qualquer ilegalidade, omissão, contradição ou obscuridade", dado que a questão não incorre em nenhuma dessas, muito menos em obscuridade.

CARGO	Pedagogo
ÁREA DA PROVA	Conhecimentos Específicos
Nº DA QUESTÃO:	34

RECURSO:

RECURSO 845: Prezada Comissão Examinadora, Venho, por meio deste, interpor recurso contra a questão que versa sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aplicada sem explicitação no edital do concurso. Tal omissão contraria a legislação vigente, em especial a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), que estabelece a necessidade de clareza nos critérios de avaliação. A ausência de referência à BNCC no edital viola o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, além de prejudicar a isonomia entre os candidatos. Situações similares já resultaram na anulação de questões, como no concurso do TRT-15, onde uma questão foi cancelada por exigir conteúdo não previsto no edital. Dessa forma, solicito a anulação da questão em questão e a garantia de que os

pontos sejam atribuídos a todos os candidatos, conforme decisões judiciais anteriores.

PARECER DA BANCA:

A questão se refere às questões de currículo, conhecimento nuclear da prática profissional da Pedagogia, elaborada de acordo com o EDITAL N° 001/2024 DE 05 DE JANEIRO DE 2024; no item 2.5.14 PEDAGOGO: **4. Currículo e construção do conhecimento**, dado que atualmente a Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017 - Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica, regulamentando o artigo Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

RESULTADO

IMPROCEDENTE: A resposta do gabarito provisório deve ser mantida, de acordo com o EDITAL N° 001/2024 DE 05 DE JANEIRO DE 2024, no item 12.1 "Serão admitidos recursos administrativos contra o presente edital, na eventualidade de ser identificado qualquer ilegalidade, omissão, contradição ou obscuridade", dado que a questão não incorre em nenhuma dessas, muito menos em obscuridade.

CARGO	Pedagogo
ÁREA DA PROVA	Conhecimentos Específicos
Nº DA QUESTÃO:	39

RECURSO:

RECURSO 849: Segundo item II da questão 39 não foi especificado que tipo de currículo é, pois houve supressão (ato ou efeito de eliminar uma parte) do item II, tornando-o incapaz de interpreta-lo da maneira correta.

PARECER DA BANCA:

As questões estão com enunciados de acordo com os conteúdos do EDITAL N° 001/2024 DE 05 DE JANEIRO DE 2024; todas elas com cinco quesitos e todas com cinco possibilidades de respostas com apenas uma afirmativa correta.

RESULTADO

IMPROCEDENTE: A resposta do gabarito provisório deve ser mantida, de acordo com o EDITAL N° 001/2024 DE 05 DE JANEIRO DE 2024, no item 12.1 "Serão admitidos recursos administrativos contra o presente edital, na eventualidade de ser identificado qualquer ilegalidade, omissão, contradição ou obscuridade", dado que a questão não incorre em nenhuma dessas, muito menos em obscuridade.

CARGO	Pedagogo
ÁREA DA PROVA	Conhecimentos Específicos
Nº DA QUESTÃO:	29

RECURSO:

RECURSO: 857: DE ACORDO EDITAL NÃO FOI COBRADO NEM BNCC NEM LEI N 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996(LDB).

PARECER DA BANCA:

A questão se refere às questões de currículo, conhecimento nuclear da prática profissional da Pedagogia, elaborada de acordo com o EDITAL N° 001/2024 DE 05 DE JANEIRO DE 2024; no item 2.5.14 PEDAGOGO: **4. Currículo e construção do conhecimento**, dado que atualmente a Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017 - Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e

respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica, regulamentando o artigo Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

RESULTADO

IMPROCEDENTE: A resposta do gabarito provisório deve ser mantida, de acordo com o EDITAL Nº 001/2024 DE 05 DE JANEIRO DE 2024, no item 12.1 “Serão admitidos recursos administrativos contra o presente edital, na eventualidade de ser identificado qualquer ilegalidade, omissão, contradição ou obscuridade”, dado que a questão não incorre em nenhuma dessas, muito menos em obscuridade.

CARGO	Pedagogo
ÁREA DA PROVA	Conhecimentos Específicos
Nº DA QUESTÃO:	27

RECURSO:

RECURSO 870. Conforme edital, no que se refere ao específico, não foi cobrado BNCC, nem tampouco LDB

PARECER DA BANCA:

A questão se refere às questões de currículo, conhecimento nuclear da prática profissional da Pedagogia, elaborada de acordo com o EDITAL Nº 001/2024 DE 05 DE JANEIRO DE 2024; no item 2.5.14 PEDAGOGO: **4. Currículo e construção do conhecimento**, dado que atualmente a Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017 - Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica, regulamentando o artigo Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013).

RESULTADO

IMPROCEDENTE: A resposta do gabarito provisório deve ser mantida, de acordo com o EDITAL Nº 001/2024 DE 05 DE JANEIRO DE 2024, no item 12.1 “Serão admitidos recursos administrativos contra o presente edital, na eventualidade de ser identificado qualquer ilegalidade, omissão, contradição ou obscuridade”, dado que a questão não incorre em nenhuma dessas, muito menos em obscuridade.

CARGO	Pedagogo
ÁREA DA PROVA	Conhecimentos Específicos
Nº DA QUESTÃO:	27

RECURSO:

RECURSO 895: Ilustríssima banca examinadora, o gabarito preliminar da questão objeto deste recurso deve ser anulado.

Solicito a anulação da questão devido a cobrança de conhecimentos específicos no enunciado das respostas sobre a BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC), LEI DE DIRETRIZES E BASE DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LDB) E A RESOLUÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE), sendo que tais documentos não foram explícitos no conteúdo programático para o cargo de pedagogo conforme o edital, o que não pode acontecer segundo o documentos que normatizam a realização de concursos públicos no Art 13. XI – conteúdo programático de cada disciplina, de forma clara, precisa e específica.

Sendo assim essa situação fere o princípio de igualdade por não fornecer as mesmas oportunidades a todos os candidatos.

PARECER DA BANCA:

A questão se refere às questões de currículo, conhecimento nuclear da prática profissional da Pedagogia, elaborada de acordo com o EDITAL N° 001/2024 DE 05 DE JANEIRO DE 2024; no item 2.5.14 PEDAGOGO: **4. Currículo e construção do conhecimento**, dado que atualmente a Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017 - Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica, regulamentando o artigo Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013).

RESULTADO

IMPROCEDENTE: A resposta do gabarito provisório deve ser mantida, de acordo com o EDITAL N° 001/2024 DE 05 DE JANEIRO DE 2024, no item 12.1 "Serão admitidos recursos administrativos contra o presente edital, na eventualidade de ser identificado qualquer ilegalidade, omissão, contradição ou obscuridade", dado que a questão não incorre em nenhuma dessas, muito menos em obscuridade.

CARGO	Pedagogo
ÁREA DA PROVA	Conhecimentos Específicos
Nº DA QUESTÃO:	27

RECURSO:

RECURSO 900: Cara Comissão Examinadora,
A questão 27 traz em seu escopo assunto relativo à Base Nacional Comum Curricular (BNCC). No entanto, esta matéria não está prevista no edital do concurso em tela.
É necessário que o edital consigne de forma específica as matérias que serão cobradas na prova.
Conforme Rocha (2006, p. 127), "tal lista tem, (...), dupla função: orientar os candidatos e limitar a atuação da banca examinadora na elaboração da prova".
Ainda, segundo Barretta (2022), "quando a Administração aplica prova de concurso público com questão que cobra conhecimento de conteúdo não previsto no edital, a questão deve ser anulada e a pontuação atribuída nos termos previstos no edital".
Outro ponto a ser considerado é que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei no 9.394/96) estabelece que os critérios de avaliação devem claros.
Por último, a ausência de referência à BNCC no edital viola o princípio da vinculação

PARECER DA BANCA:

A questão se refere às questões de currículo, conhecimento nuclear da prática profissional da Pedagogia, elaborada de acordo com o EDITAL N° 001/2024 DE 05 DE JANEIRO DE 2024; no item 2.5.14 PEDAGOGO: **4. Currículo e construção do conhecimento**, dado que atualmente a Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017 - Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica, regulamentando o artigo Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013).

RESULTADO

IMPROCEDENTE: A resposta do gabarito provisório deve ser mantida, de acordo com o EDITAL N° 001/2024 DE 05 DE JANEIRO DE 2024, no item 12.1 "Serão admitidos recursos administrativos contra o presente edital, na eventualidade de ser identificado qualquer ilegalidade, omissão, contradição ou obscuridade", dado que a questão não incorre em nenhuma dessas, muito menos em obscuridade.

CARGO	Pedagogo
--------------	----------

ÁREA DA PROVA	Conhecimentos Específicos
Nº DA QUESTÃO:	29
RECURSO:	
<p>RECURSO: 903: Cara Comissão Examinadora, A questão 29 traz em seu escopo assunto relativo à Base Nacional Comum Curricular (BNCC). No entanto, esta matéria não está prevista no edital do concurso em tela. É necessário que o edital consigne de forma específica as matérias que serão cobradas na prova. Conforme Rocha (2006, p. 127), "tal lista tem, (...), dupla função: orientar os candidatos e limitar a atuação da banca examinadora na elaboração da prova". Ainda, segundo Barretta (2022), "quando a Administração aplica prova de concurso público com questão que cobra conhecimento de conteúdo não previsto no edital, a questão deve ser anulada e a pontuação atribuída nos termos previstos no edital". Outro ponto a ser considerado é que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) estabelece que os critérios de avaliação devem claros. Por último, a ausência de referência à BNCC no edital viola o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, além de prejudicar a isonomia entre os candidatos. Forte no exposto, requeiro que a questão seja anula e que pontuação referente seja garantida.</p>	
PARECER DA BANCA:	
<p>A questão se refere às questões de currículo, conhecimento nuclear da prática profissional da Pedagogia, elaborada de acordo com o EDITAL Nº 001/2024 DE 05 DE JANEIRO DE 2024; no item 2.5.14 PEDAGOGO: 4. Currículo e construção do conhecimento, dado que atualmente a Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017 - Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica, regulamentando o artigo Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)</p>	
RESULTADO	
<p>IMPROCEDENTE: A resposta do gabarito provisório deve ser mantida, de acordo com o EDITAL Nº 001/2024 DE 05 DE JANEIRO DE 2024, no item 12.1 "Serão admitidos recursos administrativos contra o presente edital, na eventualidade de ser identificado qualquer ilegalidade, omissão, contradição ou obscuridade", dado que a questão não incorre em nenhuma dessas, muito menos em obscuridade.</p>	

CARGO	Pedagogo
ÁREA DA PROVA	Conhecimentos Específicos
Nº DA QUESTÃO:	34
RECURSO:	
<p>RECURSO: 907: Cara Comissão Examinadora, A questão 34 traz em seu escopo assunto relativo à Base Nacional Comum Curricular (BNCC). No entanto, esta matéria não está prevista no edital do concurso em tela. É necessário que o edital consigne de forma específica as matérias que serão cobradas na prova. Conforme Rocha (2006, p. 127), "tal lista tem, (...), dupla função: orientar os candidatos e limitar a atuação da banca examinadora na elaboração da prova". Ainda, segundo Barretta (2022), "quando a Administração aplica prova de concurso público com questão que cobra conhecimento de conteúdo não previsto no edital, a questão deve ser anulada e a pontuação atribuída nos termos previstos no edital". Outro ponto a ser considerado é que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) estabelece que os critérios de avaliação devem claros. Por último, a ausência de referência à BNCC no edital viola o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, além de prejudicar a isonomia entre os candidatos. Forte no exposto, requeiro que a questão seja anula e que pontuação referente seja garantida.</p>	
PARECER DA BANCA:	
<p>A questão se refere às questões de currículo, conhecimento nuclear da prática profissional da Pedagogia, elaborada de acordo com o EDITAL Nº 001/2024 DE 05 DE JANEIRO DE 2024; no item 2.5.14 PEDAGOGO: 4. Currículo e construção do conhecimento, dado que atualmente a Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017 - Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica, regulamentando o artigo Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)</p>	

RESULTADO

IMPROCEDENTE: A resposta do gabarito provisório deve ser mantida, de acordo com o EDITAL N° 001/2024 DE 05 DE JANEIRO DE 2024, no item 12.1 "Serão admitidos recursos administrativos contra o presente edital, na eventualidade de ser identificado qualquer ilegalidade, omissão, contradição ou obscuridade", dado que a questão não incorre em nenhuma dessas, muito menos em obscuridade.

CARGO	Pedagogo
ÁREA DA PROVA	Conhecimentos Específicos
Nº DA QUESTÃO:	28

RECURSO:

RECURSO 910: Ilustríssima banca examinadora, o gabarito preliminar da questão objeto deste recurso deve ser anulado. Solicito a anulação da questão devido a cobrança de conhecimento específico no enunciado da questão sobre a, LEI DE DIRETRIZES E BASE DA EDUCAÇÃO NACIONAL, sendo que esse documento não foi explícito no conteúdo programático para o cargo de pedagogo conforme o edital, e segundo os documentos que normatizam a realização de concursos públicos, no Art 13 XI – conteúdo programático de cada disciplina, de forma clara, precisa e específica. Sendo assim essa situação fere o princípio de igualdade por não fornecer as mesmas oportunidades a todos os candidatos.

PARECER DA BANCA:

A questão se refere às questões de currículo, conhecimento nuclear da prática profissional da Pedagogia, elaborada de acordo com o EDITAL N° 001/2024 DE 05 DE JANEIRO DE 2024; no item 2.5.14 PEDAGOGO: 3.4. Projeto político-pedagógico da escola: concepção, princípios e eixos norteadores. Gestão educacional decorrente da concepção do projeto político-pedagógico, dado que um dos eixos norteadores do PPC de uma escola é a legislação, inclusive prevista no Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de: I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; assim como o Art. 14. Lei dos respectivos Estados e Municípios e do Distrito Federal definirá as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: (Redação dada pela Lei nº 14.644, de 2023) Parágrafo 2º item I – democratização da gestão;(Incluído pela Lei nº 14.644, de 2023).

RESULTADO

IMPROCEDENTE: A resposta do gabarito provisório deve ser mantida, de acordo com o EDITAL N° 001/2024 DE 05 DE JANEIRO DE 2024, no item 12.1 "Serão admitidos recursos administrativos contra o presente edital, na eventualidade de ser identificado qualquer ilegalidade, omissão, contradição ou obscuridade", dado que a questão não incorre em nenhuma dessas, muito menos em obscuridade.

CARGO	Pedagogo
ÁREA DA PROVA	Conhecimentos Específicos
Nº DA QUESTÃO:	34

RECURSO:

RECURSO: 913: Ilustríssima banca examinadora, o gabarito preliminar da questão objeto deste recurso deve ser anulado. Solicito a anulação da questão devido a cobrança de conhecimento específico no enunciado da questão e respostas sobre a BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR, sendo que esse documento não foi explícito no conteúdo programático para o cargo de pedagogo conforme o edital, e segundo os documentos que normatizam a realização de concursos públicos, art.13-XI – conteúdo programático de cada disciplina, de forma clara, precisa e específica. Sendo assim essa situação fere o direito de oportunidades iguais a todos os candidatos.

PARECER DA BANCA:

A questão se refere às questões de currículo, conhecimento nuclear da prática profissional da Pedagogia, elaborada de acordo com o EDITAL N° 001/2024 DE 05 DE JANEIRO DE 2024; no item 2.5.14 PEDAGOGO: 4. Currículo e

construção do conhecimento, dado que atualmente a Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017 - Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica, regulamentando o artigo Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

RESULTADO

IMPROCEDENTE: A resposta do gabarito provisório deve ser mantida, de acordo com o EDITAL Nº 001/2024 DE 05 DE JANEIRO DE 2024, no item 12.1 "Serão admitidos recursos administrativos contra o presente edital, na eventualidade de ser identificado qualquer ilegalidade, omissão, contradição ou obscuridade", dado que a questão não incorre em nenhuma dessas, muito menos em obscuridade.

CARGO	Pedagogo
ÁREA DA PROVA	Conhecimentos Específicos
Nº DA QUESTÃO:	38
RECURSO:	
RECURSO 939: A questão apresentou 5(v) opções, nas alternativas para escolher a letra da resposta correta, não tinha nenhuma alternativa que desse opção para escolher a opção das respostas 5 (v).	
PARECER DA BANCA:	
As questões estão com enunciados de acordo com os conteúdos do EDITAL Nº 001/2024 DE 05 DE JANEIRO DE 2024; todas elas com cinco quesitos e todas com cinco possibilidades de respostas com apenas uma afirmativa correta.	
RESULTADO	
IMPROCEDENTE: A resposta do gabarito provisório deve ser mantida, de acordo com o EDITAL Nº 001/2024 DE 05 DE JANEIRO DE 2024, no item 12.1 "Serão admitidos recursos administrativos contra o presente edital, na eventualidade de ser identificado qualquer ilegalidade, omissão, contradição ou obscuridade", dado que a questão não incorre em nenhuma dessas, muito menos em obscuridade.	

CARGO	Pedagogo
ÁREA DA PROVA	Conhecimentos Específicos
Nº DA QUESTÃO:	28
RECURSO:	
RECURSO: 989: Na questão 28, todos os itens são verdadeiros, ao contrário do gabarito que diz que a letra B está correta, colocando a segunda frase "estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo." como incorreta, porém, a mesma está correta firmada no artigo 43 da LDB.	
PARECER DA BANCA:	
A questão se refere às questões de currículo, conhecimento nuclear da prática profissional da Pedagogia, elaborada de acordo com o EDITAL Nº 001/2024 DE 05 DE JANEIRO DE 2024; no item 2.5.14 PEDAGOGO: 3.4. Projeto político-pedagógico da escola: concepção, princípios e eixos norteadores. Gestão educacional decorrente da concepção do projeto político-pedagógico, dado que um dos eixos norteadores do PPC de uma escola é a legislação, inclusive prevista no Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de: I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; assim como o Art. 14. Lei dos respectivos Estados e Municípios e do Distrito Federal definirá as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: (Redação dada pela Lei nº 14.644, de 2023) Parágrafo 2º item I – democratização da gestão;(Incluído pela Lei nº 14.644, de 2023).	

RESULTADO

IMPROCEDENTE: A resposta do gabarito provisório deve ser mantida, de acordo com o EDITAL N° 001/2024 DE 05 DE JANEIRO DE 2024, no item 12.1 "Serão admitidos recursos administrativos contra o presente edital, na eventualidade de ser identificado qualquer ilegalidade, omissão, contradição ou obscuridade", dado que a questão não incorre em nenhuma dessas, muito menos em obscuridade.

CARGO	Pedagogo
ÁREA DA PROVA	Conhecimentos Específicos
Nº DA QUESTÃO:	27

RECURSO:

RECURSO 1014: Prezada Comissão Examinadora,

Venho, por meio deste, interpor recurso contra a questão que versa sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aplicada sem explicitação no edital do concurso. Tal omissão contraria a legislação vigente, em especial a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei no 9.394/96), que estabelece a necessidade de clareza nos critérios de avaliação.

A ausência de referência à BNCC no edital viola o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, além de prejudicar a isonomia entre os candidatos.

Situações similares já resultaram na anulação de questões, como no concurso do TRT-15, onde uma questão foi cancelada por exigir conteúdo não previsto no edital.

Dessa forma, solicito a anulação da questão em questão e a garantia de que os pontos sejam atribuídos a todos os candidatos, conforme decisões judiciais anteriores.

PARECER DA BANCA:

A questão se refere às questões de currículo, conhecimento nuclear da prática profissional da Pedagogia, elaborada de acordo com o EDITAL N° 001/2024 DE 05 DE JANEIRO DE 2024; no item 2.5.14 PEDAGOGO: **4. Currículo e construção do conhecimento**, dado que atualmente a Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017 - Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica, regulamentando o artigo Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013).

RESULTADO

IMPROCEDENTE: A resposta do gabarito provisório deve ser mantida, de acordo com o EDITAL N° 001/2024 DE 05 DE JANEIRO DE 2024, no item 12.1 "Serão admitidos recursos administrativos contra o presente edital, na eventualidade de ser identificado qualquer ilegalidade, omissão, contradição ou obscuridade", dado que a questão não incorre em nenhuma dessas, muito menos em obscuridade.

CARGO	Pedagogo
ÁREA DA PROVA	Conhecimentos Específicos
Nº DA QUESTÃO:	29

RECURSO:

RECURSO: 1019: Prezada Comissão Examinadora, Venho, por meio deste, interpor recurso contra a questão que versa sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aplicada sem explicitação no edital do concurso. Tal omissão contraria a legislação vigente, em especial a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), que estabelece a necessidade de clareza nos critérios de avaliação. A ausência de referência à BNCC no edital viola o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, além de prejudicar a isonomia entre os candidatos. Situações similares já resultaram na anulação de questões, como no concurso do TRT-15, onde uma questão foi cancelada por exigir conteúdo não previsto no edital. Dessa forma, solicito a anulação da questão em questão e a garantia de que os

pontos sejam atribuídos a todos os candidatos, conforme decisões judiciais anteriores.

PARECER DA BANCA:

A questão se refere às questões de currículo, conhecimento nuclear da prática profissional da Pedagogia, elaborada de acordo com o EDITAL N° 001/2024 DE 05 DE JANEIRO DE 2024; no item 2.5.14 PEDAGOGO: **4. Currículo e construção do conhecimento**, dado que atualmente a Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017 - Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica, regulamentando o artigo Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

RESULTADO

IMPROCEDENTE: A resposta do gabarito provisório deve ser mantida, de acordo com o EDITAL N° 001/2024 DE 05 DE JANEIRO DE 2024, no item 12.1 "Serão admitidos recursos administrativos contra o presente edital, na eventualidade de ser identificado qualquer ilegalidade, omissão, contradição ou obscuridade", dado que a questão não incorre em nenhuma dessas, muito menos em obscuridade.

CARGO	Pedagogo
ÁREA DA PROVA	Conhecimentos Específicos
Nº DA QUESTÃO:	34

RECURSO:

RECURSO: 1062: Banca examinadora, a questão 34 na prova objetiva do cargo de Pedagogia não constava no conteúdo programático da prova. Ocorre que o tema da questão, Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), não foram elencados entre os itens passíveis de cobrança no referido concurso, de acordo com o Edital de Abertura de Incrições N° 01/2024 no seu item 2.5.14.

PARECER DA BANCA:

A questão se refere às questões de currículo, conhecimento nuclear da prática profissional da Pedagogia, elaborada de acordo com o EDITAL N° 001/2024 DE 05 DE JANEIRO DE 2024; no item 2.5.14 PEDAGOGO: **4. Currículo e construção do conhecimento**, dado que atualmente a Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017 - Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica, regulamentando o artigo Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

RESULTADO

IMPROCEDENTE: A resposta do gabarito provisório deve ser mantida, de acordo com o EDITAL N° 001/2024 DE 05 DE JANEIRO DE 2024, no item 12.1 "Serão admitidos recursos administrativos contra o presente edital, na eventualidade de ser identificado qualquer ilegalidade, omissão, contradição ou obscuridade", dado que a questão não incorre em nenhuma dessas, muito menos em obscuridade.

CARGO	Pedagogo
ÁREA DA PROVA	Conhecimentos Específicos
Nº DA QUESTÃO:	37

RECURSO:

RECURSO: 1107: A questão afirma que "é outra ótica do trabalho nos estabelecimentos de ensino que lembra a necessidade e a importância de as decisões sobre o processo de ensino serem efetivadas na própria instituição." Esta afirmação está em consonância com os princípios fundamentais da gestão democrática da educação, os quais incluem a descentralização das decisões educacionais e a participação ativa da comunidade escolar na gestão das escolas. A

gestão democrática da educação, desde a promulgação da Constituição Federal de 1988 e posteriormente reforçada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), sempre destacou a importância de envolver todos os membros da comunidade escolar nas decisões relacionadas ao processo educativo. A afirmação mencionada na questão, portanto, não apresenta uma novidade introduzida pela gestão democrática, mas sim reforça e amplia os princípios já estabelecidos em documentos anteriores.

PARECER DA BANCA:

A questão se refere às questões de gestão, Gestão educacional decorrente da concepção do projeto político-pedagógico, dado que um dos eixos norteadores do PPC de uma escola é a legislação, inclusive prevista no Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de: I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; assim como o Art. 14. Lei dos respectivos Estados e Municípios e do Distrito Federal definirá as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: (Redação dada pela Lei nº 14.644, de 2023) Parágrafo 2º item I – democratização da gestão;(Incluído pela Lei nº 14.644, de 2023).

RESULTADO

IMPROCEDENTE: A resposta do gabarito provisório deve ser mantida, de acordo com o EDITAL Nº 001/2024 DE 05 DE JANEIRO DE 2024, no item 12.1 “Serão admitidos recursos administrativos contra o presente edital, na eventualidade de ser identificado qualquer ilegalidade, omissão, contradição ou obscuridade”, dado que a questão não incorre em nenhuma dessas, muito menos em obscuridade.

CARGO	Pedagogo
ÁREA DA PROVA	Conhecimentos Específicos
Nº DA QUESTÃO:	26

RECURSO:

RECURSO: 1110. Gostaria de apresentar um recurso contestando a correção da questão referente ao objetivo pedagógico do planejamento escolar, presente na Prova de Conhecimentos da Prefeitura Municipal de Palmas – Quadro Geral – Nível

Superior, realizada em 2024. A afirmação em questão diz que "Planejar para melhor gestar é o objetivo pedagógico do planejamento escolar". Entretanto, gostaria de destacar que a expressão "gestar", interpretada como "promover" não esta alinhada com os objetivos tradicionais do planejamento escolar. O planejamento escolar se concentra na elaboração de estratégias, metodologias e recursos pedagógicos para promover a aprendizagem dos alunos, bem como para o desenvolvimento integral dos mesmos. O planejamento escolar não é associado ao objetivo de "gestar" algo, como sugere a afirmação. Sugiro, portanto, que a questão seja revisada para garantir uma melhor clareza e alinhamento com os conceitos estabelecidos de planejamento escolar. Alternativamente, uma reformulação da afirmação poderia ser considerada para refletir com mais precisão os objetivos pedagógicos do planejamento escolar.

PARECER DA BANCA:

A questão não se referia a concepções de planejamento, mas suas características e tipos, enquanto processo de gestão, referindo-se ao planejamento da educação, ao planejamento do sistema educacional, o planejamento escolar O planejamento na área da educação como ato intencional, político e técnico para direcionar as atividades do campo educacional, buscando racionalizar os fins e os meios para conseguir os objetivos propostos. É intencional, na medida em que não pode ser efetivado aleatoriamente. Implica conhecimentos da realidade e pressupõe escolhas e estabelecimento de meios para se atingir um determinado fim. É político, visto que está comprometido com as finalidades sociais e políticas da sociedade.

RESULTADO

IMPROCEDENTE: A resposta do gabarito provisório deve ser mantida, de acordo com o EDITAL Nº 001/2024 DE 05 DE JANEIRO DE 2024, no item 12.1 “Serão admitidos recursos administrativos contra o presente edital, na eventualidade de ser identificado qualquer ilegalidade, omissão, contradição ou obscuridade”, dado que a questão não incorre em nenhuma dessas, muito menos em obscuridade.

CARGO	Pedagogo
ÁREA DA PROVA	Conhecimentos Específicos

Nº DA QUESTÃO:	28
RECURSO:	
RECURSO: 1207: A sequência correta é: (A) V, V, V, V, V.	
PARECER DA BANCA:	
A questão se refere às questões de currículo, conhecimento nuclear da prática profissional da Pedagogia, elaborada de acordo com o EDITAL Nº 001/2024 DE 05 DE JANEIRO DE 2024; no item 2.5.14 PEDAGOGO: 3.4. Projeto político-pedagógico da escola: concepção, princípios e eixos norteadores. Gestão educacional decorrente da concepção do projeto político-pedagógico, dado que um dos eixos norteadores do PPC de uma escola é a legislação, inclusive prevista no Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de: I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; assim como o Art. 14. Lei dos respectivos Estados e Municípios e do Distrito Federal definirá as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: (Redação dada pela Lei nº 14.644, de 2023) Parágrafo 2º item I – democratização da gestão;(Incluído pela Lei nº 14.644, de 2023).	
RESULTADO	
IMPROCEDENTE: A resposta do gabarito provisório deve ser mantida, de acordo com o EDITAL Nº 001/2024 DE 05 DE JANEIRO DE 2024, no item 12.1 “Serão admitidos recursos administrativos contra o presente edital, na eventualidade de ser identificado qualquer ilegalidade, omissão, contradição ou obscuridade”, dado que a questão não incorre em nenhuma dessas, muito menos em obscuridade.	

CARGO	Pedagogo
ÁREA DA PROVA	Conhecimentos Específicos
Nº DA QUESTÃO:	33
RECURSO:	
RECURSO 749: Prezada Comissão Examinadora, Venho, por meio deste, interpor recurso contra a questão que versa sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aplicada sem explicitação no edital do concurso. Tal omissão contraria a legislação vigente, em especial a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), que estabelece a necessidade de clareza nos critérios de avaliação. Ausência de referência à BNCC no edital viola o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, além de prejudicar a isonomia entre os candidatos. Situações similares já resultaram na anulação de questões, como no concurso do TRT-15, onde uma questão foi cancelada por exigir conteúdo não previsto no edital. Dessa forma, solicito a anulação da questão em questão e a garantia de que os pontos sejam atribuídos a todos os candidatos, conforme decisões judiciais anteriores. Atenciosamente, Ayne Almeida Andrade.	
PARECER DA BANCA:	
A questão se refere às questões de currículo, conhecimento nuclear da prática profissional da Pedagogia, elaborada de acordo com o EDITAL Nº 001/2024 DE 05 DE JANEIRO DE 2024; no item 2.5.14 PEDAGOGO: 4. Currículo e construção do conhecimento , dado que atualmente a Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017 - Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica, regulamentando o artigo Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)	
RESULTADO	
IMPROCEDENTE: A resposta do gabarito provisório deve ser mantida, de acordo com o EDITAL Nº 001/2024 DE 05 DE JANEIRO DE 2024, no item 12.1 “Serão admitidos recursos administrativos contra o presente edital, na eventualidade de ser identificado qualquer ilegalidade, omissão, contradição ou obscuridade”, dado que a questão não incorre em nenhuma dessas, muito menos em obscuridade.	

CARGO	Pedagogo
ÁREA DA PROVA	Conhecimentos Específicos
Nº DA QUESTÃO:	30
RECURSO:	
<p>RECURSO: 805: Prezada Comissão Examinadora, Venho, por meio deste, interpor recurso contra a questão que versa sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aplicada sem explicitação no edital do concurso. Tal omissão contraria a legislação vigente, em especial a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei no 9.394/96), que estabelece a necessidade de clareza nos critérios de avaliação. A ausência de referência à BNCC no edital viola o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, além de prejudicar a isonomia entre os candidatos. Situações similares já resultaram na anulação de questões, como no concurso do TRT-15, onde uma questão foi cancelada por exigir conteúdo não previsto no edital. Dessa forma, solicito a anulação da questão em questão e a garantia de que os pontos sejam atribuídos a todos os candidatos, conforme decisões judiciais anteriores.</p>	
PARECER DA BANCA:	
<p>A questão se refere às questões de currículo, conhecimento nuclear da prática profissional da Pedagogia, elaborada de acordo com o EDITAL Nº 001/2024 DE 05 DE JANEIRO DE 2024; no item 2.5.14 PEDAGOGO: 4. Currículo e construção do conhecimento, dado que atualmente a Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017 - Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica, regulamentando o artigo Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)</p>	
RESULTADO	
<p>IMPROCEDENTE: A resposta do gabarito provisório deve ser mantida, de acordo com o EDITAL Nº 001/2024 DE 05 DE JANEIRO DE 2024, no item 12.1 "Serão admitidos recursos administrativos contra o presente edital, na eventualidade de ser identificado qualquer ilegalidade, omissão, contradição ou obscuridade", dado que a questão não incorre em nenhuma dessas, muito menos em obscuridade.</p>	

CARGO	Pedagogo
ÁREA DA PROVA	Conhecimentos Específicos
Nº DA QUESTÃO:	38
RECURSO:	
<p>RECURSO: 1213: Portanto, todas as afirmativas estão corretas: I. Mantém uma sintonia com a retórica conservadora que não visa à universalização de direitos, nem ao fortalecimento dos espaços públicos. - Correta. Esta afirmação descreve uma crítica à abordagem da qualidade educacional socialmente referenciada. II. A qualidade é interpretada como sendo equivalente a uma pontuação em uma prova standardizada. - Correta. Muitas vezes, a qualidade é reduzida a resultados em testes padronizados, o que é uma visão limitada. III. A qualidade da educação não se ajusta aos limites, tabelas, estatísticas e fórmulas numéricas que possam medir um resultado de processos tão complexos e subjetivos. - Correta. Esta afirmação destaca a natureza complexa e subjetiva da qualidade educacional. IV. A qualidade está baseada no discurso da eficiência, da mensuração, dos resultados, priorizando o aspecto técnico, gerencial, desprovido do aspecto político. - Correta. Descreve uma crítica à ênfase excessiva em aspectos técnicos e gerenciais na definição de qualidade educacional. V. As políticas públicas educacionais estão pautadas em um viés econômico mercadológico. - Correta. Esta afirmação sugere que as políticas educacionais podem ser influenciadas por considerações econômicas e de mercado. Não há alternativa, no qual possa marcar todas.</p>	
PARECER DA BANCA:	
<p>As questões estão com enunciados de acordo com os conteúdos do EDITAL Nº 001/2024 DE 05 DE JANEIRO DE 2024; todas elas com cinco quesitos e todas com cinco possibilidades de respostas com apenas uma afirmativa correta.</p>	
RESULTADO	
<p>IMPROCEDENTE: A resposta do gabarito provisório deve ser mantida, de acordo com o EDITAL Nº 001/2024 DE 05</p>	

DE JANEIRO DE 2024, no item 12.1 “Serão admitidos recursos administrativos contra o presente edital, na eventualidade de ser identificado qualquer ilegalidade, omissão, contradição ou obscuridade”, dado que a questão não incorre em nenhuma dessas, muito menos em obscuridade.

NÍVEL SUPERIOR – PSICÓLOGO

CARGO	Psicólogo
ÁREA DA PROVA	Conhecimentos Específicos
Nº DA QUESTÃO:	37

RECURSO:

RECURSO 629

NÃO TEM COMO JULGAR QUE TODAS AS AFIRMATIVAS ESTÃO CORRETAS (ALTERNATIVA "E") COMO ESTA NO GABARITO PROVISÓRIO. NA PROVA NÃO FOI DISPONIBILIZADO REFERENCIAL TEÓRICO SUFICIENTE PARA QUE O CANDIDATO CHEGUE A ESSA CONCLUSÃO.

EMBASAMENTO

NÃO TEM REFERENCIAL TEÓRICO PARA CONFIRMAR QUE ESSA AFIRMATIVA (I. Na cultura ocidental está institucionalizado que o trabalho é fonte de sofrimento físico e mental). É DE FATO VERDADEIRA.

RECURSO 718

Prezada Banca Examinadora,

Venho por meio deste recurso contestar a questão 37, alegando que a mesma apresenta inconsistências e pode ser anulada com base em argumentos descritos abaixo:

A afirmativa I da questão, afirma que na cultura ocidental está institucionalizado que o trabalho é fonte de sofrimento físico e mental. No entanto, essa afirmação é uma generalização que não reflete a complexidade das percepções sobre o trabalho na sociedade. De acordo com a psicologia organizacional, há uma diversidade de atitudes e percepções em relação ao trabalho, variando de acordo com o contexto cultural, social e individual. A reclamação não é sobre o trabalho em si, mas quanto as condições deste. Neste sentido, os sofrimentos físicos e mentais estão ligados as estruturas e relações de trabalho, como insalubridade, baixa remuneração, assédio, má gestão, entre outros. Dizer que na cultura ocidental está institucionalizado que o trabalho é promotor se sofrimento é desconsiderar as causas de sofrimento no trabalho em suas diversas dimensões. Além disso, o Código de Ética Profissional do Psicólogo preconiza que é dever do psicólogo respeitar a diversidade cultural e individual, evitando generalizações que possam prejudicar a compreensão do fenômeno.

EMBASAMENTO

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Eva. O novo espírito do capitalismo. Paris: Gallimard, 1999.

DO PSICÓLOGO, Código de Ética Profissional. Conselho Federal de Psicologia. Brasília, agosto de, 2005.

TONETTO, Aline Maria et al. Psicologia organizacional e do trabalho no Brasil: desenvolvimento científico contemporâneo. Psicologia & Sociedade, v. 20, p. 165-173, 2008.

PARECER DA BANCA:

Análise do recurso 629

Argumenta o(a) impetrante que: “na prova não foi disponibilizado referencial teórico suficiente para que o candidato chegue a essa conclusão.” Verifica-se inconsistência no mérito do recurso, haja vista que não há no Edital nenhuma menção de que as questões devem ser elaboradas necessariamente constando a bibliografia utilizada. Cabe ao candidato(a) demonstrar conhecimento do corpo teórico da área de conhecimento ao julgar os itens.

Análise do recurso 718

Para facilitar, será analisado em partes.

Primeiro argumento:

Escreve o(a) impetrante - “...essa afirmação (na cultura ocidental está institucionalizado que o trabalho é fonte de sofrimento físico e mental) é uma generalização que não reflete a complexidade das percepções sobre o trabalho na sociedade.” **De acordo com a psicologia organizacional**, há uma diversidade de atitudes e percepções em relação ao trabalho, variando de acordo com o contexto cultural, social e individual...” (Grifo nosso)

Verifica-se que o argumento se baseia na utilização da citação “de acordo com a Psicologia Organizacional”, sem, contudo, fazer referência a qual autor ou autora dessa área se fundamenta o argumento. Ainda que apresente ao final

do recurso referenciais bibliográficos, não estabelece a respectiva citação no texto do recurso, prejudicando seu mérito. Por outro lado, de forma literal, da Silva et al., (2020) afirmam que “Na cultura ocidental, está institucionalizado que o trabalho é fonte de sofrimento físico e mental, como descreve Dejours (2004) ao discutir as patologias dele decorrentes, dentre as quais está o sofrimento depressivo analisado por Seligmann-Silva (1994).”.(p.185)

Segundo e terceiro argumentos:

Argumenta o candidato(a) contra o gabarito – “O Código de Ética Profissional do Psicólogo preconiza que é dever do psicólogo respeitar a diversidade cultural e individual, **evitando generalizações que possam prejudicar a compreensão do fenômeno**”; e ainda “Dizer que na cultura ocidental está institucionalizado que o trabalho é promotor se sofrimento é **desconsiderar as causas de sofrimento no trabalho em suas diversas dimensões**”. (Grifo nosso) Passemos à análise. O(a) impetrante aborda a alternativa I da questão de forma isolada, de forma a viabilizar o recurso. Contextualizando, temos as seguintes premissas lógicas:

1º- O gabarito da questão consiste em que **todas as afirmativas estão corretas.**

2º- As afirmativas que o gabarito julga como corretas, são: **I.** Na cultura ocidental está institucionalizado que o trabalho é fonte de sofrimento físico e mental.; **II.** As pessoas desejam trabalhar e se sentem angustiadas quando se encontram desempregadas.; **III.** Há uma relação paradoxal entre felicidade e trabalho.; **IV.** A felicidade no trabalho é compreendida sendo o bem-estar subjetivo, evidenciado pelo equilíbrio entre o trabalho e a vida pessoal.

Logo, se todas as afirmativas estão corretas, por pura dedução lógica, não houve em nenhum momento “*generalizações que possam prejudicar a compreensão do fenômeno*”, ou ainda “*desconsiderar as causas de sofrimento no trabalho em suas diversas dimensões*”, haja vista que as afirmativas, que deveriam ser julgadas em conjunto, estando corretas, abordam justamente as dimensões contraditórias entre felicidade e sofrimento em relação ao trabalho.

Conclui-se, portanto, que os argumentos do(a) candidato(a) só seriam válidos caso o gabarito fosse divergente do que foi divulgado.

Referências

da Silva ,C. L.; Grzybovski, D.; Mozzato, A.R. Felicidade No Trabalho: Mapeamento da Produção Científica da Última Década por Meio de Análise Bibliométrica. Revista Gestão e Planejamento, Salvador, v. 23, p. 184-198, jan./dez. 2022 .DOI: 10.53706/gep.v.23.7560.

DEJOURS, C. Subjetividade, trabalho e ação. Revista Produção, v. 14, n. 3, p. 27-34, 2004

SELIGMANN-SILVA, E. Desgaste mental no trabalho dominado. São Paulo/Rio de Janeiro: Cortez/Editora da UFRJ, 1994.

RESULTADO

IMPROCEDENTE: A resposta do gabarito provisório deve ser mantida.